

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
PÚBLICAS

Aline Daiane Gonçalves Fagundes

**OS DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE
PÚBLICA**

Santa Maria, RS
2022

Aline Daiane Gonçalves Fagundes

**OS DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos Zucatto

Santa Maria, RS
2022

Fagundes, Aline Daiane Gonçalves
Os Desafios para Elaboração do Plano de Logística
Sustentável: Um Estudo de Caso em Uma Universidade
Pública / Aline Daiane Gonçalves Fagundes.- 2022.
109 f.; 30 cm

Orientador: Luis Carlos Zucatto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2022

1. Coprodução do Bem Público; 2. Dimensões da
sustentabilidade 3. Plano de Logística Sustentável 4.
Sustentabilidade 5. Universidade I. Zucatto , Luis
Carlos II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ALINE DAIANE GONÇALES FAGUNDES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Aline Daiane Gonçalves Fagundes

**OS DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Aprovada em 29 de setembro de 2022:

Luis Carlos Zucatto, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Márcia Zampieri Grohmann, Dra (UFSM)

Luis Felipe Machado do Nascimento, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, RS
2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas entrevistadas e aos meus entrevistados que doaram um pouco do seu tempo para contribuir com minha pesquisa.

E também a todas as pessoas que dedicam um tempo para responder um questionário ou participarem de uma entrevista acadêmica, contribuindo, assim, para o fomento da educação.

Enfim, às pessoas que acreditam, trabalham e lutam pela educação, pois a educação LIBERTA, TRANSFORMA E SALVA!!!!

AGRADECIMENTOS

Bueno, pois então...

Falar em agradecimentos, pontuar nomes ..., é muito difícil para mim, porque teria que começar desde quando nasci, pois o mérito não é só meu. Somos sujeitos construídos com tijolinhos da vida, em meio a uma sociedade que nos constitui. Na realidade estamos sempre em construção.

Esses tijolinhos são as pessoas que passam na nova vida, as experiências boas e ruins, as coisas que abrimos mão e as coisas que não deixamos passar. Enfim, muitas coisas para construir uma vida. E o que une esses tijolos são os princípios e valores que temos.

Como já dizia o sociólogo Émile Durkheim – a sociedade influencia/molda o indivíduo – realmente tenho que concordar, mas nós temos o privilégio de mudar e escolher por qual caminho seguir e não aceitar o que simplesmente está apresentado ou “posto” para nós.

Então, tudo que passei, tudo que vivi...

... as pessoas maravilhosas que passaram e que continuam na minha vida (ixi são tantas) e algumas pessoas desnecessárias que felizmente saíram dela.

... as colegas de trabalho que sempre estiveram ao meu lado, seja com uma palavra de apoio, seja com uma mão tímida e acolhedora acariciando meu ombro em momentos de desesperança, seja com a preocupação e a disposição para ajudar e dar um empurrãozinho – olha aí falta tão pouco, tu vai conseguir (me acompanhou literalmente do início ao fim, entramos e saímos juntas do mestrado – nossa frase: cola na gente que é sucesso).

... o meu parceiro de longa caminhada, que muitas pedras no caminho tivemos que chutar, saltar, desviar ou simplesmente encarar...

... as instituições públicas/ as professoras e os professores, que foram alicerces para minha formação, o leme deste barco chamado vida, que nos guia para o caminho para o conhecimento...

Tudo isso foram tijolos para a constituição de quem eu sou/estou hoje.

Então só tenho a agradecer A TUDO, A TODOS, A TODAS E A TODES.

Apesar das dificuldades encontradas, da perda de uma pessoa querida para a Covid 19, dos níveis de estresse e ansiedade na realização deste trabalho (muita terapia para isso), dos problemas pessoais e de saúde dos meus filhotes de pelo, do caos que se encontra a nossa política e da falta de comprometimento de nossos governantes com a questão social e ambiental (coisa que é desestimulante visto que meu trabalho é nessa linha) ...

... ACABEI, ACABEI A TAL DISSERTAÇÃO.

É... dissertar não é fácil, e já haviam me falado que não seria.

Mas tenho que destacar um agradecimento especial, pois são seres que sempre me emocionam e fazem dar um up no ânimo, com seus rabinhos balançando e olhinhos brilhando, independente de eu estar triste ou alegre...

Aos meus jovens velhinhos cães, Hatico (segue firme e “forte”) e Tupan (que esteve comigo até a defesa e agora é estrelinha), muito OBRIGADA!!!!

*“Você não passa um único dia sem causar impacto no mundo.
O que você faz, faz toda a diferença, e você tem que decidir que tipo de diferença quer fazer”
(Jane Goodall).*

RESUMO

OS DESAFIOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

AUTORA: Aline Daiane Gonçalves Fagundes

ORIENTADOR: Luis Carlos Zucatto

Um dos assuntos discutidos, há décadas, é a questão da sustentabilidade e as problemáticas ambientais. Para Sachs (2009) as preocupações com a mudança de pensamento e a conscientização sobre a limitação do capital “natureza” e dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, são recentes. No entanto, apesar dessas discussões serem morosas e polêmicas, pois interfere na economia, principalmente dos países industrializados, elas tiveram certa evolução nas décadas de 60 e 70. Contudo, ainda, há necessidade do engajamento dos países, apesar de ser complicado adotar um comprometimento com a sustentabilidade, pois a lógica que ainda parece prevalecer é a econômica (ZUCATTO, 2009). Dessa forma, quando se re (pensa) a sustentabilidade, é importante olhar sistêmico para as oito dimensões da sustentabilidade (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional) propostas por Sachs (2009), pois elas são interdependentes, qualquer impacto em uma refletirá nas demais dimensões e vice-versa (ZUCATTO, 2009). Além disso, entender como a coprodução do bem público permeia essas dimensões, possibilita verificar a participação social em temas como sustentabilidade. Para Salm (2014) a coprodução do bem público requer a participação social no compartilhamento de responsabilidades e produção dos bens e serviços públicos, com práticas e valores coerentes com a multidimensionalidade humana e a sustentabilidade da biosfera. Neste trabalho, o bem público foi considerando equivalente à sustentabilidade. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) o bem público é a busca da felicidade natural da coletividade, ou seja, um valor político ligado à ética e à moral. Quando os serviços públicos possuem essas características, podem ser considerados parte do bem público (SOUZA, 2015). Assim, o objetivo geral desta dissertação foi identificar quais os desafios no processo de elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). O PLS é uma ferramenta de planejamento, que visa estabelecer práticas sustentáveis e promover a conscientização das pessoas. Quanto à metodologia, a pesquisa foi qualitativa e na análise de conteúdo, utilizou-se categorias de análise – Sustentabilidade e Coprodução. Nos resultados, verificou-se que das 8 dimensões 7 foram evidenciadas no PLS. Não se identificou a dimensão – Política Internacional, porém de forma indireta ela aparece, visto que essa dimensão permeia o PLS, pois dialoga com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU (MAPA, 2019). Quanto à coprodução, não houve participação social na constituição da comissão de implantação do PLS assim não foi possível enquadrar em uma das tipologias de coprodução do bem público. E ainda, os campi da instituição não participaram do processo, ficando apenas no âmbito da Reitoria. Esse fenômeno pode ser identificado como neoinstitucionalismo, na qual visa atender o marco regulatório, numa perspectiva de Gestão Estratégica. Diante disso, salienta-se que a pandemia Covid 19 limitou, e muito, a mobilização das pessoas nos fenômenos e nos processos sociais. Por fim, sugere-se que a participação social possa receber cada vez mais atenção por parte da Instituição na construção e prestação dos serviços públicos, principalmente em ações voltadas a incentivar e disseminar práticas sustentáveis como o PLS.

Palavras-chave: Coprodução do Bem Público; Dimensões da sustentabilidade; Plano de Logística Sustentável; Sustentabilidade; Universidade.

ABSTRACT

THE CHALLENGES FOR DEVELOPING A SUSTAINABLE LOGISTICS PLAN: A CASE STUDY IN A PUBLIC UNIVERSITY

AUTHOR: Aline Daiane Gonçalves Fagundes

ADVISOR: Luis Carlos Zucatto

One of the topics discussed for decades is the issue of sustainability and environmental issues. For Sachs (2009) concerns about changing thinking and raising awareness about the limitation of “nature” capital and the dangers arising from aggressions to the environment are recent. However, despite these discussions being lengthy and controversial, as they interfere with the economy, mainly in industrialized countries, they had some evolution in the 60's and 70's. with sustainability, because the logic that still seems to prevail is the economic one (ZUCATTO, 2009). Thus, when re (thinking) sustainability, it is important to take a systemic look at the eight dimensions of sustainability (social, cultural, ecological, environmental, territorial, economic, national and international policy) proposed by Sachs (2009), as they are interdependent, any impact on one will reflect on the other dimensions and vice versa (ZUCATTO, 2009). Furthermore, understanding how the co-production of the public good permeates these dimensions makes it possible to verify social participation in topics such as sustainability. For Salm (2014) the co-production of the public good requires social participation in the sharing of responsibilities and production of public goods and services, with practices and values consistent with human multidimensionality and the sustainability of the biosphere. In this work, the public good was considered equivalent to sustainability. For Bobbio, Matteucci and Pasquino (1998) the public good is the search for the natural happiness of the collectivity, that is, a political value linked to ethics and morals. When public services have these characteristics, they can be considered part of the public good (SOUZA, 2015). Thus, the general objective of this dissertation was to identify the challenges in the process of elaborating the Sustainable Logistics Plan (PLS) at the Federal University of Pampa (UNIPAMPA). The PLS is a planning tool, which aims to establish sustainable practices and promote people's awareness. As for the methodology, the research was qualitative and in the content analysis, analysis categories were used – Sustainability and Co-production. In the results, it was found that 7 of the 8 dimensions were evidenced in the PLS. The dimension - International Policy was not identified, but it appears indirectly, since this dimension permeates the PLS, as it dialogues with the UN's sustainable development goals (SDGs) (MAPA, 2019). As for co-production, there was no social participation in the constitution of the PLS implementation commission, so it was not possible to fit into one of the typologies of co-production of the public good. Furthermore, the institution's campuses did not participate in the process, remaining only within the scope of the Rectory. This phenomenon can be identified as neo-institutionalism, which aims to meet the regulatory framework, from a Strategic Management perspective. In view of this, it should be noted that the Covid 19 pandemic greatly limited the mobilization of people in social phenomena and processes. Finally, it is suggested that social participation can receive more and more attention from the Institution in the construction and provision of public services, especially in actions aimed at encouraging and disseminating sustainable practices such as the PLS.

Keywords: Co-production of the Public Good; Dimensions of sustainability; Sustainable Logistics Plan; Sustainability; University.

RESUMEN

LOS DESAFÍOS PARA DESARROLLAR UN PLAN DE LOGÍSTICA SOSTENIBLE: UN ESTUDIO DE CASO EN UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA

AUTORA: Aline Daiane Gonçalves Fagundes

ASESOR: Luis Carlos Zucatto

Uno de los temas discutidos durante décadas es el tema de la sustentabilidad y los temas ambientales. Para Sachs (2009) las preocupaciones por cambiar el pensamiento y concienciar sobre la limitación del capital “natural” y los peligros derivados de las agresiones al medio ambiente son recientes. Sin embargo, a pesar de que estas discusiones son largas y controvertidas, ya que interfieren en la economía, especialmente en los países industrializados, tuvieron cierta evolución en los años 60 y 70 con la sostenibilidad, porque la lógica que aún parece prevalecer es la económica (ZUCATTO, 2009). Así, al re (pensar) la sustentabilidad, es importante dar una mirada sistémica a las ocho dimensiones de la sustentabilidad (política social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, económica, nacional e internacional) propuestas por Sachs (2009), ya que son interdependientes, cualquier impacto en una se reflejará en las otras dimensiones y viceversa (ZUCATTO, 2009). Además, comprender cómo la coproducción del bien público permea estas dimensiones permite verificar la participación social en temas como la sustentabilidad. Para Salm (2014) la coproducción del bien público requiere de la participación social en el reparto de responsabilidades y producción de bienes y servicios públicos, con prácticas y valores acordes con la multidimensionalidad humana y la sustentabilidad de la biosfera. En este trabajo, el bien público se consideró equivalente a la sostenibilidad. Para Bobbio, Matteucci y Pasquino (1998) el bien público es la búsqueda de la felicidad natural de la colectividad, es decir, un valor político ligado a la ética y la moral. Cuando los servicios públicos tienen estas características, pueden ser considerados parte del bien público (SOUZA, 2015). Así, el objetivo general de esta disertación fue identificar los desafíos en el proceso de elaboración del Plan de Logística Sustentable (PLS) en la Universidad Federal de la Pampa (UNIPAMPA). El PLS es una herramienta de planificación, que tiene como objetivo establecer prácticas sostenibles y promover la conciencia de las personas. En cuanto a la metodología, la investigación fue cualitativa y en el análisis de contenido se utilizaron categorías de análisis – Sostenibilidad y Coproducción. En los resultados se encontró que 7 de las 8 dimensiones se evidenciaron en el PLS. La dimensión - Política Internacional no fue identificada, pero aparece indirectamente, ya que esta dimensión permea el PLS, en tanto dialoga con los objetivos de desarrollo sostenible (ODS) de la ONU (MAPA, 2019). En cuanto a la coproducción, no hubo participación social en la constitución de la comisión de implementación del PLS, por lo que no fue posible encajar en una de las tipologías de coproducción del bien público. Además, los recintos de la institución no participaron del proceso, quedando únicamente en el ámbito de la Rectoría. Este fenómeno puede identificarse como neoinstitucionalismo, que pretende cumplir con el marco normativo, desde una perspectiva de Gestión Estratégica. Ante ello, cabe señalar que la pandemia del Covid 19 limitó mucho la movilización de las personas en los fenómenos y procesos sociales. Finalmente, se sugiere que la participación social puede recibir cada vez más atención de la Institución en la construcción y prestación de servicios públicos, especialmente en acciones dirigidas a incentivar y difundir prácticas sostenibles como el PLS.

Palabras clave: Coproducción del Bien Público; Dimensiones de la sostenibilidad; Plan de Logística Sostenible; Sustentabilidad; Universidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A semântica do desenvolvimento sustentável.....	21
Figura 2 - Os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030.....	25
Figura 3 - Síntese das principais abordagens sobre Coprodução – Sustentabilidade e PLS.....	49
Figura 4 - Triangulação dos Dados – Convergência de várias fontes de evidências.....	51
Figura 5 - Mapa dos Campi da UNIPAMPA.....	52
Figura 6 - Polos EaD da UNIPAMPA.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões da sustentabilidade.....	22
Quadro 2 - Objetivos e metas relacionados com a pesquisa.....	25
Quadro 3 - Evolução da legislação sobre sustentabilidade, a partir de 2010.....	26
Quadro 4 - Eixos Temáticos da A3P e Temas Mínimos do PLS.....	31
Quadro 5 - Premissas Básicas da Gestão Social e Coprodução.....	33
Quadro 6 - Síntese das características dos modos de gestão de cada um dos modelos de coprodução.....	35
Quadro 7 - Teses referentes aos temas: Coprodução e Sustentabilidade.....	37
Quadro 8 - Teses e dissertações referentes aos temas: Sustentabilidade e Universidade Pública.....	39
Quadro 9 - Teses e dissertações referentes ao tema: Coprodução do bem público.....	44
Quadro 10 - Síntese com os principais achados do Estado da Arte.....	47
Quadro 11 - Embasamento do Roteiro de Entrevista.....	55
Quadro 12 - Dados das entrevistas.....	55
Quadro 13 - Categorias de análise.....	57
Quadro 14 - Dados dos Entrevistados.....	60
Quadro 15 - Nº de entrevistados por sexo.....	60
Quadro 16 - Trechos do PLS relacionados com as Dimensões da sustentabilidade.....	71
Quadro 17 - Principais emergências das dimensões da sustentabilidade evidenciadas no PLS.....	77
Quadro 18 - Principais emergências da Coprodução do Bem Público evidenciadas no PLS...84	84
Quadro 19 - Resumo dos principais condicionantes/desafios para participação social no PLS.....	89
Quadro 20 - Cronograma para ações de revisão do PLS.....	93
Quadro 21 - Direcionamento das ações para o PLS da Unipampa.....	93

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	14
1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 SUSTENTABILIDADE: ASPECTOS HISTÓRICO–CONCEITUAIS.....	20
2.2 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS.....	28
2.3 COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO: ASPECTOS HISTÓRICO–CONCEITUAIS.....	33
2.4 ESTADO DA ARTE DOS MODELOS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	36
2.5 ARTICULAÇÃO DA ABORDAGEM TEÓRICA DA PESQUISA.....	48
3 MÉTODO DO ESTUDO.....	51
3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	51
3.2 UNIDADE DE ANÁLISE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.....	52
3.3 COLETA DE DADOS.....	54
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	56
3.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	58
4 RESULTADOS.....	60
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	60
4.2 CATEGORIA DE ANÁLISE: SUSTENTABILIDADE.....	61
4.2.1 Surgimento e institucionalização do PLS na Unipampa.....	63
4.2.2 Dimensões da sustentabilidade associadas ao processo de implantação;.....	68
4.3 CATEGORIA DE ANÁLISE: COPRODUÇÃO.....	77
4.3.1 Contribuição da institucionalização do PLS para Coprodução do bem público....	77
4.3.2 Condicionantes/desafios para participação social no PLS.....	84
5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	90
5.1 PROPOSTAS DE AÇÕES PARA REVISÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO PLS.....	92
5.2 CRONOGRAMA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO..	93
CONCLUSÕES.....	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	106
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	108

1.INTRODUÇÃO

O planeta Terra vive fortes transformações técnico-científicas, em contrapartida geram-se desequilíbrios ecológicos que, se não forem atenuados, ameaçam a vida em sua superfície (GUATTARI, 2012). Além disso, o autor indica que paralelamente a tais perturbações, os modos de vida individuais e coletivos da humanidade convergem para uma progressiva deterioração.

Essa crise socioambiental enfrentada pela sociedade evidencia a necessidade permanente de se pensar alternativas para o desenvolvimento da vida em sociedade (ESPÍNDOLA, NETO & SOUZA, 2017). Os autores ainda destacam que a gestão social tem se apresentado como uma alternativa na área da administração pública, na qual a participação social na produção do bem comum é uma prerrogativa dos processos de participação deliberativa, e que pode levar à emancipação humana.

Porém, a maior dificuldade é o processo de conscientização sobre os impactos negativos ao meio ambiente, pois requer um esforço mútuo de diferentes tipos de profissionais para a construção de políticas públicas para o meio ambiente (MORAES, DOS SANTOS E MARQUES, 2018). Os autores relatam que embora existam órgãos reguladores do meio ambiente, como o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), ainda há muito a percorrer no que se refere à preservação da natureza.

Segundo Teotônio (2020) para mitigar os efeitos negativos, é necessária uma construção conjunta para redução dos danos ambientais causados pelo homem. Alves (2016) complementa que embora o ser humano seja o responsável do progresso na Terra, no que se refere ao uso de recursos naturais, também, o explora de forma irracional, de modo que gera diversos tipos de poluição.

Assim, é importante a sociedade mudar padrões de produção e consumo, criar hábitos sustentáveis, e também é preciso que as organizações adotem esse compromisso socioambiental (MELLO, 2018).

O grande desafio, considerando que o Brasil possui um significativo patrimônio ambiental, é como utilizá-lo de forma sustentável, garantindo às gerações futuras gerações os recursos naturais disponíveis (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, 2019).

Dessa forma, resgata-se a Lei nº 9.795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental, na qual o Art. 2º diz que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.”

E, ainda, essa lei salienta que a educação ambiental deve ser construída como uma prática integrativa, contínua e permanente em todos os níveis de ensino (BRASIL, 1999). Somando-se a essas discussões, a abordagem da coprodução do bem público, um dos campos teóricos de sustentação desta pesquisa, se constitui em oportunidade para dialogar com essa rede – tanto de escala global, quanto local, como no caso o Plano de Logística Sustentável (PLS) na Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Acerca da coprodução do bem público, Salm (2014) defende que é caracterizada pela participação de organizações formais, públicas, privadas, organizações não governamentais, grupos da comunidade e demais integrantes da sociedade no compartilhamento de responsabilidades e produção dos serviços públicos.

Todos esses atores sociais vêm dialogar com outros de escala global, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU, c2022), que têm por finalidade suprir os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes que o mundo enfrenta (ONU, c2022).

Nesse sentido, a coprodução do bem público, quando implementada pela administração pública, pode trazer diversos benefícios, tanto para a sociedade, cidadãos e para o estado. Esses benefícios estão relacionados com a materialização de valores que envolvem democracia, participação, transparência e responsividade, como também a eficácia e eficiência dos serviços públicos entregues à sociedade (SOUZA, 2015).

Conceição (2020) frisa que as ações sustentáveis podem ser executadas tanto no âmbito público, como privado, mas quando realizadas nas instituições de ensino superior (IES) têm um efeito multiplicador devido ao número de pessoas atingidas. Esse potencial multiplicador possibilita dar visibilidade às ações socioambientais que acontecem nas IES, como no estudo em questão, o PLS da Unipampa.

Logo, neste trabalho usou-se bem público como sinônimo de sustentabilidade. Para os autores Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) o bem público é a busca da felicidade natural da coletividade, ou seja, um valor político ligado à ética e à moral. Quando os serviços públicos possuírem essa mesma característica do bem público, podem ser considerados parte do mesmo (SOUZA, 2015).

Esse bem público vem a dialogar com duas das dimensões da sustentabilidade de Sachs (2009) – a dimensão ambiental e a social, como também, com Art. 225 da CF/88 que salienta que a sociedade tem o direito de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que é seu dever conservá-lo para as futuras gerações, destacando aqui o Estado como agente regulador delegado pela sociedade.

Além, dos grandes documentos que geraram referências ao pensar e ao fazer a gestão

ambiental no mundo, na ordem: Relatório do Clube de Roma – Os Limites do Crescimento(1972); Conferência de Estocolmo (1972); Comissão Brundtland – Nosso Futuro Comum (1983); Cúpula da Terra – Rio 92 (1992); Rio + 5 – Protocolo de Kyoto (1997); Rio + 10 – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002) e Rio + 20 - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) (2012).

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

O conceito da sustentabilidade já está bem propagado mundialmente, proporcionando subsídios para realização de ações e estratégias que fazem parte do cotidiano das Instituições, porém, se reconhece que ainda há necessidade de políticas públicas para mitigar os impactos ambientais (KIEKOW *et al.*, 2019).

No entanto, a busca pela sustentabilidade exige mudanças de ordem cultural, política, econômica e, principalmente, mudanças na atitude humana, proporcionando melhores condições para sociedade, porém ainda é um campo não prioritário para a sociedade, devido a busca por lucros máximos e as “maravilhas exossomáticas” da sociedade pós-moderna (CORONEL e DA SILVA, 2009). Segundo Salm (2014) a relevância da participação social na construção da coprodução do bem público para o desenvolvimento sustentável é essencial, visto que sem participação não há coprodução.

Assim, ao considerar a articulação entre sujeitos, como uma possível saída das crises ambientais, por exemplo, surge a curiosidade de como a teoria da coprodução poderá colaborar na construção de um meio ambiente mais sustentável para as atuais e as futuras gerações, uma vez que a coprodução de bens e serviços requer a participação da sociedade, em maior ou menor grau, a fim de uma boa comunidade com práticas e valores coerentes com a multidimensionalidade humana, como o interesse público sobre o interesse privado, focando na autorrealização e na sustentabilidade da biosfera (SALM, 2014).

Para Santos (2015), entender as características das diferentes tipologias de participação na administração pública auxilia na análise da coprodução do bem público, mas levando em conta as múltiplas dimensões do ser humano como cidadão que participa da coprodução do bem público. E ainda, Alves (2016) afirma que é preciso utilizar das inúmeras ferramentas existentes da área da administração para ter sucesso na inserção da sustentabilidade ambiental, mas cabe aos administradores, dirigentes, gestores e à alta administração utilizá-los.

Com isso, surge o problema da pesquisa: quais os desafios no processo de elaboração do Plano de Logística Sustentável da UNIPAMPA?

1.2 OBJETIVOS

Com base no problema de pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral identificar quais os desafios no processo de elaboração do Plano de Logística Sustentável da UNIPAMPA. Quanto aos objetivos específicos, este estudo visa:

- a) Investigar como surge e se institucionaliza o PLS na Unipampa;
- b) Identificar as dimensões da sustentabilidade associadas ao processo de implantação;
- c) Examinar como a institucionalização do PLS contribui para coprodução do bem público;
- d) Identificar os condicionantes/desafios para participação social no processo de implantação do PLS.

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha do caso, Processo de elaboração do PLS da Unipampa, justifica-se em virtude de quatro aspectos:

- Quanto à Relevância:

Salienta-se que essa pesquisa é relevante, pois os eixos do PLS colaboram com os ODS 6, ODS 7, ODS 9, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 14, ODS 15 e ODS 16, na qual são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, visando desfrutar de paz e de prosperidade. E o Brasil é um dos países a colaborar para que se possa atingir esses objetivos até 2030 (ONU, c2022).

Este estudo permite enfatizar a importância da coprodução em ações vinculadas à sustentabilidade. Demonstrando para a sociedade, o meio acadêmico, que a construção conjunta, permite divisões de responsabilidade e engajamento social na prestação dos serviços públicos. Neste caso, falar em sustentabilidade como bem público, é falar que os serviços públicos são prestados observando as dimensões da sustentabilidade e assim torná-los mais eficazes e eficientes.

- Quanto à oportunidade:

A Unipampa faz parte da rede da A3P, porém ainda não formalizou o Termo de Adesão

à Agenda Ambiental, sendo uma oportunidade a ser incentivada por esta pesquisa. A A3P é um programa, de adesão facultativa, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do qual estimula os órgãos públicos a implementarem práticas sustentáveis, objetivando a eficiência na atividade pública, promovendo, também, a preservação do meio ambiente (MMA, 2016). Os eixos temáticos da A3P vão ao encontro dos temas mínimos do PLS.

Segundo Flores (2016) as instituições têm, além do papel de educar e formar profissionais, o dever de atuar como um exemplo por meio de suas práticas de gestão ambiental, visando diminuir os impactos causados por suas atividades e sensibilizar a sociedade.

Devido a esta pesquisa estar inserida em um contexto universitário, possibilitará agregar para a sociedade, em geral, novas possibilidades e reflexões sobre a forma de como está a prestação dos serviços públicos, a questão socioambiental institucional e a participação social no contexto universitário, permitindo difundir práticas ambientais corretas.

- Quanto à viabilidade:

Este trabalho permite dar visibilidade à questão ambiental por meio da coprodução do bem público, destacando aqui o bem público como a sustentabilidade. Além disso, permite dialogar com o estudo de Tolfo (2017), realizado para conclusão do mestrado em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), visto que trabalho dessa pesquisadora intitulado “Plano de Logística Sustentável – a percepção dos servidores sobre o processo de implantação na Universidade Federal do Pampa”, teve como objetivo geral averiguar o nível de compreensão acerca da sustentabilidade e do Plano de Gestão Logística Sustentável – PLS, sob a perspectiva dos servidores da Universidade federal do Pampa.

Os resultados desse estudo demonstraram um baixo nível de conhecimento dos servidores sobre sustentabilidade na Gestão Pública e sobre o PLS da Instituição, porém, as ações presentes do PLS foram consideradas importantes pelos respondentes e ainda, destacaram-se as questões ligadas com a conscientização, coleta seletiva, energia, impressões e divulgação do Plano

Resgatar esse tema e analisá-lo à luz da coprodução do bem público vem ao encontro a linha de pesquisa – Pessoa e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Gestão das Organizações Públicas (PPGOP) da UFSM na qual tem por objetivo compreender a interface entre gestão pública, pessoas e sociedade, trabalhando com dois eixos principais, o gerenciamento de pessoas nas instituições públicas e a prestação de serviços à sociedade.

Essa linha de pesquisa visa, ainda, capacitar e qualificar profissionais da área pública

para a promoção de aprimoramento e de inovação na gestão de sistemas, processos, procedimentos e práticas cotidianas das organizações públicas. Além disso, busca incentivar o desenvolvimento de uma visão transformadora, de uma atitude proativa na busca de novos conhecimentos, e da disseminação da prática do conceito de sustentabilidade, para a implementação de mudanças e o atendimento responsável das demandas da sociedade civil.

Assim, a frágil aplicação do conhecimento existente e a ausência de comprometimento da sociedade e dos atores sociais em linhas gerais; a necessidade de repensar como se vive, de estar atento a cada atitude individual e comunitária em relação à sustentabilidade implica consequências catastróficas, pois a continuidade e sobrevivência da humanidade está totalmente dependente da conservação dos recursos naturais de nossas matas, florestas, rios, lagos, mares e oceanos (MAPA, 2019).

- Quanto à motivação:

Para a autora, o interesse na temática da sustentabilidade ambiental vem desde a época que cursou a especialização em Ciências Contábeis, na qual começou a ver os primeiros termos sobre sustentabilidade na disciplina de Contabilidade Ambiental. Esse componente curricular deixou inquietações e questionamentos sobre a temática ambiental.

Devido à afinidade com o tema, começou a cursar Ciências Biológicas. Diante disso, vem buscando aprender/conhecer/entender/informar sobre como dialogar com o crescimento populacional com os recursos cada vez mais escassos da natureza.

E no mestrado da UFSM pode conhecer a temática – Coprodução do Bem Público – apresentada pelo Professor Luis Moretto Neto na disciplina Gestão de Organizações Públicas. Dessa forma, a autora tentou articular a sustentabilidade e a coprodução a fim de contribuir com ações, que possam minimizar o impacto ambiental dentro e fora da Universidade.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: na introdução, os assuntos abordados foram: os aspectos da temática do trabalho, a problematização e o problema de pesquisa, o objetivo geral e específico, a justificativa e a estrutura do trabalho; na fundamentação teórica, abordou-se os temas sustentabilidade e coprodução do bem público, resgatando o estado da arte de cada tema; no método do estudo, constam os procedimentos utilizados para atingir o objetivo da pesquisa, a fim de responder o problema do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para sustentar o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados modelos teórico-conceituais que contribuem com o problema e objetivo da pesquisa, elucidando a contextualização histórica da sustentabilidade; as dimensões da sustentabilidade; ações do governo brasileiro sobre a temática da sustentabilidade; e, a contextualização histórica da coprodução, tipologias e modelos do bem público.

Além disso, foram consultadas, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), produções acadêmicas dos últimos 5 anos acerca da temática deste estudo, a fim de se delinear o Estado da Arte.

2.1 SUSTENTABILIDADE: ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS

A sustentabilidade está cada vez mais em evidência, nos mais diversos contextos, seja no meio acadêmico, empresarial e governamental, embora seja um conceito ainda em construção, precisa ser estudado com maior profundidade e rigor para uma melhor compreensão (FROEHLICH, 2014)

O conceito de sustentabilidade já está bem propagado mundialmente, proporcionando subsídios para realização de ações e estratégias que fazem parte do cotidiano das Instituições e dos indivíduos, porém se reconhece que ainda há necessidade de políticas públicas para mitigar os impactos ambientais (KIEKOW *et al.*, 2019).

A palavra sustentabilidade começou a ser propagada, mundialmente, a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (primeiro encontro mundial), em junho de 1972, em Estocolmo (MAPA, 2019).

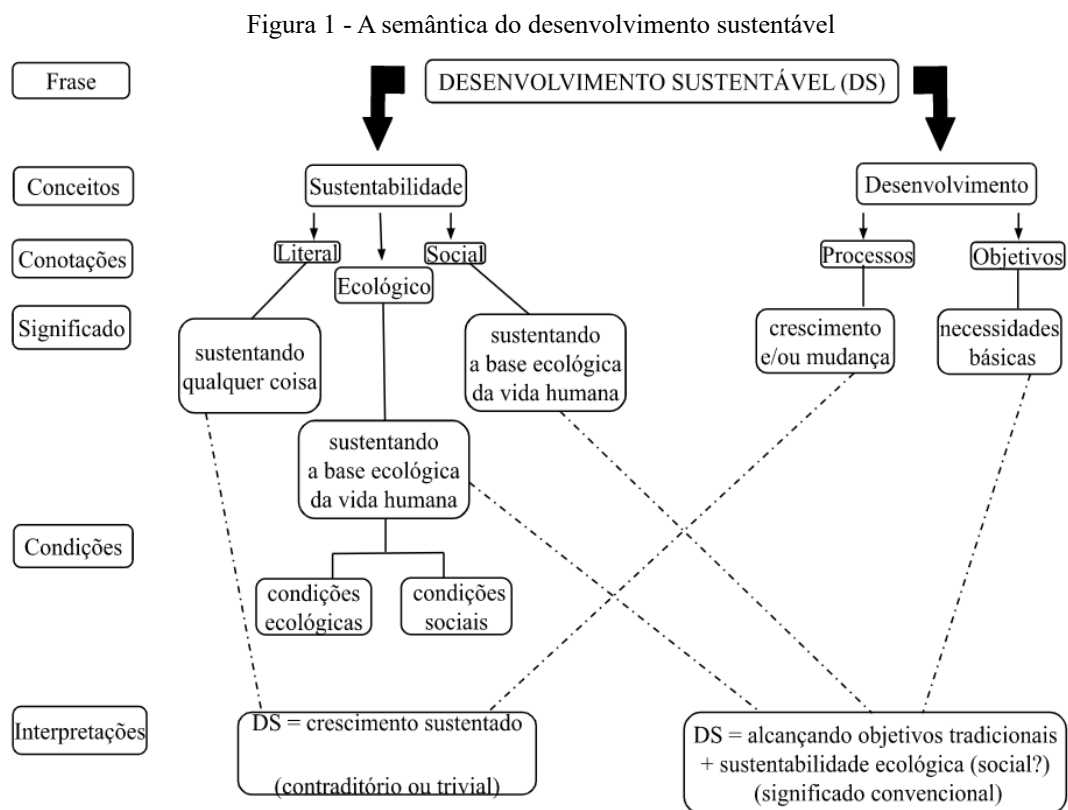
Ainda de acordo com o MAPA (2019), o objetivo desse evento foi discutir assuntos relacionados ao meio ambiente e soluções para a preservação da humanidade, o que contribuiu para que o conceito de sustentabilidade começasse a ganhar destaque. No Brasil, ganhou maiores dimensões após a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO), em 1992, no Rio de Janeiro (MAPA, 2019).

Para fins de elucidação, este trabalho utilizou o termo Sustentabilidade, em detrimento do de Desenvolvimento Sustentável, objetivando uniformizar a linguagem ao longo da dissertação, contribuindo para o entendimento da argumentação. Segundo Costa *et al* (2019) os conceitos são amplos no campo do conhecimento, podendo ocorrer distorções na medida que se utiliza os termos, pois ainda não há um rigor científico.

Sabe-se que é preciso tornar os fundamentos conceituais mais precisos, visto que não

há um consenso sobre o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (LELÉ, 1991), mas isso é foco para outro estudo.

Neste trabalho adotou-se a perspectiva do estudo de Lelé (1991), na qual a sustentabilidade tem um significado, enquanto Desenvolvimento Sustentável pode ser entendido como o desenvolvimento que se sustenta, levando a uma outra perspectiva; conforme destacado na Figura 1



Fonte: Adaptado de Lelé (1991)

Apesar da ambiguidade nos conceitos, o termo oficial utilizado pela ONU é Desenvolvimento Sustentável (COSTA *et al.*, 2019). No entanto, ao falar em sustentabilidade, fala-se também em definir limites ao desenvolvimento, impondo restrições no que se refere à exploração dos recursos naturais e delinear um conjunto de iniciativas que considerem as dimensões culturais e sociais dos indivíduos, na qual por meio de diálogos e práticas educativas, se consiga induzir o sujeito a constituir valores e se sentirem corresponsáveis pelo desenvolvimento sustentável (JACOBI, 2003).

Diante desse contexto, é preciso entender as dimensões da sustentabilidade, visto que não se restringem apenas ao meio ambiente, pois setores da sociedade como economia, educação, cultura também se relacionam com a sustentabilidade (MAPA, 2019).

Desta forma, é preciso considerar diversas variáveis, conhecidas como dimensões da sustentabilidade, podendo ser de forma integrada, considerando uma perspectiva sustentável de longo prazo, ao invés do sucesso econômico de curto prazo (DYLLICK e HOCKERTS, 2002; JOHNSTON *et al.*, 2007; PEREIRA, 2009).

Além das 5 dimensões (social, econômica, ecológica, espacial e cultural) propostas por Sachs (1993), incluiu-se, recentemente, as dimensões psicológica, política nacional e internacional (SACHS, 2002) fechando, assim, 8 dimensões da sustentabilidade, conforme apresentado no Quadro 1

Quadro 1 - Dimensões da sustentabilidade

Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Cultural	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeitos à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinado com abertura para o mundo.
Ecológica	Preservação do potencial do capital natureza, na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autopunição dos acontecimentos naturais.
Territorial	Configuração urbana e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
Econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na perspectiva científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
Política Nacional	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.
Política Internacional	Eficácia do sistema de preservação de guerras da ONU, na garantia da paz e na provocação da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional da aplicação do Princípio efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (o cultural) e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs (2009)

Nessa perspectiva, Lima *et al* (2019) corroboram com a temática, informando que questões sobre a natureza, responsabilidade social e questões econômicas vêm sendo discutidas por líderes mundiais, desde a metade do século XX. E, no Brasil, as primeiras medidas com foco à preservação ambiental foram: a criação, em 1973, da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA); a criação da Lei ° 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente; criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis –

IBAMA, em 1989; e, criação do Ministério do Meio Ambiente em 1992 (MAPA, 2019). Além disso, o Brasil começou a participar dos encontros mundiais sobre o clima em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (MAPA, 2019).

Já, a Constituição Federal/88 aborda deveres e direitos em relação ao meio ambiente, nos seguintes artigos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

[...]

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

[...]

Art. 225. **Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à **coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo** para as presentes e futuras gerações (BRASIL, CF.1988 – grifo da autora).

Em 1992, nosso País sediou no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, na qual se discutiram os principais pontos do Relatório de Brundtland. Desse evento, foram assinados os seguintes documentos:

CARTA DA TERRA, que firma os princípios para o uso sustentável dos recursos naturais do Planeta;

AGENDA 21, estabelecendo, em maior prazo, como pacto entre as partes, temas, planos, projetos, metas e operação da execução para cada tema da conferência;

ACORDOS E TRATADOS INTERNACIONAIS, dentre os quais destacam-se a Convenção sobre Biodiversidade; Convenção sobre Mudanças Climáticas; e Acordos para Conservação e Desenvolvimento Sustentável em Florestas; (MAPA, 2019).

Em 1998, criou-se a Lei nº 9.605 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, destacam-se os seguintes artigos:

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

[...]

Art. 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são:

- I - multa;
- II - restritivas de direitos;
- III - prestação de serviços à comunidade.

Art. 22. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

- I - suspensão parcial ou total de atividades;
- II - interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;
- III - **proibição de contratar com o Poder Público**, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações (BRASIL, Lei 9.605/1988 – grifo da autora).

Em 1999, criou-se a Lei nº 9.795 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, destacando-se o seguinte artigo:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, **todos têm direito à educação ambiental**, incumbindo:

- I - ao **Poder Público**, nos termos dos [arts. 205 e 225 da Constituição Federal](#), definir políticas públicas que incorporem a **dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente**;
- II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
- III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, **promover ações de educação ambiental** integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;
- V - às empresas, entidades de classe, **instituições públicas** e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;
- VI - à **sociedade como um todo**, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a **prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais**. (BRASIL, 1999). [grifo nosso]

Em 2012, realizou-se a Conferência das Nações Unidas, conhecida como Rio +20, onde o principal enfoque foi – Expectativa em Relação ao Novo Direito da Sustentabilidade resultando na nova agenda sustentável da ONU que trata dos 17 ODS e suas 169 metas (MAPA, 2019).

Os 17 ODS, apresentados na Figura 2, são um apelo global a ser atingido até 2030, visando acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, c2022).

Figura 2 - Os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030



Fonte: site Nações Unidas – Brasil

E, para se explicitar os ODS que se relacionam à temática central deste estudo, elaborou-se o Quadro 2.

Quadro 2 - Objetivos e metas relacionados com a pesquisa

ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos	
Meta 6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.
ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos	
Meta 7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	
Meta 9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos
ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	
Meta 11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	
Meta 12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
Meta 12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
Meta 12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	
Meta 13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.
ODS 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	

Meta 14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	
Meta 15.7	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.
ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	
Meta 16.5	Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
Meta 16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
Meta 16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
Meta 16.10	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Fonte: elaborado pela autora, baseado no site das Nações Unidas – Brasil (2021)

Por fim, é importante destacar alguns normativos relevantes na evolução dos normativos que dizem respeito à sustentabilidade. Neste sentido, destacam-se os seguintes normativos nos últimos 10 anos, discriminados no Quadro 3.

Quadro 3 - Evolução da legislação sobre sustentabilidade, a partir de 2010

IN SLTI-MPOG n° 01/2010	Crerios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços e obras na administração pública federal
Decreto n° 7.405/2010	Programa Pr Catador - Revogado pelo Decreto n° 10.473/2010
Lei n° 12.305/2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos
Decreto n° 7.404/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
Portaria Interministerial n° 244/2012	Institui o Projeto Esplanada Sustentável – PES
Decreto n° 7.746/2012	Crerios e práticas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas
IN SLTI-MPOG n° 10/2012	Elaboração de Planos de Logística Sustentável
Lei n° 12.682/2012	Elaboração e arquivamento de documentos em meios magnéticos
IN SLTI-MPOG n° 02/2014	Regras para aquisição de aparelhos consumidores de energia para a Administração Pública Federal
Portaria MP n° 23/2015	Estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.
Lei n° 13.186/2015	Política de Educação para o Consumo Sustentável
Decreto n° 8.539/2015	Uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no mbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Decreto nº 9177/2017	Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólido
Decreto nº 9.178/2017	Sustentabilidade Ambiental nas Contratações
Decreto nº 9373/2018	Alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional
Decreto nº 10240/2020	Implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico

Fonte: elaborado pela autora, baseado no Relatório de Auditoria TCU nº 6.615/2016-3 2016; PLS do MAPA, 2019.

É importante salientar que o ambiente é direito de todos, bem de uso comum do povo, e de responsabilidade comum de todos. Logo, são responsáveis pela redução do volume de resíduos sólidos e dos impactos à natureza e à saúde humana, os fabricantes, os importadores, os distribuidores, os comerciantes, o Estado, o cidadão e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos (MMA – A3P, 2017).

Assim, ações voltadas à sustentabilidade vêm se intensificando no Brasil, por meio de criações de programas de incentivo aos gestores da Administração Pública, no intuito de incorporarem ações de responsabilidades socioambientais, como por exemplo a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa Coleta Seletiva Solidária, Projeto Esplanada Sustentável – PES e Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS (MAPA, 2019).

Há outros programas, também de abrangência nacional, como o Programa Nacional Lixo Zero, criado pelo Ministério do Meio Ambiente, com o intuito de eliminar os lixões existentes, apoiando os municípios para soluções mais adequadas de destinação dos resíduos sólidos, como: fortalecimento de sua gestão integrada, coleta seletiva, reciclagem, logística reversa, recuperação energética e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos (MMA, 2019).

E, também, em se tratando dos oceanos, o governo brasileiro criou Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, intimamente relacionado com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, ou seja, decorre de uma gestão integrada com ações coordenadas que considerem as variáveis – variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, visando diminuir os impactos nos ecossistemas marinhos e costeiros, proporcionando uma melhor qualidade de vida ao cidadão (MMA, 2019).

Cabe destacar o Art. 6º dessa Lei, visto que traz a questão da responsabilidade compartilhada.

Art. 6º-São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do **consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação** estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as **diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;**

VII - a **responsabilidade compartilhada** pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade. (grifo nosso)

Logo, para funcionamento de ações sustentáveis, deverá ter um plano de ação pragmático, com esforços integrados, e estejam envolvidos nessa rede o governo, o setor privado e a sociedade civil (MMA, 2019).

Cabe salientar que esse envolvimento corrobora com o tema Coprodução do Bem Público, pois a base para existir coprodução é ter a participação social (SALM, 2014). E um dos princípios da Lei de Resíduos Sólidos é a cooperação entre diferentes esferas do poder público e demais segmentos da sociedade.

Adicionalmente, a coprodução vem a dialogar com as dimensões da sustentabilidade, propostas por Sachs (2002), por meio do PLS da Unipampa, próximo tema da pesquisa.

2.2 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

O PLS, caso desta pesquisa, foi instituído por meio do Decreto nº 7.746, de 5 de janeiro de 2012 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 10, em 12 de novembro de 2012, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG, na qual determinou a criação do PLS por parte dos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, a fim de nortear as ações voltadas à sustentabilidade no âmbito de cada instituição (MAPA, 2019).

O Art. 1º do Decreto nº 7.746/2012 tem por finalidade estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações públicas, além de instituir a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP (BRASIL, 2012). O decreto determina, ainda, que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes, na aquisição de

bens e na contratação de serviços e obras, adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios.

Segundo o Art, 4º do decreto, são considerados critérios e práticas sustentáveis:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento (BRASIL, 2012).

Ainda, segundo o Art. 16 do mesmo decreto:

- A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo:
- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
 - II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
 - III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
 - IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012).

A IN SLTI/MP nº 10/2012, que regulamentou o decreto, destaca no seu Art. 2º que logística sustentável é um “processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado” (BRASIL, 2012).

Segundo o Art. 3º da IN, os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo aos órgãos ou entidades estabelecerem práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública (BRASIL, 2012).

Por sua vez, Luiz, Pfitscher e Rosa (2015) salientam os aspectos que PLS deve possuir, como: conteúdo e temas mínimos; plano de ações com práticas de sustentabilidade e racionalização no uso de materiais e serviços; forma de avaliação por meio de indicadores.

Os PLS deverão conter, no mínimo, segundo Art. 5º da IN. 10/2012 o seguinte:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
 IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, IN 10/2012).

Segundo o Art. 8º da IN, as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger, no mínimo, temas como:

I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
 II – energia elétrica;
 III – água e esgoto;
 IV – coleta seletiva;
 V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;
 VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
 VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (BRASIL, IN 10/2012).

De acordo com a IN, em seu Art. 9º, para cada tema desses deverão ter seus criados Planos de Ação, contendo: objetivo do plano e detalhando das ações; unidades envolvidas; metas; cronograma; previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações (BRASIL, IN 10/2012).

Para Luiz, Pfitscher e Rosa (2015), a gestão socioambiental vem se firmando como um relato obrigatório de elaboração e divulgação institucional, na qual, a partir de 2012, órgãos públicos federais brasileiros passaram a ter a obrigação de elaborar e implementar o Plano de Logística Sustentável (PLS), divulgando seus resultados periodicamente.

Objetivando auxiliar na elaboração do PLS, a IN nº 10/2012 sugere algumas iniciativas que podem ser observadas, entre elas está a A3P (BRASIL, 2012), que é um programa, de adesão facultativa, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Seu objetivo é estimular os órgãos públicos a implementarem práticas sustentáveis, objetivando a eficiência na atividade pública, promovendo, também, a preservação do meio ambiente (MMA, 2016).

A A3P foi concebida em 1999, mas somente em 2001 foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública. Em 2002, a A3P foi premiada como “o melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sendo reconhecida pela relevância e os resultados positivos com a sua implantação (MMA, 2016).

Os objetivos da A3P envolvem a sensibilização do gestor público sobre questões socioambientais, a promoção do uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais, a contribuição para a melhoria da qualidade de vida, a redução do impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela administração pública e também a

revisão dos padrões de produção, de consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade (MMA, 2016).

O programa do MMA auxilia os órgãos que formalizaram o Termo de Adesão, com apoio técnico para implementação e operação da agenda, além de oferecer cursos de capacitação, promoção de eventos e disponibilização de conteúdos didáticos gratuitos, além de monitorar e supervisionar as instituições na plataforma Ressoa – sistema de gestão socioambiental que permite acompanhar metas e consolidar informações, evitando assim, a emissão de relatórios físicos (MMA, 2016).

Há duas formas de aderir à A3P: formalizando a adesão por meio do Termo de Adesão ou entrando como parceiro na rede sem aderir ao termo (MMA, 2016). Salienta-se que a adesão é voluntária e para quem formalizar parceria por meio do Termo de Adesão receberá apoio técnico para implementação e operação da agenda (MMA, 2016).

Com seis eixos temáticos, fundamentados na política dos 5 R's (Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais negativos significativos), a proposta da agenda é criar uma cultura socioambiental na administração pública (MMA, 2016). No Quadro 4, destacam-se os eixos da A3P, algumas das implicações de cada eixo e a relação com os temas mínimos do PLS.

Quadro 4 - Eixos Temáticos da A3P e Temas Mínimos do PLS

Eixo temático da A3P	Temas Mínimos do PLS
Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão; Energia elétrica; Água e esgoto; Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.
Gestão adequada dos resíduos gerados	Coleta seletiva
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Qualidade de vida no ambiente de trabalho
Sensibilização e capacitação dos servidores	OBS: não figura como “Tema Mínimo” a ser abrangido no PLS, mas como “Conteúdo Mínimo”.
Compras públicas sustentáveis	Compras e contratações sustentáveis
Construções sustentáveis	Contratação de Obras e Manutenção Predial

Fonte: Elaborado pela autora, com base em BRASIL (2012); Luiz, Pfitscher & Rosa (2015); MMA (2021).

Os temas mínimos apresentados no Quadro 4 permitem elucidar algumas dimensões da sustentabilidade presente no PLS, além disso, nota-se que para a realização dessas ações envolve diversos atores sociais, abrindo espaço para a coprodução do bem público.

Luiz, Pfitscher & Rosa (2015) frisam que é importante observar que os temas mínimos se referem a tópicos ou assuntos que devem ser abordados/medidos no PLS; já o conteúdo mínimo se refere ao que deve estar contemplado nesse plano. Salientam, também, que, ações

de sensibilização e capacitação são fundamentais para a boa execução das demais ações do PLS.

Os indicadores servem para avaliar a sustentabilidade na instituição, no que se refere aos temas mínimos do PLS, e devem conter: nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia de apuração e periodicidade de apuração (BRASIL, 2012). A adoção de práticas sustentáveis, a médio e longo prazo, onde os recursos naturais são utilizados de forma inteligente, resulta em novas perspectivas de vida para as gerações futuras, garantindo a manutenção dos recursos naturais necessários para a qualidade de vida (MAPA, 2019).

Ademais, Kiekow *et al.* (2019) afirmam que as organizações que direcionam suas inovações de prestação de serviços para aspectos sustentáveis melhoram sua competitividade em relação a seus concorrentes. Neste sentido, percebe-se a necessidade de criação de políticas públicas e oportunidades de negócios que visem a mitigação dos impactos ambientais. Além disso, os autores ainda informam que conciliar o uso da tecnologia com a sustentabilidade fomenta a disseminação de serviços “verdes”, como contratos, sistemas de reaproveitamento de água e entrega de *tickets*, suprimindo o mercado emergente em nichos nos quais predomina a preocupação socioambiental.

Segundo Oda *et al.* (2009) a logística é um mecanismo na estratégia organizacional, colaborando para diminuição dos custos e para o aumento da integração na gestão da cadeia de suprimentos, de forma sustentável, logo, devendo ser contemplada na estratégia organizacional.

Já, a logística sustentável colabora para agregação de valor de uma organização, mitigando a utilização de matéria-prima e a emissão de poluentes, além de evidenciar a responsabilidade socioambiental e o surgimento de tecnologias limpas suprimindo, assim, a sociedade e o mercado com bens e serviços sustentáveis (FARIAS *et al.*, 2013).

Assim, as buscas pela eficiência e pela maior produtividade são respostas organizacionais a um mercado altamente competitivo e inconstante (PEREIRA e BARBOSA, 2018). Então, relacionar os temas mínimos do PLS, relatados no Quadro 4, com a coprodução, no contexto universitário, pode ser viável para demonstrar o quanto é importante a participação dos atores sociais para uma universidade mais participativa e sustentável.

De acordo com Sachs (2008), as soluções para os problemas socioambientais não estão nas forças do mercado, devido a sua incapacidade de superá-los, mas na cooperação global; destaca ainda que as tecnologias sustentáveis podem contribuir para a superação dessas crises. Esse argumento de Sachs (2008), colabora para dar mais ênfase ao próximo tema da pesquisa – Coprodução do Bem Público.

2.3 COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO: ASPECTOS HISTÓRICO–CONCEITUAIS

Ao iniciar este tópico é preciso destacar alguns conceitos, que serão tratados ao longo da dissertação, objetivando uniformizar a linguagem para contribuir com o entendimento da argumentação.

Bem Público: Busca a felicidade natural da coletividade, ou seja, um valor político ligado à ética e à moral (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Neste trabalho, esse bem público será considerado a sustentabilidade, a qual se deseja coproduzir.

Serviço Público: quando possuir as mesmas características do bem público, podem ser considerados parte do mesmo (SOUZA, 2015).

De acordo com Neto, Salm & Burigo (2014) o tema coprodução, no meio acadêmico, teve suas primeiras manifestações por volta da década de 1970 com o advento da Proposição n. 13 do estado da Califórnia, na qual colocava limites fiscais ao orçamento, necessitando recorrer a outras estratégias de produção dos serviços públicos, passando os Estados, Condados e Municípios a envolver o cidadão, os grupos sociais e demais organizações na construção dos serviços públicos.

Para Salm (2014) a coprodução é uma estratégia que possibilita a produção de bens e serviços públicos, caracterizada pela participação de organizações formais, públicas, privadas, organizações não governamentais, grupos da comunidade e demais integrantes da sociedade no compartilhamento de responsabilidades e produção dos serviços públicos.

Salm (2014, p. 43) afirma ainda que “bens e serviços compreendem desde a formulação de políticas públicas e a articulação de movimentos que buscam o bem da comunidade, até a realização de serviços rotineiros de segurança, saúde, educação, entre outros.” O autor ainda destaca que a gestão social e a coprodução apresentam várias interfaces, conforme Quadro 5, que indicam convergência entre a gestão pública, a coprodução e a gestão social, apontando a necessidade de reconceituar o que é a gestão pública visto que o foco passa a ser a produção de bens e serviços públicos, junto à comunidade, e não mais à organização e à gestão das burocracias públicas.

Quadro 5 - Premissas Básicas da Gestão Social e Coprodução

Premissas Básicas da Gestão Social Coprodução dos Bens e Serviços Públicos
Participação do cidadão como agente político na comunidade
Multidimensionalidade humana
Primazia do interesse público sobre o interesse privado
Empoderamento da comunidade
Responsividade que torna plena a <i>accountability</i> dos agentes públicos

Ênfase na autorrealização humana e na sustentabilidade da biosfera
Superação do modelo burocrático centralizador pouco eficiente e eficaz de produção dos bens e serviços públicos.

Fonte: elaborado pela autora, baseado em Salm (2014).

A coprodução de bens e serviços requer a participação da sociedade, em maior ou menor grau, a fim de uma boa comunidade com práticas e valores coerentes com a multidimensionalidade humana, como o interesse público sobre o interesse privado, focando na autorrealização e na sustentabilidade da biosfera (SALM, 2014).

Segundo Age e Schommer (2017, p. 426) “a coprodução é uma abordagem que, potencialmente, aumenta a qualidade, a eficiência e a legitimidade dos serviços públicos, podendo ser aplicada do planejamento à entrega do serviço.”

Por sua vez, Durose, Needham, Mangan, & Rees (2017) salientam ainda que há uma série de perspectivas e tipologias de coprodução do bem público como: quem coproduz; quantas pessoas coproduzem; em que estágio a coprodução ocorre; o que é coproduzido; e, como a coprodução se relaciona com outras formas de participação cidadã.

Para Salm (2014) os modelos de coprodução podem ser classificados da seguinte forma:

[...] **a coprodução nominal** – que visa, apenas, tornar eficiente a prestação dos serviços públicos; **a coprodução simbólica** – que busca envolver o cidadão para demonstrar a presença do Estado; **a coprodução funcional** – que trata do alcance de resultados com eficiência e eficácia; **a coprodução representativa com sustentabilidade** – que promove a sinergia entre cidadãos, organizações da comunidade e o aparato do estado para a realização dos serviços públicos; **a coprodução voltada à mobilização comunitária** – que tem como propósito a realização dos bens e serviços públicos e a articulação política da comunidade de forma continuada e permanente. [grifo da autora]

Segundo Neto, Salm & Burigo (2014) as tipologias de coprodução propostas por Arnstein (1969), Pretty (1995) e White (1996) serviram de referência para Salm e Menegasso (2010) proporem modelos de coprodução dos serviços públicos supracitados.

Para Salm e Menegasso (2010) debater sobre os modelos de coprodução subsidia estudiosos e pesquisadores do tema, visto que, cada vez mais os serviços públicos estão sendo realizados por meio da coprodução.

Os modelos propostos por Salm e Menegasso (2010) são simplificações da realidade, sendo necessário complementar com outros componentes como: a formação, a liderança, a coordenação e a organização da rede de coprodução dos serviços públicos. Ainda, a implementação da coprodução precisa ser explorada para subsidiar os modelos, discutindo como a comunidade se articula para a coprodução dos serviços públicos, entendendo também,

o papel dos dirigentes públicos no processo, pois além de gestores, são facilitadores da coprodução (SALM & MENEGASSO, 2010)

A partir dessas considerações, elaborou-se Quadro 6 para destacar as características dos modelos de coprodução dos serviços públicos e os respectivos modos de gestão.

Quadro 6 - Síntese das características dos modos de gestão de cada um dos modelos de coprodução

Modelos de coprodução dos serviços públicos	Conceitos	Características do modo de gestão – categorias que orientam o modo de gestão
Nominal	A coprodução nominal é uma estratégia para a produção dos serviços públicos, por meio de compartilhamento de responsabilidades entre pessoas da comunidade, preferencialmente voluntários, e o aparato administrativo público de Estado, com o propósito apenas de tornar eficientes esses serviços.	Os valores são organizacionais; o interesse preponderante é o da sociedade e da organização; objetivo é a produção dos serviços públicos; a racionalidade é a funcional; a ética é a da responsabilidade; o protagonismo é do Estado; a liberdade de agir é restrita; a participação é restrita; o envolvimento é alienativo/ calculativo; o poder é coercitivo/ remunerativo; a transparência se dá segundo a lei; a prestação de contas é aos órgãos legislativo e de contas; a responsividade é à organização; o envolvimento externo é esporádico.
Simbólica	A coprodução simbólica é uma estratégia para envolver os cidadãos na produção dos serviços públicos para demonstrar a presença do Estado.	O modelo simbólico pode ser incluído, com muitas ressalvas, na velha e na nova gestão pública. Por ser muito particular e exigir práticas manipulativas de massa na sociedade, não é possível definir exatamente as características que são próprias para o seu modo de gestão.
Funcional	A coprodução funcional é uma estratégia utilizada pelo aparato público do Estado para produzir os serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz, com a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade.	Os valores predominantes são os da burocracia; o interesse é o interesse individual/privado; o objetivo é produzir serviços públicos para clientes; a racionalidade é a funcional; a ética é a da responsabilidade; o protagonismo é do Estado e do mercado; a liberdade de agir é restrita; a participação é restrita; o envolvimento é calculativo; o poder é remunerativo; a transparência segue a lei e a demanda dos clientes; a prestação de contas é aos órgãos legislativos e de contas e à clientela; a responsividade é à clientela e à organização; o envolvimento externo é com a sociedade e a clientela.
Representativa com Sustentabilidade	A coprodução representativa com sustentabilidade é o resultado da sinergia que se estabelece na realização dos serviços públicos de que participam os cidadãos, as organizações da comunidade e o aparato administrativo do Estado que, no seu conjunto, interagem em prol do bem comum.	Os valores predominantes são os da democracia e os do interesse público; o interesse preponderante é o público e servir ao cidadão; o objetivo é produzir serviços públicos para a comunidade e para o cidadão; a racionalidade é a funcional e a substantiva; a ética é a da responsabilidade e a da convicção; o protagonismo é do Estado e da comunidade; a liberdade de agir é ampla, com foco no interesse público; a participação é necessária e ampla; o envolvimento é calculativo/moral; o poder é remunerativo/ normativo; a transparência segue a lei e o direito da comunidade; a prestação de contas é aos órgãos legislativos e de contas e à comunidade; a responsividade é à comunidade e ao cidadão; o envolvimento externo é contínuo e permanente.
Para a Automobilização Comunitária	A coprodução para a mobilização comunitária é uma estratégia para a realização dos serviços públicos de	O modelo de coprodução por meio da automobilização é um constructo teórico do tipo ideal em que a articulação permanente da comunidade orienta a

	que participa toda a comunidade, orientada por princípios éticos e pela democracia normativa, com o propósito de manter a sociedade permanentemente mobilizada.	coprodução dos serviços públicos. Nesse caso, o protagonismo na coprodução dos serviços é o resultado da articulação permanente da comunidade, não do aparato público do Estado. As demais características se assemelham às do modelo de coprodução representativa com sustentabilidade.
--	---	--

Fonte: Neto, Salm & Burigo (2014) elaborado a partir das propostas de modelos de coprodução de Salm e Menegasso (2010).

Apesar dos desafios, as comunidades são um laboratório vivo para realizar as suas pesquisas (SALM e MENEGASSO, 2010). Assim, também, as Instituições de Ensino (IEs), que como atores sociais, exercem papéis na sociedade, como promotoras de empregos, gerenciadoras de recursos e geradoras de resíduos, o qual impacta o meio ambiente (POSNER e STUART, 2013) podem ser objetos de estudo muito interessantes para temáticas dessa natureza.

Segundo Pereira e Barbosa (2018), as IEs são locais de aprendizagem e pesquisa, na qual formam profissionais para compreensão dos problemas ambientais e formulação de estratégias e técnicas para solucioná-los, promovendo uma base de fomento na composição de políticas sociais que conduzam a comportamentos sociais mais sustentáveis

Weenen (2000) aborda três maneiras para as Instituições de Ensino (IEs) enfrentarem o desafio para mudanças de paradigmas no que se refere a sustentabilidade: abordagem evolutiva (há esforço preliminar de integração da sustentabilidade em toda a universidade); abordagem chave (pessoas e disciplinas estão centradas e motivadas para responderem ao desafio); abordagem pioneira (contexto organizacional novo é percebido como potencial promissor na contribuição para a sustentabilidade).

Além disso, para que as IEs promovam e liderem ações para práticas sustentáveis, de forma que gere menos impacto na qualidade de vida das gerações futuras, seus profissionais precisam estar bem preparados com relação à sustentabilidade, ou seja, educando e formando jovens e adultos, com um olhar para novos padrões socialmente sustentáveis (LOZANO *et al.*, 2013).

Logo, pesquisar sobre a coprodução na perspectiva do PLS, possibilitará identificar que modelo de coprodução se destaca na construção desse bem público, considerado neste trabalho a sustentabilidade. Ademais, analisar o PLS permitirá verificar as dimensões da sustentabilidade abordadas no plano.

2.4 ESTADO DA ARTE DOS MODELOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

O estado da arte pode ser caracterizado como um estudo bibliográfico, além de ter

caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que se deseja pesquisar, objetivando mapear e discutir as produções acadêmicas nos diferentes campos do conhecimento para responder quais aspectos e dimensões estão destacados em diferentes épocas e lugares (FERREIRA, 2002).

Neste trabalho, utilizou-se a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como base para o levantamento dos dados. Em primeiro momento, buscou-se identificar trabalhos acadêmicos que abordassem tanto a Sustentabilidade, como a Coprodução.

Os descritores utilizados para a busca na plataforma foram **“Coprodução”** e **“Sustentabilidade”**, delimitou-se que a busca ocorresse no Resumo em Português, não estipulando período para a consulta– retornaram 11 trabalhos (dois deles estão duplicados).

Dentre os trabalhos selecionados, foram analisados os resumos e excluídos da seleção: os que não continham os descritores no resumo, os repetidos e os que não eram afins com este trabalho. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, restaram 3 trabalhos, conforme Quadro 7:

Quadro 7 - Teses referentes aos temas: Coprodução e Sustentabilidade

Ano	Título	Autor (a)	Palavras-chave	Instituição
2020	Mapeamento da produção científica sobre a região metropolitana de Curitiba e o seu alinhamento com os objetivos do desenvolvimento sustentável	Gaertner, Elaine Wantroba	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento Científico. Interdisciplinaridade. Transdisciplinaridade Desenvolvimento Territorial Sustentável. Região Metropolitana de Curitiba. Ciências da Sustentabilidade.	UTFPR
2017	Análise de maturidade da coprodução de conhecimento transdisciplinar: um estudo de caso em uma rede agroecológica	Pimenta, Rosângela Borges	Coprodução de conhecimento, análise de maturidade transdisciplinaridade, rede agroecológica.	UFSC
2012	Universidade pública e sociedade: a inserção social dos programas stricto sensu em administração e a coprodução do bem público	Silva, Maria Helena	Pós-graduação. Inserção social. Coprodução. Avaliação	UFBA

Fonte: Elaborado pela autora, baseado no BDTD. Atualizado. Acesso em 29 de mai 2022.

No trabalho de 2020 – tese de Elaine Wantroba Gaertner - o objetivo foi identificar o alinhamento da produção científica sobre a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), como características das Ciências da Sustentabilidade. O trabalho relata que há relações interdisciplinares e transdisciplinares na produção científica relacionada aos ODS da RMC, e o seu alinhamento com os ODS.

Por fim, os resultados da tese demonstraram que há cooperação e coprodução de

conhecimento entre os autores e que as pesquisas são naturalmente inter e transdisciplinares. Há, também, participações de outras instituições de dentro e fora da academia, assim como diferentes atores, colaborando para a coprodução em torno de um mesmo território.

No trabalho de 2017 – tese de Rosângela Borges Pimenta – o objetivo foi elaborar um instrumento de análise da maturidade para o processo de coprodução de conhecimento em projetos de pesquisas transdisciplinares.

O estudo demonstrou a carência de ferramentas de avaliação para acompanhamento contínuo, devido a coprodução ser um processo que envolve uma relação entre ciência, sociedade e governo, tendo como maior desafio entender a complexidade dos problemas a partir do entendimento dos atores sociais.

A pesquisa relata que o nível de envolvimento dos integrantes da equipe foi na forma de colaboração, ficando a coprodução mais restrita aos integrantes que participaram de forma mais ativa no projeto. Por fim, o trabalho possibilitou a identificação e análise do nível de maturidade da equipe e propôs ações que contribuem para melhoria contínua de projetos transdisciplinares.

No trabalho de 2012 – tese de Maria Helena Silva – o objetivo foi verificar se as ações de inserção social dos Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração (período 2007 a 2009) estavam norteadas por algum dos cinco modelos de coprodução do bem público: nominal, simbólica, funcional, representativa com sustentabilidade e para a mobilização comunitária.

As evidências apontaram que sim, as ações de inserção social se identificavam com: a coprodução funcional, devido à participação da sociedade se dar a partir da preocupação dos programas com a eficiência e a eficácia; a coprodução simbólica, devido às ações terem visibilidade de cunho informacional e de transparência parcial das ações, visto que não atingem o conceito de *accountability*.

Este estudo permite inferir que os programas de pós-graduação têm inserção social, mas não foi possível afirmar que essa inserção social promova, diretamente, a transformação social, devido aos dados coletados no referido período não possuírem informações suficientes.

Para concluir, as ações de inserção social se identificam com a coprodução do bem público, ocorrendo por meio de solicitação de serviços ou ajuste mútuo entre o programa e a sociedade, mas não há uma participação efetiva nos programas de pós-graduação por parte da sociedade, enquanto agentes políticos.

Após análise do levantamento do Estado da Arte, quanto à relação – **Coprodução e Sustentabilidade** (Quadro 7) - nota-se que é possível perceber o uso dos modelos de coprodução do bem público somente no trabalho de 2012. Nos mais recentes não foram

abordados os modelos da coprodução, no entanto trazem a transdisciplinaridade como coprodutora do conhecimento, por meio de múltiplos atores.

Assim, diante de poucos trabalhos na base de dados BDTD que envolvam sustentabilidade e coprodução, buscou-se realizar uma nova consulta, a fim de identificar as temáticas separadamente. A escassa produção, talvez possa se dar pelo tipo de estudo que são Teses ou até mesmo pela plataforma BDTD.

Então, dessa vez, os descritores utilizados na base de dados BDTD foram **Sustentabilidade** e **“Universidade Pública”**, com busca dos termos no Resumo em Português. Optou-se em agregar mais um descritor na consulta para um reduzir o número de trabalhos e filtrar os relacionados com Universidades. Dessa forma, retornaram 139 trabalhos (4 deles estão duplicados), então optou-se por não estipular período para a consulta.

Dentro os trabalhos obtidos, foram analisados os resumos e excluídos da seleção: os que não tinham relação com Universidades Públicas, os duplicados, os trabalhos que não abordavam assuntos afins com a pesquisa e os que não tinham os dois descritores selecionados no resumo. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, restaram 12 trabalhos, conforme Quadro 8:

Quadro 8 - Teses e dissertações referentes aos temas: Sustentabilidade e Universidade Pública

Ano	Título	Autor (a)	Palavras-chave	Instituição
2020	Aprimoramento de gestão para a eficiência e sustentabilidade das atividades de um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): um estudo aplicado em uma universidade pública multicampi.	Freitas, Ingrid Zanuto de	Interação universidade-empresa-governo; Núcleos de Inovação Tecnológica; gestão; ferramentas estratégicas; eficiência e sustentabilidade	UNIOESTE
2019	A extensão universitária na interface sociedade-meio ambiente: um estudo nas universidades públicas estaduais do Paraná.	Bilert, Vania Silva de Souza	Extensão universitária; Sustentabilidade ambiental; Desenvolvimento local; Universidades públicas estaduais do Paraná; Sociedade e meio ambiente.	FURB
2019	Práticas sustentáveis: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior	Peixoto, Carol Soares Bezerra de Sá	Administração pública; Gestão sustentável; Sustentabilidade; Práticas Sustentáveis; A3P	UFRPE
2019	A responsabilidade socioambiental em instituições públicas: um estudo de caso para a Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco	Batista, Agleilson Souto	Responsabilidade socioambiental; Indicadores; Diagnóstico; Universidades Federais.	UFRPE
2019	O plano de gestão de logística sustentável nas universidades públicas federais do Rio Grande do Sul: uma proposta para a Universidade Federal de Pelotas	Islabão, Júlia de Oliveira	Gestão Ambiental; IES; Sustentabilidade Ambiental.	UFPEL
2018	Análise dos parâmetros de	Rodrigues,	Sustentabilidade; Gestão Ambiental;	UFSCAR

	sustentabilidade em dois campi de universidades federais: UNIFESP e UFSCar	Suelen Cristiane	Educação Ambiental	
2018	Diretrizes para a gestão das compras públicas sustentáveis: a contribuição da UTFPR para o desenvolvimento nacional sustentável	Silva, Cristina Aparecida da	Sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável. Diretrizes. Compras Públicas Sustentáveis.	UTFPR
2017	Educação ambiental e práticas sustentáveis na educação a distância	Ferreira, Andreza Priscila de Lima	Educação Ambiental; E-learning; M-learning; Aplicativo.	UFRPE
2016	Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica em educação ambiental no Brasil: um estudo a partir de teses e dissertações	Camargo, Diogenes Rafael de	Sustentabilidade; Desenvolvimento sustentável; Teses e Dissertações; Educação Ambiental; Estado da Arte.	UNESP
2016	Desenvolvimento de instrumentos para a avaliação de desempenho ambiental na produção de refeições	Strasburg, Virgílio José	Aspectos ambientais; Desempenho ambiental; Ecoeficiência; Impactos ambientais; Refeições.	UFRGS
2012	Sustentabilidade ambiental das universidades: avaliação de seis universidades sediadas no Estado de São Paulo a partir da análise das informações em seus websites	Cóffani-Nunes, Klaudio	Campus Sustentável; instituições de Ensino Superior de São Paulo; Internet; Sustentabilidade Aplicada; Gestão Ambiental.	UNESP

Fonte: elaborado pela autora, baseado na BDTD. Atualizado. Acesso em 29 de mai 2022.

No trabalho de 2020 - dissertação de Ingrid Zanuto de Freitas – o objetivo foi propor ações para o aprimoramento da gestão do NIT da Universidade Estadual do Oeste do Paraná com vistas à eficiência e sustentabilidade das atividades do departamento, por meio de propostas de estratégias, metas e indicadores de desempenho, formando um planejamento estratégico para o NIT.

Assim, problemas e dificuldades identificados pelo estudo poderão ser amenizados ou solucionados, visto que a pesquisa deixa como contribuição um instrumento de planejamento e monitoramento de atividades de forma eficiente e sustentável. Por fim, afirma que o estudo pode servir como base e ser adaptado em outros NITs nacionais e internacionais, pois as dificuldades enfrentadas pelo NIT se assemelham.

No trabalho de 2019 - tese de Vania Silva de Souza Bilert – o objetivo foi compreender a dinâmica das ações de extensão expressadas pelas universidades públicas estaduais do Paraná na interface entre sociedade e meio ambiente, desenvolvidas na escala local.

Os resultados do trabalho apontaram que significativa parte dos trabalhos de extensão possuem enfoque ambiental, voltado aos princípios agroecológicos, valorizando os recursos locais e contribuindo localmente na efetivação dos resultados ambientais. Outro achado da tese foi que o desenvolvimento das atividades de extensão está condicionado ao financiamento público, particularizando-se a partir do repasse financeiro via edital do

Programa Universidade Sem Fronteiras - USF, do convênio com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do governo do Paraná. Assim, a autora concluiu que as ações estão cumprindo seu papel de promotoras do desenvolvimento local, contribuindo com alternativas para um desenvolvimento mais participativo e sustentável.

No trabalho de 2019 - dissertação de Carol Soares Bezerra de Sá Peixoto – o objetivo foi analisar como ocorrem as práticas sustentáveis na Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE/UAG) de acordo com o que orientam os seis eixos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Segundo a autora, as Instituições Públicas de Ensino Superior são grandes consumidoras de bens e serviços. Assim, para diminuir os impactos negativos desse consumo, as Instituições possuem um papel fundamental no que se refere à difusão e implantação de práticas sustentáveis. Logo, os resultados do trabalho demonstraram que nos documentos de planejamento da UFRPE há o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Foram identificadas as principais iniciativas de ações sustentáveis, mas muito pontuais e individuais, como é o caso da utilização de papel reciclado, da coleta adequada de resíduos perigosos e de ações ligadas à redução do consumo de energia e de copos descartáveis. As principais dificuldades foram de natureza administrativa, orçamentária e cultural, na qual há falta de conhecimento e treinamento dos atores sobre ações sustentáveis e há falta de uma política institucional mais efetiva, para adoção de práticas sustentáveis no ambiente laboral. Diante disso, a autora concluiu que as medidas de sustentabilidade da A3P ainda não estão consolidadas na UAG, sendo necessária maior atenção institucional para superar os obstáculos encontrados e, com isso, se alcançar o desenvolvimento sustentável.

No trabalho de 2019 - dissertação Agleilson Souto Batista – o objetivo foi fazer um diagnóstico sobre as ações socioambientais que estão sendo adotadas na gestão da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco, UAST/UFRPE, a partir de práticas gerenciais e operacionais relacionadas à estratégia para a sustentabilidade, às relações com os empregados e à Gestão Ambiental.

Nos resultados do trabalho, o autor percebeu a preocupação da questão ambiental pela instituição, visto estar formalmente inserido na gestão, mesmo de forma embrionária e que a Instituição atende parcialmente as diretrizes da A3P, mas não possui a adesão formal ao programa e as ações acontecem de maneira isolada e desarticuladas. No entanto, os docentes e técnicos, lotados na Unidade Acadêmica de Serra Talhada, divergem quanto ao posicionamento institucional em relação às questões socioambientais, sugerindo a necessidade de melhoria na divulgação das ações existentes na UAST. Por fim, a análise da dissertação indica a necessidade de criar uma agenda ambiental e um comitê para debater a temática

socioambiental com representações docente, discente e de agentes universitários, uma vez que a temática exige esforço de toda a comunidade acadêmica para que se obtenha os resultados esperados.

No trabalho de 2019 – dissertação de Júlia de Oliveira Islabão – o objetivo foi elaborar uma proposta de intervenção com medidas para a implementação do PLS na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A autora explica que o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de planejamento para que as instituições estabeleçam práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. Por fim, o estudo sugeriu ações para a Instituição, como definição de responsabilidades, construção de parâmetros e métricas para mensuração e previsão de campanhas de capacitação e conscientização quanto à importância do PLS, as quais foram elaboradas para auxiliar a UFPel no processo de adesão ao plano, considerando os diagnósticos realizados.

No trabalho de 2018 – dissertação de Suelen Cristiane Rodrigues – o objetivo foi avaliar as práticas de sustentabilidade, adotadas por duas universidades públicas brasileiras.

Com base nas emergências do estudo, a autora percebeu que, apesar dos esforços empreendidos pelas instituições avaliadas, as práticas de sustentabilidade estão sendo incorporadas aos poucos no cotidiano universitário, por meio de ações pontuais e de caráter técnico, como o gerenciamento de resíduos nos campi e os projetos de pesquisa e extensão, que demonstram a preocupação da universidade com questões sociais. Porém, há um longo caminho a ser percorrido para a efetividade da sustentabilidade no ambiente universitário.

No trabalho de 2018 – dissertação de Cristina Aparecida da Silva – o objetivo foi definir diretrizes para a ampliação das compras públicas sustentáveis no âmbito da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Os resultados deste estudo demonstraram que a ampliação da inserção de critérios sustentáveis nos processos de compras da Instituição está ligada, a pelo menos, quatro diretrizes: planejamento das aquisições, adesão à sistemática de compras compartilhadas, sensibilização e capacitação dos envolvidos, e a criação de grupos de trabalho multidisciplinares. A autora concluiu, também, que reside no fator humano o elemento-chave para o sucesso ou fracasso para a ampliação das compras públicas sustentáveis na UTFPR.

No trabalho de 2017 – dissertação de Andreza Priscila de Lima Ferreira – o objetivo foi analisar as contribuições do *e-learning* e *m-learning* na sensibilização sobre questões ambientais no sentido de influenciar o comportamento do consumo consciente nos polos presenciais e sede de uma unidade acadêmica de educação à distância de uma universidade pública brasileira.

A autora constatou que ações de educação ambiental podem ser favorecidas pelo uso da Educação a Distância e das tecnologias, *e-learning* e *m-learning*, objetivando incentivar o consumo consciente do papel, do copo descartável, da energia e da água na universidade. O *e-learning* se apresentou como uma ferramenta importante para capacitação e incentivo à sensibilização do sujeito diante das questões ambientais. Assim, concluiu-se que o uso de tecnologias na Educação a Distância pode contribuir no desenvolvimento da educação ambiental.

No trabalho de 2016 – dissertação de Diogenes Rafael de Camargo – o objetivo foi identificar e analisar os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica (dissertações e teses) em Educação Ambiental no país. Segundo o autor, a pesquisa se justifica por não haver consenso no meio científico dos conceitos sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, sendo compreendidos como sinônimos, às vezes.

Dos trabalhos analisados pelo autor, alguns divergiam e outros convergiam em relação aos conceitos. Surgiu, também, um terceiro fator que o desenvolvimento sustentável não seria um conceito, mas uma ideia de força, para alcançar a sustentabilidade. Diante disso, o autor ressalta algumas alternativas de conceitos para substituir o conceito – desenvolvimento sustentável, como: Desenvolvimento Local ou Desenvolvimento Econômico Local; Ecomunitarismo, Sociedades sustentáveis e Ecossocialismo.

No trabalho de 2016 – tese de Virgílio José Strasburg – o objetivo foi desenvolver instrumentos para a avaliação de desempenho ambiental, direcionado ao segmento de produção de refeições. O autor salienta que devem ser considerados e identificados os aspectos ambientais no desenvolvimento de atividades, produtos e serviços, para que se possa definir critérios de mensuração ambiental.

Ainda destaca que, no segmento de produção de refeições, não há material que especifique como avaliar e sim o que fazer, foi então o que motivou o autor para construção da tese. Assim, os resultados permitiram a continuidade de investigações relacionadas com o tema de avaliação do desempenho ambiental aplicáveis para o segmento de produção de refeições.

Por último, **no trabalho de 2012** – dissertação de Klaudio Cóffani-Nunes – o objetivo foi analisar e produzir um panorama de como as maiores universidades do estado de São Paulo expuseram espontaneamente em seus *websites* oficiais, suas iniciativas e boas práticas sustentáveis, tanto em seu planejamento estratégico, como em suas operações e em sua comunicação via internet, ao longo de quase doze meses anteriores a Rio + 20 (Conferência da ONU sobre Desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro, Brasil).

Considerando que as universidades contribuem para produzir e propagar as

informações sobre desenvolvimento sustentável e a gestão organizacional, mas que não são reconhecidas por internalizar práticas sustentáveis, o autor constatou que não há coerência entre o que se comunica e o efetivo desempenho ambiental da instituição. Além disso, a comunicação das universidades públicas estão mais amadurecidas na gestão ambiental de seus campi do que as universidades privadas, exceto as de capital aberto na bolsa de valores.

Após análise do levantamento do Estado da Arte, quanto à relação – **Sustentabilidade e Universidade Pública** (Quadro 8) – nota-se que a questão da sustentabilidade, apesar de alguns avanços, ainda não estaria consolidada em Instituições de Ensino Superior Públicas.

Da análise do estado da arte, notou-se que alguns trabalhos trouxeram a tecnologia como ferramenta para colaborar com a sustentabilidade. Outro estudo, salientou que ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade.

E, na maioria dos trabalhos, foi destacado que é preciso ação conjunta e participativa da comunidade acadêmica e da sociedade para a promoção da sustentabilidade; isso converge com a temática da coprodução do bem público.

Por fim, pesquisou-se por meio do descritor “coprodução do bem público”, que ocorreu no Resumo em Português, não estipulando período para a consulta.

Dentre os 05 trabalhos obtidos, foram analisados os resumos e não foram excluídos nenhum da seleção, conforme Quadro 9:

Quadro 9 - Teses e dissertações referentes ao tema: Coprodução do bem público

Ano	Título	Autor (a)	Palavras-chave	Instituição
2016	Atributos da governança pública: mecanismos de atendimento da política nacional de resíduos sólidos no município de Catalão (GO)	Souza, Carla Mendonça de	Governança pública. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Redes públicas. Atributos da Governança pública.	UFG
2016	Capacidade de absorção de conhecimentos na administração pública	Abreu, Ana Cláudia Donner	Capacidade de absorção. Administração pública. Cidades do conhecimento.	UFSC
2015	A coprodução do bem público aplicada aos projetos de administração pública premiados pelas nações unidas	Souza, Victor Burigo.	Coprodução. Administração pública. Modelos. Participação.	UFSC
2015	Universidade pública e sociedade: a inserção social dos programas stricto sensu em administração e a coprodução do bem público	Silva, Maria Helena	Pós-graduação. Inserção social. Coprodução. Avaliação.	UFBA
2014	A experiência da governança pública na elaboração dos planos estaduais de cultura	Mattia, Clenia de	Governança Pública, Planos Estaduais de Cultura, Políticas Culturais.	UFSC

Fonte: Elaborado pela autora, baseado na BDTD. Atualizado. Acesso em 29 de mai 2022.

No trabalho de 2016 – dissertação de Carla Mendonça de Souza – o objetivo foi identificar a estrutura existente e descrever como se apresentam os atributos da governança pública perante o atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos no município de Catalão (GO).

A autora destaca que a falta de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos é um dos problemas ambientais do Brasil, pois muitos municípios ainda descartam seus resíduos em lixões. Também enfatiza que é importante a participação das diferentes esferas do poder público com o setor empresarial e com os demais segmentos da sociedade para que a política seja implementada. Nos resultados, a autora conseguiu identificar a participação de algumas organizações para uma melhor gestão de resíduos sólidos urbanos em Catalão/GO, mas a estrutura que existe para compartilhamento de responsabilidade não pode ser considerada, ainda, uma rede e nem um conjunto interorganizacional. No entanto, em Catalão/GO há um conselho deliberativo, que permite um espaço para diálogos com outros atores não estatais. Além disso, há o Portal da transparência, colaborando assim com os mecanismos de transparência e prestação de contas. A autora informa que os mecanismos, junto com o conselho, possibilitam o controle por parte da sociedade sobre o atendimento das políticas ambientais no município. Por fim, conclui que o atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos em Catalão/GO se encontra permeada pelos atributos da Governança Pública.

No trabalho de 2016 – tese de Ana Cláudia Donner Abreu – o objetivo foi analisar quais aspectos da capacidade de absorção de conhecimento de uma empresa pública potencializam a coprodução de bem público em uma Rede de conhecimento,

A autora afirma que, a partir da experiência da Rede da maricultura da Grande Florianópolis, inúmeros aspectos potencializaram a coprodução do bem público, suportados por características positivas de relacionamento como confiança, reciprocidade, comunicação, responsabilidade e aplicação. E, ainda, que a estruturação e o funcionamento da Rede se constituíram como um modelo que configura uma Cidade do Conhecimento, ou seja, como uma Rede de aprendizagem.

No trabalho de 2015 – dissertação de Victor Burigo Souza – o objetivo foi identificar o modelo de coprodução dos serviços públicos, a partir das tipologias de participação, que preponderam nos projetos premiados pelas Nações Unidas, especificamente pela categoria “estímulo à participação em decisões sobre políticas públicas por meio de mecanismos inovadores”, no Prêmio do Serviço Público das Nações Unidas (UNPSA), no ano de 2014.

Os resultados desta dissertação mostraram que os dois projetos premiados na categoria “estímulo à participação em decisões sobre políticas públicas por

meio de mecanismos inovadores” possuem limites em relação às características da participação presente neles. No 1º caso, a tipologia de participação foi a parceria ou funcional, considerando o protagonismo do Estado e do mercado, assim como os consumidores são motivados pela eficiência e eficácia dos serviços produzidos. E, no segundo caso, identificou-se a tipologia de participação simbólica, considerando o protagonismo do Estado, que não compartilha a responsabilidade de prestar os serviços públicos, concentrando o poder. Além disso, há pouco engajamento, ocorrendo por ajustamento, solicitação ou assistência. E há pouco engajamento da sociedade.

No trabalho de 2016 – tese de Maria Helena Silva – o objetivo foi verificar se as ações de inserção social dos Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, sob a supervisão da CAPES, no período de 2007 a 2009, se norteiam pelos modelos de coprodução do bem público.

Nos resultados, a autora identificou duas tipologias de coprodução - a funcional e a simbólica, presentes nas ações de inserção social, realizadas pelos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em administração das Universidades Públicas. Na coprodução funcional, a participação da sociedade ocorreu a partir da preocupação dos programas com a eficiência e a eficácia, com ajuste mútuo entre usuário e programa por meio da solicitação dos serviços. Na coprodução simbólica, as ações tiveram cunho de informação e de transparência parcial das ações, porém não atingiram o conceito de *accountability*, nos seus aspectos amplos de responsabilização e de responsividade. A autora concluiu que os programas de pós-graduação têm inserção social, mas não é possível afirmar que inserção social promova, diretamente, a transformação social, visto que os dados e o período pesquisado não contêm informações suficientes. Logo, não haveria uma participação efetiva do cidadão ou da comunidade, enquanto agentes políticos, nos programas de pós-graduação estudados.

No trabalho de 2014 – dissertação de Clenia de Mattia – o objetivo foi verificar como se apresentam os seguintes atributos de Governança Pública no processo de elaboração de planos estaduais de cultura: (1) Redes e outros espaços deliberativos de gestão; (2) Estado com papel de ativador, coordenador e mediador no processo colaborativo de gestão; (3) Eficiência e eficácia na perspectiva da responsividade e *accountability* e; (4) Elementos da coprodução do bem público.

Os resultados foram diferentes nos dois estados. Em Santa Catarina os atributos não retratam a ênfase na dimensão política; já, no Acre os atributos são mais coerentes com o encontrado na literatura, enfatizando aspectos da dimensão política. Por fim, a autora relata que o Ministério da Cultura ressalta a importância da participação social na elaboração do plano, envolvendo os diversos atores e instituições.

Após análise do levantamento do Estado da Arte, quanto à relação – **Coprodução do Bem Público** (Quadro 9) percebe-se que diversos aspectos potencializam a coprodução do bem público como, por exemplo, a estruturação e funcionamento de uma rede de aprendizagem.

Além disso, a coprodução do bem público permeia a governança pública e a dimensão política, mas são necessários estímulos à participação e a coprodução pode ser induzida por meio mecanismos inovadores.

Ao finalizar essa pesquisa bibliográfica sobre o tema deste trabalho foi possível perceber o que está sendo pesquisado no meio acadêmico sobre a coprodução do bem público e sobre a sustentabilidade, enfatizando ainda mais o tema trabalhado nesta dissertação, conforme destacado no Quadro 10.

Quadro 10 - Síntese com os principais achados do Estado da Arte

Ideias Centrais	Autor (a)
[...] há cooperação e coprodução de conhecimento entre os autores e que as pesquisas são naturalmente inter e transdisciplinares. Há, também, participações de outras instituições de dentro e fora da academia, assim como diferentes atores, colaborando para a coprodução em torno de um mesmo território.	Gaertner (2020)
[...] problemas e dificuldades identificados pelo estudo poderão ser amenizados ou solucionados, visto que a pesquisa deixa como contribuição um instrumento de planejamento e monitoramento de atividades de forma eficiente e sustentável. Por fim, afirma que o estudo pode servir como base e ser adaptado em outros NITs nacionais e internacionais, pois as dificuldades enfrentadas pelo NIT se assemelham.	Freitas (2020)
[...] as ações estão cumprindo seu papel de promotoras do desenvolvimento local, contribuindo com alternativas para um desenvolvimento mais participativo e sustentável.	Bilert (2019)
[...] as Instituições Públicas de Ensino Superior são grandes consumidoras de bens e serviços. Assim, para diminuir os impactos negativos desse consumo, as Instituições possuem um papel fundamental no que se refere à difusão e implantação de práticas sustentáveis. [...] principais iniciativas de ações sustentáveis, mas muito pontuais e individuais, como é o caso da utilização de papel reciclado, da coleta adequada de resíduos perigosos e de ações ligadas à redução do consumo de energia e de copos descartáveis. [...] As principais dificuldades foram de natureza administrativa, orçamentária e cultural, na qual há falta de conhecimento e treinamento dos atores sobre ações sustentáveis e há falta de uma política institucional mais efetiva, para adoção de práticas sustentáveis no ambiente laboral.	Sá Peixoto (2019)
[...] necessidade de criar uma agenda ambiental e um comitê para debater a temática socioambiental com representações docente, discente e de agentes universitários, uma vez que a temática exige esforço de toda a comunidade acadêmica para que se obtenha os resultados esperados.	Batista (2019)
[...] o estudo sugeriu ações para a Instituição, como definição de responsabilidades, construção de parâmetros e métricas para mensuração e previsão de campanhas de capacitação e conscientização quanto à importância do PLS, [...]	Islabão (2019)
[...] as práticas de sustentabilidade estão sendo incorporadas aos poucos no cotidiano universitário, por meio de ações pontuais e de caráter técnico, como o gerenciamento de resíduos nos campi e os projetos de pesquisa e extensão, que demonstram a preocupação da universidade com questões sociais.	Rodrigues (2018)
[...] fator humano o elemento-chave para o sucesso ou fracasso para a ampliação das compras públicas sustentáveis [...]	Silva (2018)
[...] O <i>e-learning</i> se apresentou como uma ferramenta importante para capacitação e incentivo à sensibilização do sujeito diante das questões ambientais.	Ferreira (2017)
[...] a identificação e análise do nível de maturidade da equipe e propôs ações que contribuem	Pimenta

para melhoria contínua de projetos transdisciplinares.	(2017)
[...] a falta de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos é um dos problemas ambientais do Brasil, pois muitos municípios ainda descartam seus resíduos em lixões. [...] é importante a participação das diferentes esferas do poder público com o setor empresarial e com os demais segmentos da sociedade para que a política seja implementada. [...] os mecanismos, junto com o conselho, possibilitam o controle por parte da sociedade sobre o atendimento das políticas ambientais no município.	Souza (2016)
[...] inúmeros aspectos potencializaram a coprodução do bem público, suportados por características positivas de relacionamento como confiança, reciprocidade, comunicação, responsabilidade e aplicação.	Abreu (2016)
[...] No 1º caso, a tipologia de participação foi a parceria ou funcional, considerando o protagonismo do Estado e do mercado, assim como os consumidores são motivados pela eficiência e eficácia dos serviços produzidos. E, no segundo caso, identificou-se a tipologia de participação simbólica, considerando o protagonismo do Estado, que não compartilha a responsabilidade de prestar os serviços públicos, concentrando o poder. Além disso, há pouco engajamento, ocorrendo por ajustamento, solicitação ou assistência. E há pouco engajamento da sociedade.	Souza (2015)
[...] os programas de pós-graduação têm inserção social, mas não é possível afirmar que inserção social promova, diretamente, a transformação social, visto que os dados e o período pesquisado não contêm informações suficientes. Logo, não haveria uma participação efetiva do cidadão ou da comunidade, enquanto agentes políticos, nos programas de pós-graduação estudados.	Silva (2016)
[...] o Ministério da Cultura ressalta a importância da participação social na elaboração do plano, envolvendo os diversos atores e instituições.	Mattia (2014)
[...] alternativas de conceitos para substituir o conceito – desenvolvimento sustentável, como: Desenvolvimento Local ou Desenvolvimento Econômico Local; Ecomunitarismo, Sociedades sustentáveis e Ecosocialismo.	Camargo (2016)
[...] devem ser considerados e identificados os aspectos ambientais no desenvolvimento de atividades, produtos e serviços, para que se possa definir critérios de mensuração ambiental.	Strasburg (2016)
[...] as universidades contribuem para produzir e propagar as informações sobre desenvolvimento sustentável e a gestão organizacional, mas que não são reconhecidas por internalizar práticas sustentáveis, [...]	Cóffani-Nunes (2012)
[...] as ações de inserção social se identificam com a coprodução do bem público, ocorrendo por meio de solicitação de serviços ou ajuste mútuo entre o programa e a sociedade, mas não há uma participação efetiva nos programas de pós-graduação por parte da sociedade, enquanto agentes políticos.	Silva (2012)

Fonte: Elaborado pela autora

Ressalta-se que se identificou reduzido número de trabalhos que relacionassem coprodução e sustentabilidade na base de dados BDTD. Quando realizada a pesquisa de forma separada, foram encontrados mais trabalhos sobre sustentabilidade e universidades públicas e poucos trabalhos sobre coprodução do bem público.

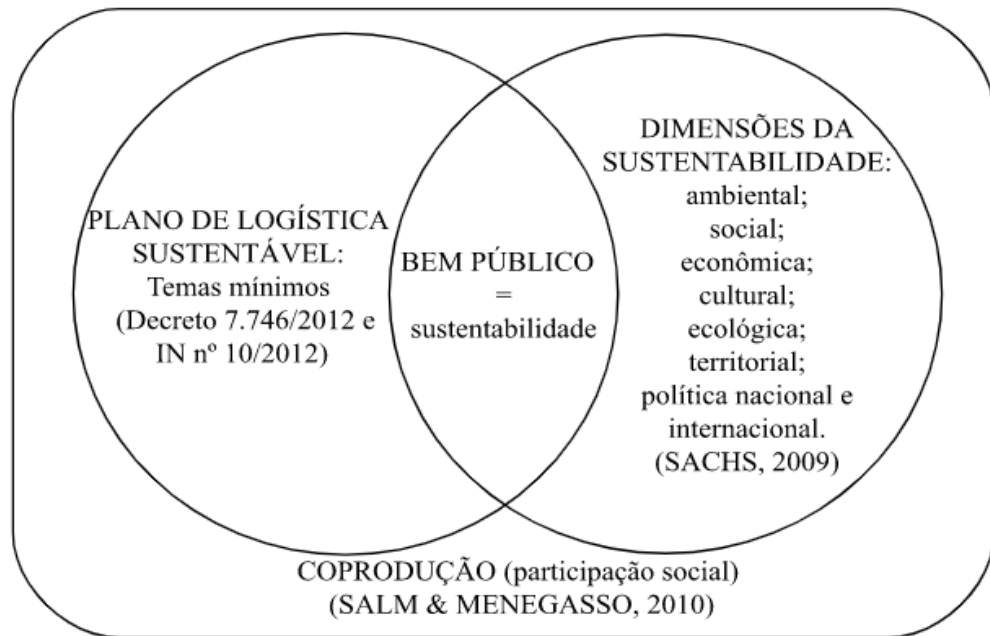
Logo, percebe-se que pesquisar como se dá a coprodução da sustentabilidade, permite avaliar a movimentação da participação social de acordo com os modelos de coprodução em temas como o PLS.

2.5 ARTICULAÇÃO DA ABORDAGEM TEÓRICA DA PESQUISA

Neste tópico, busca-se demonstrar como os principais temas se articulam para a coprodução do bem público. Como se percebe na Figura 3, o bem público – aqui considerado a sustentabilidade – pode-se constituir por um conjunto de normativos e perspectivas da

sustentabilidade, à luz da coprodução.

Figura 3 - Síntese das principais abordagens sobre Coprodução – Sustentabilidade e PLS



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para construção do PLS há normativos que trazem os temas mínimos que precisam constar no plano, como, por exemplo, no decreto nº 7.746/2012 traz no seu Art. 16:

Art. 5º Os PLS deverão conter, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Quanto as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços, a IN 10/2012 traz em seu Art. 8º que o PLS deverá conter os temas:

- I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- II – energia elétrica;
- III – água e esgoto;
- IV – coleta seletiva;
- V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
- VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Quando a construção desse plano está alinhado com alguma tipologia de coprodução, ou seja, com a participação social, pode-se dizer que se está coproduzindo o bem público,

visto que a coprodução envolve a participação do cidadão com o Estado ou a administração pública na produção de bens ou serviços públicos (SOUZA, 2015).

Além disso, pode-se associar a coprodução à eficiência, diminuição de custos, gestão privada dos serviços públicos e participação do cidadão na administração pública (SALM & SILVA, 2015).

No entanto, há que entender o modo da participação social, para assim identificar quais das tipologias se estabelece, podendo ser: coprodução nominal; coprodução simbólica; coprodução funcional; coprodução representativa com sustentabilidade e coprodução por meio da automobilização (NETO, SALM & BURIGO, 2014).

Sendo a coprodução uma estratégia para a produção dos serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder e demais atores sociais, como agentes públicos, agentes privados e cidadãos (SALM, 2014). De acordo com Denhardt (2012) essa estratégia leva a um questionamento sobre a administração pública, além da dicotomia entre o tecnicismo da burocracia e a esfera política, possibilitando assim novos diálogos e estudos referentes à participação na burocracia pública.

Assim, as dimensões da sustentabilidade, as características da construção do PLS e as tipologias de coprodução, são fundamentais para a coprodução do bem público. Zucatto (2009), ainda salienta, que essas dimensões requerem uma análise integrada e balanceada, pois são interdependentes e precisam estar alinhadas de forma sistêmica, pois onde uma sofre um impacto, implicará e refletirá nas demais e vice-versa.

3 MÉTODO DO ESTUDO

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa para responder à questão de pesquisa e atingir os objetivos. O capítulo está estruturado da seguinte forma: Procedimentos da Pesquisa, Unidade de Análise, Coleta de Dados, Análise e Interpretação dos dados, Aspectos Éticos.

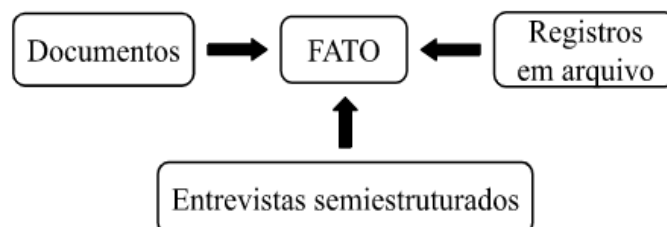
3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Neste estudo, optou-se pelo delineamento de pesquisa ancorado no estudo de caso, na qual a unidade de análise é o Processo de elaboração do PLS da UNIPAMPA. Quanto a abordagem da pesquisa é qualitativa porque os dados levantados objetivam expressar o “como” se dá o processo de elaboração do PLS. Para Collis e Hussey (2005) a pesquisa qualitativa significa um processo que não se utilizou de métodos quantitativos para análise.

Quanto ao estudo de caso, segundo Yin (2001) é usado quando há questões do tipo “como” e “por que”, ou ainda, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real, assim, pode ser dividido em: exploratório, descritivo e interpretativo, facilitando a compreensão de fenômenos sociais complexos.

Para Yin (2001) a triangulação dos dados permite obter mais veracidade e confiabilidade na descrição dos fatos, aumentando assim a validade do estudo, devido a fontes distintas de evidências. Conforme demonstrado na Figura 4.

Figura 4 - Triangulação dos Dados – Convergência de várias fontes de evidências



Fonte: Adaptado de Yin (2001).

Dessa forma, as fontes de evidências do estudo para realizar a triangulação dos dados, foram:

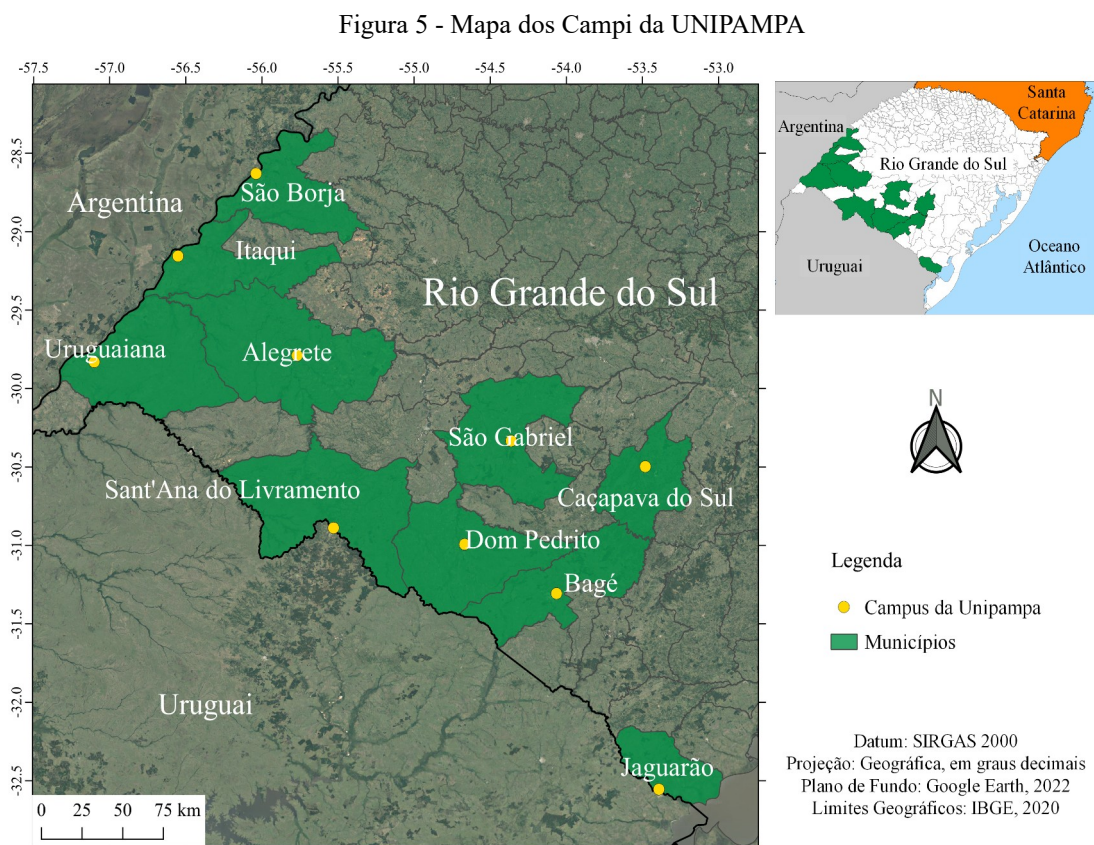
- Entrevistas semiestruturadas com Diretores de campus da época de 2014 e membros da Comissão Especial de elaboração do PLS da Unipampa de 2014;

- Portaria de convocação dos membros da comissão do PLS e dos diretores de campus;
- Resolução nº 141, de 30 de junho 2006 – Aprovação do PLS;
- 73º ata de reunião ordinária do CONSUNI;
- Site CONSUNI – composição dos membros do CONSUNI – titulares e suplentes.

A partir disso, buscou-se identificar como foram evidenciadas as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e econômico), a coprodução do bem público e quais foram os desafios na elaboração do PLS

3.2 UNIDADE DE ANÁLISE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

A Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa) é uma instituição de ensino *multicampi*, constituída pela Reitoria e pelas dez unidades acadêmicas localizadas na metade Sul do estado do Rio Grande do Sul (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguai), na zona fronteira com a Argentina a oeste e Uruguai, ao sul (UNIPAMPA, 2022), conforme Figura 5.



Fonte: Elaborado pela autora

A estrutura *multicampi* da universidade é fundamental para o desenvolvimento regional, porém a distância geográfica entre as unidades torna-se um dificultador dos processos de gestão (UNIPAMPA, 2019).

A Unipampa veio ao encontro da reivindicação da comunidade localizada na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, amparada pela política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior promovida pelo Governo Federal a partir de 2005 (UNIPAMPA, 2019).

Em 27 de julho de 2005, foi anunciado, em ato público, o atendimento ao pedido de uma Instituição de Ensino Federal de Ensino Superior; em 22 de novembro de 2005 foi firmado o Consórcio Universitário da Metade Sul, na qual a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ficou responsável pela implantação dos *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) ficou responsável pela implantação dos *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento; em setembro de 2006, iniciaram atividades acadêmicas nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM (UNIPAMPA, 2019).

No ano de 2006, também entrou em pauta no Congresso Nacional o projeto de lei de nº 7.204/2006 para criação da UNIPAMPA; em 2007 foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA e por fim, em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 instituiu a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), na qual trazia os seguintes objetivos (UNIPAMPA, 2019):

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Essa região era caracterizada por ser um extenso território, com problemas no processo de desenvolvimento e de acesso à educação pública e superior, logo a criação de uma universidade além de oportunizar a educação superior gratuita, propicia expectativas de fomentar o desenvolvimento da região sul do estado. Considerando tais aspectos, a Unipampa definiu sua missão e visão de futuro da seguinte forma (UNIPAMPA, 2019):

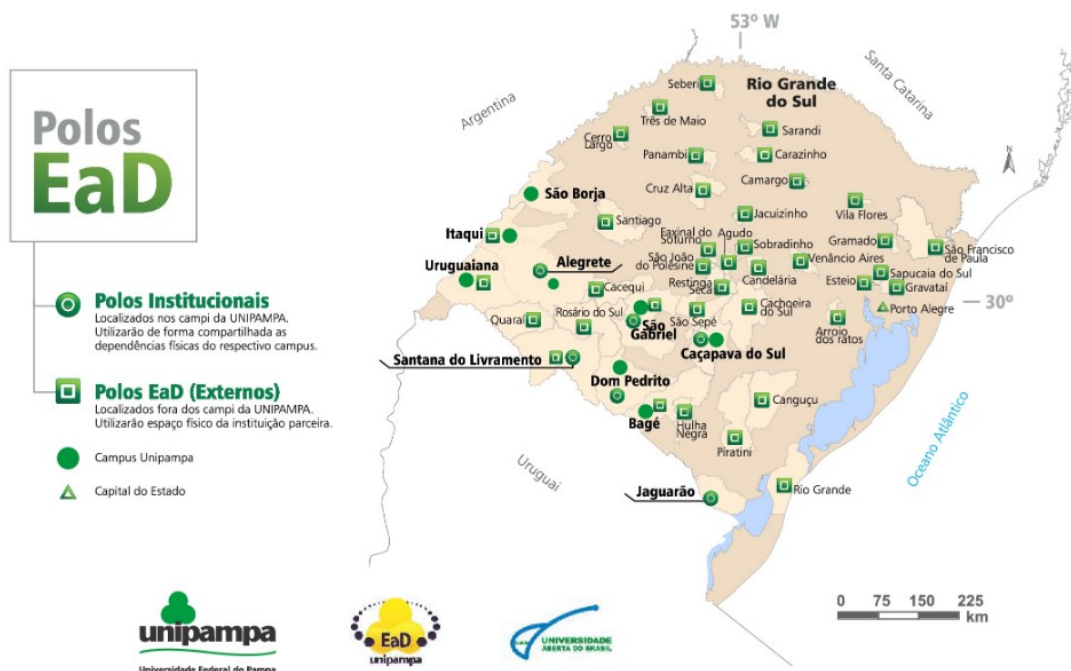
Missão A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional (UNIPAMPA, 2019).

Visão A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida

excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo (UNIPAMPA, 2019).

A UNIPAMPA também possui Educação a Distância (EaD), a expansão dessa modalidade de ensino teve como finalidade atender as diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, o qual abrange os polos institucionais e polos externos, conforme Figura 6:

Figura 6 - Polos EaD da UNIPAMPA



Fonte: Site Unipampa. Acesso em 23 de out. 2022

Por fim, a UNIPAMPA tem a internacionalização como potencializador local e regional, pois possui unidades em cidades de fronteira, oportunizando vagas aos cidadãos estrangeiros residentes em cidades fronteiriças, sendo essencial ao desenvolvimento da Universidade, enquanto concepção transversal em todas as suas áreas de atuação (UNIPAMPA, 2019).

3.3 COLETA DE DADOS

Primeiramente, solicitou-se, por meio do FALA.BR, as portarias da comissão e as portarias de quem estava na direção dos campi em 2014. Após, buscou-se os documentos oficiais de aprovação – a Resolução que constituiu o PLS e a ata de aprovação no CONSUNI.

Para as entrevistas, elaborou-se questões semiestruturadas (Apêndice A) a partir do

referencial teórico, conforme Quadro 11.

Quadro 11 - Embasamento do Roteiro de Entrevista

Normativos/Trabalhos Acadêmicos	Objetivos 1 Questões	Objetivos 2 e 3 Questões	Objetivo 4 Questões
Adaptado da Tese de Chaebo (2015)	2; 3; 4;5;6; 8 2a	-	-
Salm e Menegasso (2010); Neto, Salm & Burigo (2014)	-	7; 3a; 4a	9; 5a
TOTAL	6	3	2

Fonte: elaborado pela autora, 2021

Yin (2001) destaca que as entrevistas, como fonte de evidências, predominam em estudos de caso, devido a lidar com assuntos humanos e eventos comportamentais abordados nesse tipo de pesquisa.

Para Beuren *et al.* (2008) a entrevista semiestruturada permite maior interação e conhecimento das realidades dos entrevistados. Além disso, permite obter dados sobre determinados assuntos por meio de uma conversa de cunho profissional (DIEHL e TATIM, 2004).

O convite, para entrevista, foi enviado para o e-mail das pessoas participantes. Enviou-se, como anexo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) para que pudessem se manifestar de forma livre e esclarecida, sendo preservada a identidade das pessoas entrevistadas neste estudo.

Após obter a aceitação da participação, marcou-se as entrevistas e realizou-se por meio da plataforma Google Meet. Os 10 entrevistados foram tratados, nesta pesquisa, por A, B C, D, E, F, G, H, I, J, sendo 7 membros da Comissão Especial PLS, do total de 8 membros; 3 diretores de campi de um total de 10. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, o tempo de duração, de cada uma, consta no Quadro 12.

Quadro 12 - Dados das entrevistas

Código da pessoa entrevistada	Carreira - Cargo	Meio	Tempo de duração (hh:mm:ss)
A	Técnico Administrativo em Educação (TAE) - Comissão	Google meet	00:34:28
B	TAE - Comissão		00:24:18
C	TAE - Comissão		00:13:10
D	TAE - Comissão		00:10:42
E	TAE - Comissão		00:10:40
F	TAE - Comissão		01:26:10
G	TAE - Comissão		00:08:41
H	Docente - Direção		00:12:15

I	Docente - Direção		00:24:08
J	Docente - Direção		00:12:43

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O convite para entrevista foi enviado, também, para os representantes (42 discentes e 8 membros da comunidade externa) do Conselho Universitário (CONSUNI), de 2014 a 2022 e para o representante da Reitoria.

No entanto, não se obteve retorno da representação da Reitoria; de 2 diretores de campi; de 41 membros discentes e de 7 membros da comunidade externa.

Houve retorno de 3 diretores (1 falou que não tinha interesse em participar; 1 falou que estava de férias e não representava mais o campus; 1 falou que não está mais na Unipampa e não lembra mais do tema) e de 1 membro da comunidade externa na qual não poderia participar pois estava sem tempo.

Dos 2 diretores que aceitaram participar, que gostariam de participar, entrou-se em contato novamente para marcar a entrevista, mas não deram mais retorno. Assim, totaliza-se 10 representantes dos campi.

O mesmo aconteceu com 1 membro discente, aceitou participar; marcou-se a entrevista, mas o mesmo não pode comparecer por motivos particulares. Tentou-se marcar outra entrevista, mas sem sucesso.

Diante disso, destaca-se que a entrevista não é obrigatória, assim os motivos dos participantes não responderam ou não aceitarem podem ser diversos e não cabe aqui juízo de valor.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Neste trabalho, tanto na análise documental, quanto nas entrevistas realizadas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2016) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas metodológicas que se aplicam nos discursos e formas de comunicação, oscilando a interpretação entre o rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Analisar dados significa trabalhar com todo o material obtido durante o processo de investigação, ou seja, com as transcrições de entrevistas, as informações dos documentos e outros dados disponíveis, devendo ocorrer de forma sistematizada para que os dados coletados possam ser transformados em informações que sustentem um raciocínio conclusivo sobre o problema de pesquisa; já na etapa de interpretação deverá correlacionar os dados coletados

com a fundamentação teórica da pesquisa (BEUREN *et al*, 2008).

Beuren *et al* (2008) ratificam o conceito, destacando que o método de análise de conteúdo tem por finalidade estudar as comunicações entre os homens, com maior ênfase no conteúdo da mensagem privilegiando dados qualitativos, embora seja aplicável ao quantitativo também.

O trabalho de análise dos dados deu-se, segundo Beuren *et al* (2008) da seguinte forma:

1º Organização da análise: pré-análise dos dados; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação;

2º Codificação dos dados: unidades de registro e de contexto; regras de enumeração; análise qualitativa;

3º Categorização dos dados: princípios; categorias; index para ordenadores;

4º Inferência: polos de análise; processos e variáveis de inferência;

5º Tratamento Informatizado: utilização do ordenador para análise de conteúdo; análise feita pelos ordenadores; tratamento dos dados codificados; orientação atual das investigações.

Para selecionar as categorias de análise, levou-se em consideração o texto da CF (1988) que diz que para assegurar a existência digna a todos, valorizando o trabalho **humano**, a **ordem econômica** precisa seguir alguns princípios e um deles é a defesa do **meio ambiente**, sendo o **dever de todos** preservá-lo para as gerações presentes e futuras. (Grifo meu)

Logo, para relacionar o social, o meio ambiente e a questão econômica, foram separadas as categorias de análise, conforme o Quadro 13. Salienta-se que no decorrer da entrevista caso venham a surgir outras dimensões da sustentabilidade das propostas por Sachs, serão tratadas *à posteriori*.

Quadro 13 - Categorias de análise

Categoria	Subcategoria	Autor (ano)
Coprodução	Nominal	Salm e Menegasso (2010)
	Simbólica	
	Funcional	
	Representativa com Sustentabilidade	
	Automobilização Comunitária	
Sustentabilidade	Social	Elkington (1998); Sachs

	Ambiental	(2009)
	Econômico	

Fonte: elaborado pelo autor, baseado Sachs (2009); Salm e Menegasso (2010); Pereira e Barbosa (2018)

Cabe destacar que neste momento, priorizou-se três dimensões de Sachs, que também fazem parte do *Tripé Bottom Line (TBL)*: econômica, social e ambiental, que são as dimensões propostas por Elkington (1998). De acordo com Elkington (2004) a economia atual destrói muito os recursos naturais e o capital social, caracterizando-se por grandes lacunas entre ricos e pobres.

Para esse autor, a mudança para um capitalismo sustentável será uma das negociações mais complexas da humanidade, pois uma economia global sustentável só surgirá de uma intensa metamorfose tecnológica, econômica, social e política, sendo a insustentabilidade dos padrões atuais de riqueza, o fator-chave para promover essas mudanças.

Por fim, após a coleta dos dados e transcrição das falas em documento no google drive e aplicação da análise e interpretação dos dados, conforme descrito nos procedimentos metodológicos, realizou-se a triangulação dos dados. Essa triangulação considerou três aspectos: 1) averiguação da percepção dos sujeitos por meio das entrevistas elaboradas pela pesquisadora; 2) análise dos documentos elaborados pela Instituição (Portarias de convocação e PLS); 3) análise de registros em arquivos digitais (Site do CONSUNI).

E, ainda, a proposta de intervenção, prevista como um dos componentes do mestrado profissional, se encontra no Capítulo 5. Para elaboração dessa proposta, considerou-se as sugestões dos participantes da entrevista. Dessa forma, ao realizar a revisão do PLS, a Comissão poderá observar algumas ações sugeridas neste trabalho. Essa revisão, já havia sido proposta no trabalho de Tolfo (2017).

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Para ser apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFSM), o projeto de pesquisa, após a qualificação foi submetido à Plataforma Brasil, cujo Processo CAAE 54769522.6.0000.5346, cujo parecer nº 5.198.024 foi pela aprovação. Este trabalho observou as Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, conforme as Resoluções da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012 e nº 510/2016.

No TCLE (Apêndice B) constaram os possíveis desconfortos ou riscos durante a

realização das entrevistas, como: cansaço pela duração da entrevista por conta da videoconferência ou, ainda, constrangimento/desconforto pelo teor de alguma questão.

Destacou-se, também, que a participação é voluntária e a qualquer tempo, o participante pode desistir de participar da pesquisa sem que ocorra nenhum tipo de penalidade ou prejuízo, podendo, ainda, optar por reagendar a entrevista para outro momento. Ficando, também, assegurado o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Informou-se, ainda, que os dados desta pesquisa são confidenciais, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação e que os benefícios com o estudo visam contribuir com o Campo de Estudos da Administração Pública no que concerne às práticas socioambientais em IES públicas, especificamente àquelas que se relacionam à participação social, ou seja, a coprodução do bem público.

4 RESULTADOS

Neste capítulo encontra-se a avaliação dos dados coletados, de acordo com o método observado, a fim de atingir o objetivo proposto – analisar o processo de coprodução do bem público na implantação do Plano de Logística Sustentável na UNIPAMPA.

Em primeiro momento, apresenta-se uma breve caracterização dos participantes, na qual foi obtida por meio da entrevista. Após, serão apresentadas as Categorias de Análise: Sustentabilidade que faz relação com o 1º e 4º objetivo específico; Coprodução que se relaciona com o 2º, 3º e 4º objetivos específicos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Nesta seção encontra-se a caracterização dos entrevistados quanto ao sexo, cargo e tempo de Unipampa, conforme Quadro 14 e a quantificação do número de entrevistados por sexo/categoria, conforme Quadro 15.

Quadro 14 - Dados dos Entrevistados

Características		Nº
Sexo	Feminino	3
	Masculino	7
Cargo	TAE	7
	DOCENTE	3
Tempo de Unipampa	≤ 5 anos	1
	> 5 anos e ≤ 10 anos	3
	> 10 anos	6

Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos entrevistados foram do sexo masculino, TAES e possuem mais de 10 anos na UNIPAMPA. Cabe destacar que cada característica foi analisada separadamente.

Quadro 15 - Nº de entrevistados por sexo

Categoria	Nº de membros convidados /sexo F - Feminino M - Masculino	Nº de entrevistados/sexo
Comissão do PLS 2014: Composta por 8 TAES	5 M	4 M
	3 F	3 F

Direção 2014: Composta por 10 docentes	8 M	3 M
	2 F	0
Membros do CONSUNI – Categoria: 42 discentes que participaram ou participam nos anos de 2014 a 2022	30 M	0
	12 F	0
Membros do CONSUNI – Categoria: 8 membros da comunidade Externa que participaram ou participam nos anos 2014 a 2022	5 M	0
	3 F	0

Fonte: Elaborado pela autora

Salienta-se que a adesão às entrevistas foi baixa e, ainda, o sexo feminino teve pouca participação. Essas participantes foram de 7 membros comissão do PLS de 2014 e de 3 diretores de campi de 2014. Em consulta ao Relatório Integrado de Gestão da Unipampa, nota-se que, dos servidores da Unipampa, 48,77% são mulheres e 51,23% são homens, estando em consonância com outras organizações brasileiras, na qual o sexo masculino prepondera (UNIPAMPA, 2022).

4.2 CATEGORIA DE ANÁLISE: SUSTENTABILIDADE

Um dos assuntos discutidos, há décadas, é a questão da sustentabilidade e as problemáticas ambientais. Para Sachs e Stroh (2002) as preocupações com a mudança de pensamento e a conscientização sobre a limitação do capital “natureza” e dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, são recentes.

Assim, as conexões entre desenvolvimento e meio ambiente ganharam relevância a partir segunda metade do século XX, com destaques de duas correntes: a primeira relaciona-se às tendências econômicas que influenciaram os anos 70 com a abordagem do desenvolvimento econômico, cujo ator de maior expressão foi o Clube de Roma na Itália com a publicação, em 1972, dos Limites do Crescimento, na qual propunha limites para o crescimento populacional e da atividade industrial, visando estabilizar a economia e o meio ambiente, evidenciando, também, os limites dos recursos naturais (JACOBI, 1999).

Já a segunda corrente, que se difundiu a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972 na Suécia, relaciona-se à crítica ambiental e ao modelo de vida da sociedade contemporânea (JACOBI, 1999). Paralelamente a esses eventos, aconteciam nos Estados Unidos, desde os anos 60, mobilizações de conscientização ecológica, a partir da Lei Nacional de política Ambiental (*National Environmental Policy Act* -NEPA) que determinava políticas públicas para a preservação ambiental (ZUCATTO, 2009).

Nos anos 80, as discussões sobre a questão ambiental se tornam mais intensas, principalmente nas esferas públicas, com criação de órgãos, serviços e outras ações, como por

exemplo, avaliação dos impactos ambientais causados pelas atividades econômicas (CANELAS, 2005). Nessa perspectiva, Zucatto (2009) salienta que o tema desenvolvimento sustentável focava na questão ambiental, sendo poucas discussões quanto à questão social, que surgiu nos anos 90.

Um dos momentos cruciais relacionados com a temática, foi a publicação, em 1987, do Relatório de Brundtland, denominado *Our Common Future*, na Comissão Mundial do meio Ambiente e do Desenvolvimento, que abordava uma série de medidas a serem tomadas pelos países, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, (ZUCATTO, 2009). Nesse relatório o significado de desenvolvimento sustentável tomou forma e foi definido como “um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (*WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT – WCED*, 1987, p. 43)

Diante disso, percebe-se que há tempos já se vem discutindo sobre as tendências sustentáveis. Após o Relatório de Brundtland, surgiram outros eventos como por exemplo a ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro/Brasil em 1992 e se propunha considerar o humano como parte central no desenvolvimento sustentável; em 1997 aconteceu a Conferência das Partes, que fechou o acordo ambiental - Protocolo de Kyoto – o qual estabeleceu metas obrigatórias para redução em 5% das emissões de poluentes pelos países, sendo que o Brasil adere ao tratado em 2002 (BRASIL, 2021; BRASIL, 2021a).

Em 2012, aconteceu a Conferência Rio + 20; em 2015, aconteceu o Acordo de Paris que limitava a temperatura da Terra em até 1,5° C até 2100; no mesmo ano, foram traçadas as metas da Agenda 2030 (ONU, c2022); e, a mais atual, COP 26 - Conferência das Nações Unidas para a Mudança do Clima, que aconteceu na em Glasgow, na Escócia, em 2021 (GREENPEACE, 2021).

No entanto, apesar dessas discussões serem morosas e polêmicas, pois acabam interferindo nos interesses econômicos, principalmente dos países industrializados, elas tiveram certa evolução nas décadas de 60 e 70. Contudo, ainda, há necessidade do engajamento dos países, apesar de ser complicado adotar uma postura de comprometimento com a sustentabilidade, pois a lógica que ainda parece prevalecer é a econômica (ZUCATTO, 2009).

Diante dessa temática, debatida há tempos, neste trabalho, utilizou-se a sustentabilidade como sinônimo de bem público, porque o foco foi saber se há a participação social, em processos como o PLS, para a coprodução desse bem público que é a sustentabilidade. Nesse sentido, investigar a questão da coprodução do bem público,

corroborar com o que diz a CF/88 em seu Art. 225 “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Além disso, para assegurar a existência digna a todos, valorizando o trabalho humano, a ordem econômica precisa seguir alguns princípios e um deles é a defesa do meio ambiente, sendo o dever de todos preservá-lo para as gerações presentes e futuras (CF,1988). E, como destaca Sachs (2008), a cooperação global emerge como solução para os problemas socioambientais e não as forças do mercado.

No tocante, à sustentabilidade, apesar de suas 8 dimensões propostas por Sachs (2009), como segue: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional, neste trabalho, priorizou-se três delas, que também fazem parte do *Tripé Bottom Line (TBL)*: econômica, social e ambiental, que são as dimensões propostas na sua gênese por Elkington (1998). Porém, no decorrer do trabalho, emergiram outras dimensões propostas por Sachs (2009).

Contribuindo com esses autores, Zucatto (2009) destaca que o desenvolvimento sustentável tem por objetivo o desenvolvimento humano e requer uma análise integrada e balanceada de três perspectivas principais: social, ambiental e econômica, pois o consumo exacerbado é que levou o planeta à situação crítica que se encontra. O autor ainda salienta que é preciso prudência no consumo de bens e serviços

Assim, ao analisar o processo de coprodução do bem público por meio da constituição da comissão do PLS da Unipampa, pode-se perceber como a instituição se organiza para planejar e aplicar as práticas sustentáveis e de racionalização dos gastos de materiais e serviços públicos, bem como promover a conscientização das pessoas.

4.2.1 Surgimento e institucionalização do PLS na Unipampa

Este tópico busca atender ao objetivo específico nº 1 “*Investigar como surge e se institucionaliza o PLS na Unipampa*”, e foi elaborado com base nos normativos correlatos, no PLS da Unipampa, na dissertação de Tolfo (2017) e nas entrevistas realizadas.

O PLS na Unipampa surgiu para cumprir o Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012, que tinha por objetivo determinar que a administração Pública Federal elaborasse e implementasse um Plano de Logística Sustentável. Após a publicação do decreto, surgiu a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, estabelecendo regras para a elaboração do PLS, com conteúdos mínimos e sugestões de boas práticas a serem implantadas

(UNIPAMPA, PLS, 2016)

Em 2014, surge a primeira Comissão Especial instituída pela Portaria nº 1251, de 23 de setembro de 2014, formada por 6 membros titulares e 2 suplentes, todos da categoria TAE da Unipampa. Em seguida, essa portaria foi revogada pela Portaria nº 1.376, de 15 de outubro de 2014 e foram incluídos mais 2 servidores (1 TAE e 1 docente), totalizando 8 titulares e 2 suplentes (9 TAEs e 1 docente).

Segundo Tolfo (2017), houve atraso no processo de elaboração do PLS, devido a alguns servidores da comissão terem aderido à greve de 2015. Assim, o processo de elaboração só continuou após o retorno dos servidores e o plano foi concluído em 2016 sem consultar os campi, devido ao atraso de dois anos no prazo previsto pela legislação.

Após, se designa nova Comissão Especial Gestora do Plano de Gestão e Logística Sustentável da Unipampa, que revoga a portaria anterior nº 1.376/2014, por meio da Portaria nº 932, de 19 de maio de 2016, com a atribuição de monitorar, avaliar e revisar o PLS, essa portaria consta com 9 titulares e 2 suplentes, todos da categoria TAE.

Esses aspectos evidenciam como foi a questão da representatividade na coprodução do bem público, assunto que será discutido no próximo tópico. Uma das características da coprodução é a participação social (SALM, 2014; SANTOS, 2015), no entanto não houve incentivo à participação social, atendo-se, a Universidade, quase que exclusivamente ao cumprimento de normas conforme observado nas entrevistas.

Além disso, pode-se confirmar por meio das falas de entrevistados(as) que a motivação que levou a Unipampa a formalizar a Comissão Especial para elaboração do PLS foi para atender, às pressas, ao decreto e à IN, conforme excertos das entrevistas:

[...] a portaria interna da Unipampa só saiu quando no final do período, o TCU ia cobrar pela primeira vez a prestação, no relatório de gestão, as iniciativas relacionadas ao PLS. [...] essa comissão só foi composta atender o relatório de gestão, porque no relatório de gestão ia ter que ter alguma coisa relacionada, ou o plano ou a justificativa que tinha uma comissão trabalhando, foi só por isso que saiu essa comissão (Entrevistado A).

[...] Eu insisti para a constituição dessa comissão por conta que o relatório de gestão já vinha exigindo esse item como informação. Então, toda a A3P, a política de sustentabilidade, de gestão sustentável estava exigindo essa informação no relatório de gestão. Então, a gente já vinha de 2 anos dando desculpa no relatório de gestão (Entrevistado B).

Foi uma motivação legal na verdade. Porque era obrigatório para todas as Universidades, para todos os órgãos, ter o plano de logística e a Unipampa não tinha nada nesse sentido. Não tinha formada a comissão e nós fizemos parte da primeira comissão que foi para implementar para elaborar e colocar em prática o PLS (Entrevistado C).

[...] o PLS veio de uma lei, que a instituição deveria montar essa comissão para elaboração do plano de logística sustentável, e isso então era uma Organização,

digamos assim, estimulada pela administração pública federal. [...] A gente teria que ter o plano, em relação a gastos de energia elétrica, gasto de papéis, gasto de copos retornáveis, esses copos descartáveis, papel A4, [...], plásticos, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, tudo isso que era colocado antigamente junto com resíduo normal, assim, o resíduo sólido urbano, junto com lixo orgânico, então não era nada adequado (Entrevistado F).

[...] foi uma resolução que veio se eu não me engano [...] que solicitou a formação da comissão, porque nós passávamos por umas auditorias na época e as auditorias concluíram que faltava essa logística dentro da Universidade. A gente não tinha nenhuma logística. E tinha uma resolução também, que pedia que a gente fizesse contato com as cooperativas de reciclagem também para destinar o que sobrasse para a reciclagem. E na época até nós fizemos, nós tínhamos só em duas cidades onde tem campus que tinha cooperativa de reciclagem, as outras cidades não tinham, então a gente falava sempre com as prefeituras e tentava ver se alguém poderia recolher esses materiais, mas foi uma determinação que fez o ministério. [...] E nós não estamos mais fazendo isso, até a gente tá com um monte de coisa aqui guardada na garagem do prédio e a gente não tem onde colocar, não tem para quem destina. (Entrevistado G).

Percebe-se que os entrevistados tiveram percepções semelhantes quanto ao problema da elaboração do PLS, mas todos os entrevistados relataram que a motivação foi a questão legal. Isso já evidencia outra característica da Coprodução que é o protagonismo do Estado por meio da legislação (SALM, 2014). Uma das dimensões que já se pode identificar nesse recorte é a dimensão da Política Nacional, por meio da implementação de um Projeto Nacional (SACHS, 2009), neste caso a Política Nacional do Meio Ambiente, precursora do normativo que estabeleceu o PLS.

O entrevistado D afirma que “[...] existia uma legislação naquela época que dava um prazo para as instituições para criar estratégias, criar um plano né de logística sustentável para as questões ambientais da Universidade.” O entrevistado E reforça essa perspectiva ao afirmar que “tenha sido mais uma questão legal.”

Também, de acordo com os entrevistados, houve muitos desafios e dificuldades no processo de construção até a publicação do PLS, mas, ainda assim, entendem que a Unipampa se destacou de forma positiva, visto que, à época, os normativos não possuíam modelos de planos.

[...] A gente estudou vários PLS de Instituições, de universidades, de IF, da própria CGU. [...] A gente pegou uma apresentação da CGU, que foi apresentada em uma oficina da semana orçamentária, que tinha uma apresentação com os passos para elaboração do plano. Assim, foi a orientação que tivemos (Entrevistado A).

O primeiro passo foi entender a legislação, entender qual era a exigência dessa comissão, o que ela faria, e tentar buscar dados. Então assim, o trabalho de buscar dados com a PROAD principalmente, foi muito trabalhoso (Entrevistado B).

Me parece que a gente utilizou documentos de outras não lembro se universidades, para poder se basear. Realmente faz bastante tempo, mas foi algo do gênero. gente deu uma olhada para outros planos (Entrevistado E).

[...] nós fizemos levantamento com as Pró-Reitorias, do que que estava sendo

produzido, o que que tinha sido feito, quantos servidores tinha em cada unidade, o que se comprava. O pessoal do compras, também nos passou vários dados das compras. Na época não se tinha muita essa questão de comprar já pensando numa logística [...] No caso das Lâmpadas, mesmo, a gente comprava e não tinha, não se preocupava com isso, se a empresa que nos vendia ela tinha uma logística reversa daquele material quando a gente precisasse descartar. E tudo isso, nós entramos em contato com vários setores da universidade para conseguir formar nosso plano (Entrevistado G).

Os trechos, destacadas das falas, mostram o engajamento dos servidores envolvidos na constituição do PLS. Isso, demonstra a presença do Estado sendo eficaz na produção dos serviços públicos no cumprimento da legislação.

Entre a constituição da Comissão e a elaboração do PLS o Entrevistado F relata que não demorou muito, foi um processo, no seu entender, rápido:

[...] o processamento do PLS não demorou muito, nós tínhamos pressa. Todos tinham suas tarefas rotineiras, mas eu não sei se precisar, mas não chegou demorar um ano, foi uma coisa assim, muito mais condensada, e nos reunimos e o trabalho rendia, e cada um levava a sua tarefa para casa e depois trazia, já somava, já íamos colocando em sequência e cada um de nós pegou um tema. Então, eu tinha os engenheiros que pegaram o tema da água, o outro pegou a energia elétrica [...] E eu peguei a coleta seletiva [...] A gente foi somando, é[...] a psicóloga pegou a qualidade de vida no trabalho,[...] então tinha abundância de dados e ideias sobre a qualidade de vida no trabalho. [...]foi um trabalho coletivo que valeu muito a pena. [...] Então isso foi feito assim, é uma colcha de retalho, mas toda harmonizada, um retalhinho com outro, isso até a gente formar esse plano e a gente só ia depois conferindo os dados, juntava os nossos dados do outro ano. [...] outra coisa que eu preciso dizer, acho que a Unipampa ainda não assinou a A3P (Entrevistado F).

Por fim, no período atual, o PLS encontra-se parado e precisando ser revisado, conforme as falas do Entrevistado A “o PLS esse primeiro que saiu, que depois acho que até depois nunca foi revisado” e Entrevistado C “o PLS ele teria que ser revisado.” E, ainda, o entrevistado E afirmou que “vieram outras prioridades e o PLS acabou ficando um pouco de lado.”

Um dos pontos negativos, neste processo, é destacado por alguns entrevistados foi que não possuíam registro de atas das reuniões. Isso vai de encontro à questão da transparência pública, que faz parte de uma das características da coprodução e dos valores da Unipampa (UNIPAMPA, PDI, 2019).

Por fim, o PLS da Unipampa foi constituído pela Resolução nº 141 de 30 de junho de 2016 foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 30 junho de 2016, de acordo com a Ata nº 73º Reunião Ordinária. De acordo com essa ata, não estava presente o representante da comunidade externa, com ausência justificada pelo conselheiro. Aqui já se ratifica, novamente, a questão da participação social, indo de encontro o que preconiza a coprodução do bem público.

Esse plano tem como objetivo geral “estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística da Universidade” (UNIPAMPA, Resolução 141, p. 13-14, 2016). Já os objetivos específicos, segundo a Resolução 141 (UNIPAMPA, p. 13-14, 2016), são:

- Promover a boa gestão de recursos e eficiência do gasto público, considerando atributos de sustentabilidade, reduzindo custos e combatendo desperdícios;
- Aprimorar estruturas e sistemas de serviços das edificações construídas, reformadas e utilizadas pela UNIPAMPA;
- Estruturar o sistema de licitações para consecução da melhor contratação (aquisição de bens e contratação de serviços para o serviço público e para a sociedade, conforme o interesse pelo “desenvolvimento nacional sustentável”).

O plano divide-se em nove eixos temáticos, e respectivos planos de ação, com metas, unidades envolvidas, prazos e indicadores (UNIPAMPA, 2016):

1. Material de consumo (papel; copos plásticos; impressões, cartuchos e reprografia; outros materiais de consumo; equipamentos e materiais permanentes;
2. Energia elétrica;
3. Água e esgoto;
4. Deslocamento de Pessoal;
5. Compras e contratações sustentáveis;
6. Serviços de vigilância, limpeza e manutenção Predial;
7. Obras;
8. Coleta seletiva;
9. Qualidade de vida do servidor.

De acordo com a Resolução nº 141/2016, os princípios e diretrizes que nortearam a criação do PLS na Unipampa foram:

- Alinhar-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018, que traz explícita a necessidade de elaboração do PLS, estando este inserido no Eixo – Aperfeiçoamento Institucional, Objetivo 7 – Promover a Sustentabilidade Ambiental, como Iniciativa – Implantação do Plano de Logística Sustentável.
- Observar a estrutura originária *multicampi*, prezando pela cooperação entre as Unidades Universitárias e os Órgãos Complementares, visando à unidade de ação no desenvolvimento, como pretende o PDI, e primando pela economicidade na gestão do corpo docente e Técnico Administrativo em Educação, dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros;
- Integrar as diversas ações já realizadas pela Instituição em uma proposta unificada de gestão, pautada pelos critérios de sustentabilidade levando em conta as dimensões ambiental, social e econômica;
- Dar suporte ao planejamento estratégico da Instituição definido no PDI, incluindo metodologias para a efetiva aplicação do conceito de sustentabilidade, garantindo o padrão de qualidade e a produção do conhecimento orientada pelo compromisso com o desenvolvimento regional e a construção de uma sociedade sustentável, justa e democrática;
- Dotar a Instituição de uma estrutura adequada para o gerenciamento e coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a qualidade de vida, a Justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado; e

- Propor estratégias, com base no diagnóstico da situação atual, a fim de minimizar o desperdício de recursos em suas atividades e apoiar a Instituição no que se refere à gestão sustentável dos recursos públicos. (UNIPAMPA, Resolução 141, p. 13-14, 2016).

O trabalho de conclusão de mestrado de pesquisadora e servidora da Unipampa - Silvana Dalmaso Tolfo (2017) deixou como contribuição a possibilidade de usar a percepção e sugestões dos servidores das 11 unidades da Unipampa analisadas no estudo, oportunizando a nova comissão efetuar uma revisão participativa do PLS. Além disso, os resultados foram compilados no “Parecer Técnico sobre a implantação do PLS na Unipampa – Contribuições para a Comissão de Gestão do PLS”.

Em 2020, entrou a Pandemia Covid 19 que afastou o servidor público do seu local de trabalho. Porém, ainda na pandemia, foi publicada a Portaria nº 1164, de 03 de agosto de 2021, que revoga a portaria nº 932/2016, com a atribuição de gerir o PLS, essa portaria consta com 8 membros, todos da categoria TAE. Esta foi a última portaria informada na consulta à Unipampa pela plataforma Fala.BR.

4.2.2 Dimensões da sustentabilidade associadas ao processo de implantação;

Este tópico busca atender ao objetivo específico nº 2 “*Identificar as dimensões da sustentabilidade associadas ao processo de implantação*”. Em análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional da Unipampa – PDI (2014 a 2018) e PDI (2019 a 2023), cabe destacar dois objetivos e suas iniciativas dentro do Eixo Aperfeiçoamento Institucional do PDI (2014 a 2018), relacionados com a questão ambiental: OBJETIVO 5 – Implantar a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas e administrativas. A iniciativa relacionada com esse objetivo é: Promoção, em novas edificações, do uso de recursos e materiais sustentáveis; OBJETIVO 7: Promover a Sustentabilidade Ambiental. As iniciativas relacionadas com esse objetivo são: Implantação do Plano de Logística Sustentável; Promoção do descarte adequado dos Resíduos de Laboratórios; Promoção de ações que visem o uso racional de recursos naturais, visando a sustentabilidade ambiental; e, Criação de um Comitê de Sustentabilidade ou Educação Ambiental (UNIPAMPA, 2013).

A fim de identificar o cumprimento das metas do PDI relacionadas aos ODS 5 ODS 7, solicitou-se, via Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, dados sobre esses objetivos.

Nesse pedido, a Divisão de Planejamento Estratégico, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura (PROPLAN) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA),

informou que:

Quanto ao PDI 2014 a 2018, prorrogado até 2019/1, obteve-se o seguinte resultado no último monitoramento realizado (2019/1):

PDI 2014 a 2018: Eixo Aperfeiçoamento Institucional

OBJETIVO 5 - Implantar a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas e administrativas.

INICIATIVA: Promoção, em novas edificações, do uso de recursos e materiais sustentáveis (**Alcançada**)

OBJETIVO 7 - Promover a Sustentabilidade Ambiental

INICIATIVAS:

Implantação do Plano de Logística Sustentável (**Alcançada**)

Promoção do descarte adequado dos Resíduos de Laboratórios (**Alcançada**)

Promoção de ações que visem o uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental (**Alcançada**)

Criação de um Comitê de Sustentabilidade ou Educação Ambiental (**Não Alcançada**)

No PDI (2019 a 2023) há a previsão de uma política de gestão ambiental a fim de buscar o respeito ao meio ambiente:

[...] impõe-se a **necessidade de constituir a Política de Gestão Ambiental**, que deverá contemplar um sólido e eficiente sistema, estabelecendo as seguintes diretrizes: licenciamento ambiental; destinação de resíduos; compras, contratações sustentáveis e logística reversa; proteção e revitalização de áreas verdes; controle e apoio ao tratamento de esgotos e efluentes; eficiência energética e programas de energias alternativas; sustentabilidade hídrica, proteção, uso eficiente e reúso; ações de educação ambiental; realização de edificações com responsabilidade ambiental. (Grifo nosso)

Já, quanto aos objetivos e suas iniciativas do PDI (2019 a 2023), também no âmbito do Eixo Aperfeiçoamento Institucional, destacam-se: OBJETIVO: Organizar e desenvolver a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas administrativas INICIATIVA 47: Estímulo ao uso de energias sustentáveis e o atendimento a política nacional de meio ambiente; OBJETIVO: Promover e desenvolver processos que visem a sustentabilidade do meio ambiente na Universidade. INICIATIVA 55: Implantação da política de Gestão Ambiental INICIATIVA 56: Promoção de ações que visem o uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental (UNIPAMPA, 2019).

Quanto ao PDI 2019-2023, de acordo com a resposta obtida no FALA.Br, obteve-se o seguinte resultado no último monitoramento realizado (2021):

PDI 2019 a 2023: Eixo Aperfeiçoamento Institucional

OBJETIVO: Organizar e desenvolver a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas administrativas

INICIATIVA 47: Estímulo ao uso de energias sustentáveis e o atendimento a política nacional de meio ambiente (**Alcançada**)

OBJETIVO: Promover e desenvolver processos que visem a sustentabilidade do meio ambiente na Universidade

INICIATIVA 55: Implantação da política de Gestão Ambiental (**Alcançada**)

INICIATIVA 56: Promoção de ações que visem o uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental (**Parcialmente Alcançada**)

O monitoramento relativo ao primeiro semestre de 2022 está em fase de sistematização dos dados. Os dados referentes do PDI 2019 a 2023 estão disponíveis no [site da Unipampa](#).

Ao analisar os objetivos, os princípios e as diretrizes do PLS da Unipampa (Res. 141/2016), salienta-se que a dimensão da Política Internacional não foi evidenciada no PLS. No entanto, percebe-se que além das dimensões (ambiental, social e econômica), outras dimensões propostas por Sachs (2009) foram evidenciadas, como: cultural, ecológica, territorial, política nacional, conforme o Quadro 16. Além disso, cabe destacar que as dimensões são interdependentes, precisando serem vistas de forma sistêmica, onde qualquer impacto em uma delas refletirá nas demais dimensões e vice-versa (ZUCATTO, 2009).

Na **dimensão Social** buscou-se por trechos que abordassem a questão da qualidade de vida dos servidores. Ao mesmo tempo poderiam se enquadrar na dimensão cultural, pois promover ações para desenvolver mudanças e criar ambientes de trabalho saudáveis exige uma mudança na cultura da organização também. Porém, optou por atribuir à social por estar conectada com a qualidade de vida.

Na **dimensão Cultural** buscou-se por trechos que tivessem relação com mudanças de comportamento das pessoas em prol do meio ambiente. No entanto, essas mudanças impactam diretamente na dimensão ambiental, ecológica e econômica, como por exemplo a redução do consumo de energia e água.

Na **dimensão Ecológica** buscou-se relacionar com trechos mais voltados à promoção da boa gestão dos recursos financeiros e ambientais, focando no impacto ao meio ambiente e no desperdício.

Na **dimensão Ambiental** houve uma certa dificuldade de alocar algum trecho, visto que a existência do PLS já contempla a questão ambiental, pois é uma ferramenta que estabelece práticas sustentáveis que visa reduzir impactos negativos no meio ambiente.

Na **dimensão Territorial** buscou-se por trechos que se evidenciam estratégias para o

desenvolvimento ambiental que prezasse pela cooperação entre as unidades da universidade, visto que é uma Instituição *multicampi*.

Na **dimensão Econômica** buscou-se por trechos que tivessem relação com a redução de gastos e desperdícios. No entanto, outras dimensões vêm impactar positivamente e contribuir para esta dimensão, como os trechos da dimensão ecológica e cultural.

Na **dimensão Política Nacional** houve dificuldade em relacionar algum trecho. No entanto, considerou-se as políticas nacionais precursoras e que foram base para a construção do PLS.

Quadro 16 - Trechos do PLS relacionados com as Dimensões da sustentabilidade

Dimensões	Conceito	Alguns trechos do PLS relacionados com as dimensões da sustentabilidade
Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de vida do Servidor: Contribuir para a prevenção, manutenção e promoção da qualidade de vida no trabalho dos servidores públicos federais da Universidade, nas relações profissionais e nos processos de trabalho; realizando ações de curto, médio e longo prazo, para desenvolver mudanças e criar ambientes de trabalho saudáveis.
Cultural	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinado com abertura para o mundo.	<ul style="list-style-type: none"> • O objetivo geral do PLS é estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística da Universidade; • Conscientizar os servidores quanto à utilização moderada de documentos impressos; diminuir o número de impressão e reprografia; • Aperfeiçoar o reaproveitamento de folhas, bem como incluir como configuração das impressoras para frente/verso da folha e troca de copos descartáveis por canecas; • Aperfeiçoar o processo de aquisição, disponibilização e uso de material de consumo, incluindo os critérios de sustentabilidade e de logística reversa; • Otimizar o processo de aquisição e uso de material permanente, incluindo os critérios de sustentabilidade. • Reduzir o consumo de energia elétrica e água.
Ecológica	Preservação do potencial do capital natureza, na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a boa gestão de recursos e eficiência do gasto público, considerando atributos de sustentabilidade, reduzindo custos e combatendo desperdícios; • Estruturar o sistema de licitações para consecução da melhor contratação (aquisição de bens e contratação de serviços para o serviço público e para a sociedade, conforme o interesse pelo “desenvolvimento nacional sustentável”); • Utilizar papel de madeira Certificada e reduzir a quantidade de papéis impressos por unidade; • Reduzir o consumo de copos descartáveis, deixando estes apenas para visitantes; • Promover o uso adequado dos materiais relacionados à impressão, cartuchos e reprografia.;

		<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir materiais de consumo da Instituição com atributos sustentáveis; • Adquirir equipamentos e materiais permanentes de empresas com atributos sustentáveis; • Aumentar a eficiência do consumo de energia elétrica e reduzir o consumo de água e esgoto; • Reduzir emissão de substâncias poluentes e custos operacionais dos deslocamentos.
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autopunição dos acontecimentos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a Sustentabilidade Ambiental, como Iniciativa – Implantação do Plano de Logística Sustentável.
Territorial	Configuração urbana e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).	<ul style="list-style-type: none"> • Observar a estrutura originária <i>multicampi</i>, prezando pela cooperação entre as Unidades Universitárias e os Órgãos Complementares, visando à unidade de ação no desenvolvimento, como pretende o PDI, e primando pela economicidade na gestão do corpo docente e Técnico Administrativo em Educação, dos recursos materiais, tecnológicos e financeiros; • Dar suporte ao planejamento estratégico da Instituição definido no PDI, incluindo metodologias para a efetiva aplicação do conceito de sustentabilidade, garantindo o padrão de qualidade e a produção do conhecimento orientada pelo compromisso com o desenvolvimento regional e a construção de uma sociedade sustentável, justa e democrática.
Econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na perspectiva científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar a Instituição de uma estrutura adequada para o gerenciamento e coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a qualidade de vida, a Justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado; • Propor estratégias, com base no diagnóstico da situação atual, a fim de minimizar o desperdício de recursos em suas atividades e apoiar a Instituição no que se refere à gestão sustentável dos recursos públicos; • Aprimorar estruturas e sistemas de serviços das edificações construídas, reformadas e utilizadas pela Unipampa.
Política Nacional	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.	<ul style="list-style-type: none"> • Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador – PNSST; • Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável; • Política Nacional do Meio Ambiente; • Política Nacional de Educação Ambiental; • Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Fontes: Elaborado pela autora, baseado no Sachs (2009) e no PLS (2016).

Considerando os conceitos de Sachs (2009), referentes às dimensões da sustentabilidade expostos no Quadro 16 e tentando relacionar os trechos do PLS com as dimensões da sustentabilidade, salienta-se que alguns trechos foram fáceis, outros um pouco difíceis de serem posicionadas dentro de cada dimensão. Zucatto (2009) relata o quão complexo pode ser a tarefa de tentar definir alguns aspectos em relação a quais dimensões da

sustentabilidade eles deveriam ser atribuídos.

As dimensões da sustentabilidade se atravessam e se conectam. Zucatto (2009) corrobora com a afirmação, pois considera as dimensões interdependentes também.

Assim, a sustentabilidade é uma proposição de intensas transformações nas relações ambientais, sociais, políticas, econômicas, tecnológicas, de trabalho, de consumo, entre outras (GUIMARÃES, 1997).

Para Sachs (2009) a sustentabilidade tem seu ponto de partida na dimensão social, pois trata-se da própria finalidade do desenvolvimento, além de evitar um colapso social, no entanto, sua concepção é multidimensional. O autor ainda argumenta que se deve haver um programa local participativo, envolvendo as autoridades locais, cidadãos, associações e comunidades para o desenvolvimento sustentável. Essa visão de Sachs (2009) colabora para a coprodução do bem público.

Ao analisar alguns trechos das entrevistas, nota-se que, também, podem ser posicionados em mais de uma dimensão. Na fala do entrevistado E, a seguir, percebe-se que há o embricamento das dimensões cultural e econômica quando traz a questão do teletrabalho, visto que a adoção do teletrabalho em tempos de pandemia, trouxe uma série de mudanças e adaptações na vida das pessoas e agora fica o questionamento do que foi bom e do que foi ruim e quais os benefícios que trouxe e ainda pode trazer para a questão ambiental.

[...] A gente fala plano de logística sustentável, hoje se discute o que vale a pena, o presencial ou remoto que 2014/2015 não se pensava nisso. Acho que é um bom tema a ser discutido também na questão do plano de logística sustentável, essa questão do teletrabalho. O quanto isso pode trazer benefícios sociais, ambientais, na realidade o tripé da sustentabilidade (Entrevistado E).

Nas falas dos entrevistados H e I, a seguir, há a presença das dimensões cultural, ecológica, territorial, econômica e social:

A questão de logística sustentável, a gente sempre fala muito em logística, mas só termo sustentável já não é muito familiar para mim assim que eu lembro, mas se falava bastante em logística, de otimização da logística, principalmente da questão da frota da Unipampa, do transporte escolar entre um campus e outro. Se adotou algumas medidas de racionalização disso, se adotou um agendamento pelo sistema GURI, onde todo mundo podia ver as viagens realizadas, para de repente pegar alguma carona. Então a ideia era otimizar esse aspecto e também evitar viagens desnecessárias (Entrevistado H).

Em algumas reuniões de diretores, na época a gente tinha, principalmente no início, a gente tinha uma frequência maior de reunião de direção. E alguma coisa sim foi levantada, mas principalmente via coordenação administrativa. [...] tanto que eu acho que essa parte da energia que nós tínhamos muito problema na época. Com relação ao combustível era corte, para variar, era corte, a época também de recurso. [...] Então, alguma proposição foi feita desde aquela época para fazer esses projetos de energia solar. [...] eu lembro que foi discutido alguma coisa na época, tanto as

questões dos resíduos. Toda essa parte, alguma coisa foi levantada, mas não que era uma frequência, tinha reuniões específicas para isso (Entrevistado I).

Na verdade, a gente tinha algumas reuniões que a gente chamava de conselho de dirigentes à época. Que não era o Conselho Universitário, mas que envolvia Pró-reitorias e equipes diretivas, reitoria e tal. Se não me falha a melhoria, [...]. Eu me lembro de conversar, mas não lembro da Constituição de uma comissão, que eu acho que seria o processo normal. eu não me recordo de ter sido isso, de uma forma mais formalizada (Entrevistado J).

Para concluir este tópico, destaca-se, a seguir, em algumas falas dos entrevistados, os ganhos obtidos pela Unipampa e os pontos positivos e negativos na constituição da Comissão Especial.

Quanto aos pontos positivos:

[...] Todo mundo trabalhou com a intenção de fazer um bom trabalho. [...] Assim, o ponto positivo que eu posso dizer desse processo, foi a vontade de trabalhar (Entrevistado A).

[...] assim, em termos de pontos positivos eu acho que foram: as pessoas que estavam ali, elas queriam fazer o trabalho, foram voluntárias ou de alguma forma, não foram impostas a estarem ali. E isso foi muito bom, eu acho que todo mundo de alguma forma entendi uma parte do processo ou entendia de alguma forma como colaborar para que ele andasse (Entrevistado B).

Eu acredito que foi o passo inicial, mas eu acredito que ganhos a Unipampa teria, era se tivesse colocado o plano em prática. [...] mas o principal ganho, foi o ganho da questão legal, que era obrigada a ter o PLS; mas nas questões ambientais, enfim, o que poderia contribuir para Unipampa, porque não era só, na verdade era toda a logística de compras sustentáveis de várias situações que consta no plano (Entrevistado C).

O ponto positivo foi a questão da agilidade. Por causa que na época a gente não tinha por hábito fazer esse tipo de reunião online, então acho que se fosse hoje, seria muito mais fácil pegar um servidor de cada unidade. Naquela época dependia de toda uma logística, tinha que ter o equipamento, uma sala de reunião e tinha que funcionar a internet. Tinha unidades que tinham dificuldade, enfim. Não se fazia, inclusive nem as reuniões do CONSUNI não se faziam on-line. Naquela época era tudo presencial. Então acho que a pandemia veio trazer isso, obrigar a gente a se adequar. Se fosse hoje acho que teria sido, teria possibilitado a participação de mais colegas de outras unidades (Entrevistado C).

[...] Bom eu acho que a Unipampa ganhou porque a gente acabou reunindo um grupo de pessoas que se conhecia por saber que é da mesma instituição, mas a gente acabou com um grupo trabalhando juntos. Pessoas de áreas diferentes da Universidade, de cargos diferentes foram reunidos para uma um objetivo em comum. Então isso é um primeiro ganho, porque a gente aprende um pouco sobre cada área, sobre o que cada um faz, cada cargo. E eu acho que o segundo ganho foi o cuidado com as questões relacionadas ao meio ambiente e a logística que a universidade precisou ter para dar conta, de todo esse gerenciamento[...]. Eu acho que esse é o maior ganho, para além das pessoas juntos produzindo algo em benefício da universidade e da comunidade também tem o objetivo final do plano que é executar as ações pensando no meio ambiente, na sustentabilidade, enfim (Entrevistado D).

De vantagem, é o pontapé inicial. Em algum momento tem que começar. Se teve um ganho, foi esse. Se teve propostas de melhoria, mas não teve a implantação prática (Entrevistado E).

E, ainda, o entrevistado F e I ainda trouxe a questão da contribuição da Pandemia para a sustentabilidade:

A pandemia nos mostrou que não precisa de tudo isso. Nós trabalhamos de casa. Quantas folhas nós assinamos? Eu não assinei nenhuma. Quantas folhas nós carimbamos? Eu não carimbei nada e tudo funcionou, e funcionou, talvez melhor do que se tivesse aqui. A universidade gastou menos. A universidade não ligou o ar-condicionado, a universidade não usou nada. [...] então, o computador que eu usava era o meu, se o computador meu estragou, o problema é meu. Quem pagava a minha internet em casa era [...] então, as universidades, na verdade economizaram, economizaram limpeza, economizaram uma série de itens, muito menos coisa quebrou, muito menos coisa estragou. Por que? Porque nós tivemos dois anos fora (Entrevistado F).

Hoje, por exemplo, eu estou no escritório de casa, imagina que na época a gente tinha reunião lá em Jaguarão. [...] a gente passava o dia voltando, às vezes, eram 4 horas de reunião lá e voltava de novo. Fora o gasto que tem, diárias, enfim, cansaço. Então, essas coisas, melhorou bastante (Entrevistado I).

O entrevistado G informou que foi bem interessante o processo de construção da comissão e ainda relata que:

[...] a gente chegou a levantar vários dados. Foi muito bom realizar o trabalho, pena que a gestão não quis levar a frente. Porque tem um custo, tudo tem um custo. A gente teria que contratar empresas para logística e isso não tinha como ser feito na época e acabou que foi abandonado; hoje eu acho que tem algum reflexo já que vem do Ministério, pedindo que as licitações já tenham esse caráter de incluir a logística. Então é uma coisa que vem de cima já, não é a universidade que está instituindo a logística sustentável. Então acredito que agora esteja tendo um pouquinho mais de atenção quanto a isso (Entrevistado G).

Diante desses levantamentos, há o atravessamento das dimensões da sustentabilidade, mas também, evidencia o protagonismo do Estado e a falta de participação social. Na coprodução do bem público se faz necessário que tenha a participação social (SALM, 2014),

Segundos os entrevistados, os pontos negativos que podem ser melhorados foram:

[...] tenho que dizer que o ganho foi zero, porque a comissão ela só foi instalada, foi designada na realidade para atender a questão do relatório de gestão e não para o objeto daquela portaria do Ministério do Planejamento (Entrevistado A).

[...] a agenda pública precisa repensar essa lógica, deixar de ser uma estrutura burocrática, para tentar ser mais, não ou dizer eficiente, mas ser mais condizente com a realidade atual, que é a questão da sustentabilidade (Entrevistado B).

[...] O problema que eu vi, mas operacional, foi que na primeira portaria, a gente não tinha uma coordenação, a gente tinha uma coordenação meio que pro forma, que foi corrigido na segunda com a nomeação de um integrante como presidente. [...] Acho que não tinha ata, não tinha memória da reunião. Isso talvez seja um ponto, voltando na tua pergunta anterior, talvez isso seja um ponto ruim, que a gente deixou passar (Entrevistado B)

O entrevistado C complementa que um ponto negativo foi o de designar somente servidores da reitoria, sendo que a aplicação do Plano será nas unidades e, muitas vezes, em outras cidades, com outras realidades. Além disso, reafirma “o que não deu certo, foi que na verdade não foi colocado em prática Ele ficou só no papel, nessa parte foi o que deixou a desejar, ele teria que ser revisado.”

Porque é a questão é essa para colocar o plano em prática tem que ser nas unidades. Então fica difícil pegar só servidores da reitoria, para colocar em prática nas unidades, noutras cidades, noutra realidade. Esse eu acho que é o ponto negativo (Entrevistado C).

E ainda, o Entrevistado E expõe:

Eu acho que a comissão, ela foi importante para iniciar o documento e tudo mais; mas eu acho que faltava uma visão, também, da gestão assim, entender a função daquela comissão porque me parece que foi muito mais uma questão legal assim. Faltou enxergar a comissão, dar importância à comissão. Claro que ainda estava na elaboração do plano e não na implantação propriamente dita (Entrevistado E).

Eu acho que teria que ter pego pessoas que estivessem mais afins com a área mesmo. Que trabalham mais com isso, que estudam mais a questão da logística, a questão da sustentabilidade, eles até tentaram colocar, mas as indicações não foram muito boas, talvez isso tivesse ajudado a comissão, se tivessem sido pessoas com mais afinco com a questão ambiental (Entrevistado G).

Um dos pontos negativos destacados pelo Entrevistado F é que:

A dificuldade de conseguir as informações era uma coisa negativa porque a gente não admitia que fosse tão difícil conseguir informações da própria universidade [...] não tinha muita lógica a gente não conseguir informações. Essa questão que eu falei, que as universidades não sabiam quanto gastavam, isso era uma coisa negativa, não sabiam quantos copos gastavam. [...] o nosso trabalho fez com que isso mudasse [...] (Entrevistado F).

Cabe destacar, que os pontos negativos apresentados demonstram uma fragilidade, prejudicando a interdependência das dimensões da sustentabilidade (ZUCATTO, 2009).

Assim, ao analisar o surgimento e a institucionalização do PLS, pode-se identificar que não houve participação social na implantação da Comissão Especial para elaboração do PLS, mas isso será discutido nos próximos tópicos. Porém, identificaram-se embricamentos das dimensões da sustentabilidade, na qual podem ser mais equilibradas à medida que o PLS for efetivamente funcional.

Sendo assim, as principais emergências das dimensões da sustentabilidade evidenciadas no PLS estão relacionadas no Quadro 17.

Quadro 17 - Principais emergências das dimensões da sustentabilidade evidenciadas no PLS

Principais emergências	Perspectiva teórica	Autor (ano)
Aumentar a reciclagem com participação de cooperativas (Coleta seletiva) e descarte de resíduos; Reduzir o desperdício (papel; copos plásticos; impressões, cartuchos e reprografia; outros materiais de consumo; equipamentos e materiais permanentes	Dimensões: cultural, ecológica	Sachs (2009)
Atender à legislação e Promover a boa gestão de recursos e eficiência do gasto público	Dimensões: cultural, ecológica, econômica, política nacional	
Promover o bem-estar social (Qualidade de vida)	Dimensões: social, cultural	
Deslocamento de pessoal (multicampi) – redução de substâncias poluentes; Adesão ao teletrabalho.	Dimensões: cultural, ecológica, econômica, territorial	
Contratações e compras sustentáveis	Dimensões: cultural, ecológica	
Entender a realidade e promover ações para uso racional de recursos naturais	Dimensões: cultural, ecológica, ambiental	

Fontes: Elaborado pela autora, baseado no Sachs (2009), nas entrevistas e no PLS (2016).

Diante das principais emergências dispostas no Quadro 17 nota-se que é preciso um esforço do Estado e da sociedade para que se possa construir um ambiente equilibrado para as atuais e futuras gerações. Assim, se faz necessário entender a coprodução do bem público na constituição do PLS, para encontrar os gargalos e assim buscar soluções que minimizem os impactos negativos socioambiental.

4.3 CATEGORIA DE ANÁLISE: COPRODUÇÃO

Após evidenciar o surgimento do PLS e a relação com as dimensões da sustentabilidade, nesta seção se abordará a categoria Coprodução.

4.3.1 Contribuição da institucionalização do PLS para Coprodução do bem público

Este tópico busca atender ao objetivo específico nº 3 “*Examinar como a institucionalização do PLS contribui para coprodução do bem público.*”

A coprodução do bem público caracteriza-se pela participação social no compartilhamento de responsabilidades e produção do serviço público e está classificada em 5 modelos: coprodução funcional, coprodução nominal, coprodução simbólica, coprodução representativa com sustentabilidade e coprodução para a mobilização comunitária (SALM,

2014). Cada modelo mostra o grau de participação do cidadão e do estado.

Para Salm e Menegasso (2010) as tipologias da coprodução classificam-se em nominal, simbólica, funcional, representativa com sustentabilidade e coprodução para a mobilização comunitária, onde:

- O modelo de coprodução nominal relaciona-se com o compartilhamento de responsabilidade entre as pessoas da sociedade, onde o objetivo é apenas tornar eficientes os serviços públicos.
- O modelo de coprodução simbólica relaciona-se com a pouca participação, possuindo um caráter manipulativo, servindo apenas para demonstrar a eficiência e eficácia do Estado.
- O modelo de coprodução funcional baseia-se no princípio do menor custo, sendo uma estratégia utilizada pelo Estado para produzir os serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz, com a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade.
- O modelo de coprodução representativa com sustentabilidade baseia-se no empoderamento dos cidadãos e na *accountability*, visto que neste modelo a coprodução é o resultado da sinergia entre os cidadãos, as organizações da comunidade e o Estado na realização dos serviços públicos em prol do bem comum.
- O modelo de coprodução para a automobilização comunitária baseia-se na estratégia de manter a sociedade permanentemente automobilizada, na qual a comunidade que participa da realização dos serviços públicos é orientada por princípios éticos e pela democracia normativa.

A participação na Comissão de elaboração do PLS foi voluntária e, basicamente, formada por servidores da categoria TAE, conforme se observa nas narrativas de alguns(mas) entrevistados(as):

[..] todo aquele pessoal nomeado para a comissão de elaboração era todo o pessoal da reitoria. Na primeira reunião, a gente sugeriu que teria que ter pelo menos, alguém de um campus, já que a atividade-fim da universidade se estabelece no campus. E aí foi convidado um professor, aqui do campus Bagé, ele aceitou e foi refeita a portaria. Então, na realidade, a primeira portaria foi revogada e substituída por outra (Entrevistado A).

Eu fui convidada para fazer parte da comissão pelo cargo que ocupava [...] a gente acabou reunindo um grupo de pessoas que se conhecia por saber que é da mesma instituição [...]. Pessoas de áreas diferentes da Universidade, de cargos diferentes foram reunidos para uma um objetivo em comum (Entrevistado D).

[...] primeiro foi essa designação de alguns servidores por setor, por representação, tinha profissionais diversos, [...] de diversas áreas, era uma comissão multidisciplinar. [...] a comissão era basicamente TAES. Não lembro de nenhum docente participar. [...] Eu que as pessoas que participaram foram muito mais voluntárias, acho que teve essa questão de ter o representante do setor, mas o próprio

tema as pessoas iam se identificando. [...] todo mundo tinha uma certa afinidade com o assunto (Entrevistado E).

[...] a comissão de construção do plano foi convite, um por um, eles foram convidados e quais eram os critérios? Era a profissão deles, a graduação deles, o que eles eram formados, qual era a especialidade deles, qual era o papel deles dentro da Unipampa. E aí eles vinham sendo convidados, [...] ninguém tava aprendendo ali, tava aprendendo sustentabilidade, mas a profissão... cada um trazia a sua, para ajudar a fechar esse plano. Então foram convidados, pessoalmente, um por um. [...] A própria comissão de logística sustentável foi feita com colegas perto de nós, porque a Unipampa tem campus distantes um do outro. Então as reuniões eram muito difíceis de serem realizadas [...]. No plano de logística sustentável, nós pegamos os colegas da Reitoria e das pró-reitorias e do campus Bagé, porque teríamos condições de nos reunir mais. [...] Muitas ações necessárias, então a gente pedia apoio dos professores, especialistas no assunto (Entrevistado F).

Foi tudo designado, a chefia que determinou, não foi convidado. [...] Foram os TAES. A gestão até nós convidamos, às vezes, alguns pró-reitores foram convidados para participar, mas não tinha agenda, não tinha horário. Então acabou que ficou só nós mesmo participando ali (Entrevistado G).

Segundo Souza (2015), quando a coprodução é aplicada na administração pública pode trazer diversos benefícios tanto para a sociedade, cidadãos e para o estado. E ainda destaca que esses benefícios estão relacionados com a materialização de valores que envolvem a democracia, participação, transparência e responsividade, como também a eficácia e eficiência dos serviços públicos entregues à sociedade.

Porém, ao analisar as portarias de nomeação dos membros da comissão e confirmar nas entrevistas, percebe-se que a representatividade ficou bem escassa e a participação social não teve, ocorrendo mais a atuação da Universidade na figura dos servidores. Dessa forma, buscou-se identificar, nas falas dos entrevistados, como foi a participação de membros externos e da comunidade interna (docentes, estudantes). A seguir os trechos retirados das entrevistas:

O trabalho não teve nenhum convite de gente externa, não veio nenhum professor, não veio nenhum elemento de outro PLS lá de Santa Maria; um integrante da Comissão estava articulando um convite para a professora que comandou o processo, mas não se viabilizou (Entrevistado A).

Os entrevistados B, C, F, G, J também informam que não teve participação, considerando que era algo que estava no início. Sobre o PLS, relatam que é um documento interno e que:

[...] a primeira lógica era tentar entender a realidade da Unipampa para poder propor as metas para redução de consumo de material não sustentável. Eu acho que nem se cogitou a possibilidade de inserir algum membro externo ou estudante. E naquele momento de constituição do plano vou te dizer que o trabalho era todo interno mesmo. Bem administrativo, bem burocrático. (Entrevistado B)

A comissão ficou responsável pelo levantamento de dados para depois juntar e escrever o PLS. Mas como nós não tínhamos muito tempo e tínhamos uma certa urgência na elaboração, não foi feita uma participação de todas as unidades, foi só a comissão que foi nomeada que teve que laborar. [...] Então, a ideia era depois na revisão do plano, quando tivesse, realizar uma pesquisa, uma divulgação do PLS (Entrevistado C)

O campus em si, os servidores, os próprios discentes não tiveram uma participação efetiva. Até porque, eu não chamei em nenhum momento o pessoal para uma Assembleia, para uma discussão do documento em si, porque não houve nenhum tipo de indicação para que nós fizéssemos esse processo. (Entrevistado J).

Não houve muito essa participação, porque a gente fez em quarentena, a gente tinha atividade externa, principalmente, da semana do meio ambiente, quando a gente se reunia com a Embrapa, com todos, as pessoas e instituições que estavam mobilizadas nessas questões. Então, realmente não houve, então tu pode dizer assim, como outro aspecto negativo a gente ter feito a coisa rápida, e que não conseguiu coordenar com um semestre acadêmico, essa coisa toda a gente não conseguiu. A gente montou um PLS da Reitoria para toda a Unipampa (Entrevistado F).

Nós tivemos só algumas reuniões com pessoal da prefeitura para tentar resolver essa questão das cooperativas, mas não participaram diretamente da discussão do plano. Foram questões a parte que a gente tentou resolver na Prefeitura. Teve um colega que foi a Dom Pedrito, para ver também com a prefeitura de lá, mas não chegaram a participar da elaboração. [...] seria muito importante se todo mundo tivesse se empenhado mais, mas eu acredito que talvez daí teria tido frutos o nosso trabalho, porque de certa forma, ele não teve. Foi um estudo que foi feito, mas não foi em frente. Então se a comunidade tivesse se empenhado mais, se envolvido mais, eu acho que talvez tivesse conseguido pelo menos alguma coisa que nós pedimos ali, ser implementado (Entrevistado G).

Quanto à participação dos Campis, o Entrevistado A informa que “a comissão foi o ponto de partida e na avaliação já incluiria a questão do campus [...].” O entrevistado C ainda pontua que “a questão é essa para colocar o plano em prática tem que ser nas unidades. Então fica difícil pegar só servidores da reitoria, para colocar em prática nas unidades, noutras cidades, noutra realidade. Esse eu acho que é o ponto negativo” (Entrevistado C).

O Entrevista D relata que “não teve participação e a comissão era apenas de técnicos.” O entrevistado E afirma que a participação da comunidade externa e de estudantes é positiva e ela deveria acontecer desde o início.

Diante dos relatos, já se percebe que não houve a participação social nem de maneira forma, muito menos informal. Assim o próximo tópico ficou com sua análise prejudica. Não sendo possível classificar a tipologia de coprodução. Entender essas tipologias, permite analisar como os cidadãos estão atuando na esfera pública, como também, perceber os espaços proporcionados para a sociedade na coprodução dos serviços públicos (SOUZA, 2015).

Na constituição da comissão para elaboração do PLS, foram identificadas características que coadunam com algumas características das tipologias de coprodução, conforme Salm (2014), como: protagonismo e poder do Estado ao emitir um normativo para

as Instituições aderirem; transparência de acordo com a Lei; concepção do interesse público definido e expresso pela lei. Porém, não foi possível evidenciar outras características como compartilhamento de responsabilidade, engajamento, envolvimento e responsividade, pois não teve participação social.

Na constituição da comissão do PLS, a Instituição optou por não abrir a comissão nem para os campi, nem para a comunidade externa. Não teve representatividade das categorias discentes, docentes e comunidade.

Após análise das entrevistas e dos documentos institucionais, pode-se perceber que não houve coprodução do bem público nem de maneira formal, tampouco informal, visto que não teve participação social na formação da comissão especial para elaboração do PLS, conforme já relatado anteriormente.

Apesar de não ter ocorrido a participação social no processo de implantação da Comissão Especial para elaboração do PLS, percebe-se que a maioria dos entrevistados se mostram favoráveis à participação social, mas destacam alguns questionamentos:

Eu acho que é de suma importância a participação de quem paga a conta [...] a sociedade só pode ser chamada na hora de assinar o cheque? Eu acho que qualquer instituição e qualquer órgão que presta um serviço público teria que ter a participação na parte de avaliação da sociedade. Mas assim, a participação que pudesse materializar em alguma coisa. E não nomear um membro, a maioria vai ser o servidor da casa. Então, do jeito que está a participação hoje, eu digo que é inoperante. Assim, quem é que tu vai convidar? Dos vários setores sociais, como é que tu chama, quem é que tu chama? (Entrevistado A)

A Unipampa poderia ganhar, mas teria que gerir, teria que levar adiante, colocar em prática, a comunidade teria que fazer parte, teria que participar, porque só a comissão não faz nada sozinho. Uma universidade enorme com 10 campi sem a participação não vai adiante [...]. Seria importante, principalmente a comunidade interna, a participação dos estudantes que fazem parte da comunidade que a Unipampa convive e trabalha, enfim. Até mesmo a comunidade, mas eu acredito que a comunidade interna, mas como eu te falei, foi uma comissão elaborada meio que na pressa, assim para ser elaborado aquele plano por causa da questão legal, não teve a participação nem os servidores dos campi. Então, eu acho que nesse ponto deixou assim a desejar, teria que ser feito uma revisão com certeza (Entrevistado C)

Eu acho que seja bem interessante porque quem vive a universidade é toda comunidade. Não é só os técnicos. Poderia ter docentes. Talvez até mais específico, de áreas específicas, que poderiam colaborar com o seu conhecimento das suas formações, alunos também e comunidade (Entrevistado D).

Eu acho fundamental a participação de estudantes, de docentes, de técnicos das pró-reitorias, eu acho fundamental, tem que ter isso tudo, tem que ter (Entrevistado F).

[...] essa parte de sustentabilidade, eu acho fundamental ter, pelo menos, um representante. Mas a gente sabe que é um horror de comissão, e esse é um grande problema também né. Porque a ideia é formalizar uma comissão que vai ter que ter gente para participar. [...] Isso foi um dos problemas. Eu acho que é importante [...] já era para ter mais pessoas técnicas, tipo da área de engenharia seria importante ter, da engenharia de produção, da própria ambiental de toda essa parte ambiental. É importante ter esses cargos mais técnicos. [...] Eu acho interessante, o problema é a

comunidade externa participar. Pelo menos aqui no campus é difícil, o pessoal participa de uma ou duas reuniões e depois para de vir, o membro externo, como a gente chama. Tanto que nas reuniões do conselho é muito difícil o membro externo manter uma frequência de participação, muitas vezes os assuntos são acadêmicos, não sendo de seu interesse. Mas talvez para esse tipo de comissão, até conseguiria talvez uma participação maior da comunidade externa. [...] E tem pessoal que tem que ser qualificado para participar, principalmente de uma comissão como essa, que encampa um tema que é praticamente técnico (Entrevistado I)

No entanto, teve membros que não concordam com a participação de muitas pessoas na comissão. Já outros, foram a favor, mas que essa participação não ocorresse desde o início, mas sim depois de uma articulação e planejamento inicial por parte da Reitoria, conforme as seguintes falas:

Olha eu sou meio que, talvez a pessoa que vai dizer que não gosta. Porque o que acontece, na Unipampa, a gente tem várias experiências de comissões e a maioria delas quando tem, quando ela é uma comissão operacional e tem membros de várias categorias, ela acaba não sendo operacional, tu precisa de tempo para reunir, tu precisa de diárias para gastar com servidor e deslocamento, tu precisa disso aqui e aquilo outro e acaba sendo uma reunião muito burocrática. A gente tem experiência de outras no passado por conta do processo se multicampi da Unipampa. [...] E acaba não funcionando (Entrevistado B).

Eu sou da ideia que a gente dificilmente não deve partir do nada. [...] Então, eu sou mais partidário da ideia de se ter uma comissão um pouco menor, um pouco mais enxuta, se faça uma proposta inicial e depois levar para os grandes grupos. A dificuldade que a gente tem na Unipampa é a questão de juntar todo mundo para poder, então assim, nos grandes grupos, nos campi, na reitoria e tal para esse processo, mas eu acho que teria sido bem positivo, porque a gente tem colega com vários perfis que poderiam contribuir, com experiências pregressas, com conhecimentos pregressos, que poderiam ter sido incluídos nessa normativa (Entrevistado J).

O entrevistado B afirma que já passou por comissões que era uma pessoa de cada campus, mas que acabou ficando muito confuso e informa que “até conseguir juntar uma data e todo mundo possa, [...] tu levava, às vezes, duas semanas para poder montar uma data de uma reunião para daqui duas ou três semanas.”

Ele ainda destaca que seria interessante verificar se o membro externo participação da aprovação do PLS, conforme relato:

[...] de nenhuma forma teve. Talvez na aprovação do documento, que já envolve Conselho Universitário. O CONSUNI tem representante externo talvez ele estivesse ou não na reunião do conselho universitário [...]. Normalmente, é um representante de algum conselho, às vezes é um CREA, um conselho regional de educação. Normalmente, membro externo é assim, dessas áreas. Então, pode ser que tenha se manifestado, mas eu acho muito pouco provável, exatamente por ser externo. Ele acaba se tentando interferir mais em outros assuntos (Entrevistado B)

Em análise à ata de aprovação nº 73 do CONSUNI, na qual aprovou o PLS, pode-se

perceber que o membro externo não compareceu e foi registrada a ausência justificada do conselheiro.

O entrevistado H relata que, talvez, a participação do campus não seria muito efetiva, conforme narrativa a seguir:

[...] não sei se os campi iriam contribuir de forma muito prática. Eu acho que é mais interessante, não sei se foi como foi feito, mas pessoas especializadas nesse assunto, poderiam fazer uma proposta e depois sim, se discutir no campus, mas não sei se os campos teriam alguma colaboração mais direto, quanto a isso. [...] Não sei se seria muito efetivo, até como falei, as pessoas que participam têm que ter conhecimento no assunto, saber as normas, saber as regras, saber a lógica de tudo isso. E talvez formar uma comissão com qualquer representante, talvez esse representante não tivesse esse conhecimento suficiente para poder colaborar. Então não sei se seria muito efetivo ter essa participação, a não ser que fosse alguém que realmente fosse da área (Entrevistado H).

Diante desses relatos, percebe-se que a Instituição optou por não convidar os campi e tão pouco a comunidade externa, devido à necessidade de cumprir a legislação. Esse fenômeno pode ser identificado como um neoinstitucionalismo, no qual a Instituição aplica métodos e técnicas, exclusivamente, com o propósito de atender o marco regulatório, numa perspectiva de Gestão Estratégica.

O termo neoinstitucionalismo é largamente utilizado na ciência política e gera confusão quanto ao sentido do termo, mas não se constitui uma corrente de pensamento unificada, há, pelo menos, três métodos de análises diferentes que aparecem de 1980 em diante, são elas: institucionalismo histórico, institucionalismo de escolha racional, e institucionalismo sociológico (HALL & TAYLOR, 2003). Os autores afirmam que todas elas tratam o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos, por diferentes ângulos.

Esse fenômeno contribui para a coprodução Nominal, na qual o Estado é protagonista e a responsividade é restrita a legislação (SALM & MENEGASSO, 2010). Por fim, o objetivo do modelo de coprodução nominal é demonstrar a presença do Estado por meio da eficiência dos serviços públicos e nesse modelo não há participação social. Essas características do modelo de coprodução nominal se aproximam das características do modelo da velha, ou antiga, administração pública.

Por fim, no Quadro 18 consta as principais emergências da coprodução do bem público evidenciadas no PLS.

Quadro 18 - Principais emergências da Coprodução do Bem Público evidenciadas no PLS

Principais emergências	Perspectiva teórica	Autor (ano)
Construir ações sustentáveis de forma participativa; Produzir serviços públicos de maneira eficiente	Ênfase na autorrealização humana e na sustentabilidade da biosfera; Responsividade que torna plena a <i>accountability</i> dos agentes públicos	Salm (2014)
Entender a realidade	Multidimensionalidade humana; Primazia do interesse público sobre o interesse privado .	
Promover a participação das unidades e da comunidade externa	Compartilhamento de responsabilidades; Empoderamento da comunidade; Participação do cidadão como agente político	

Fontes: Elaborado pela autora, baseado no Salm (2014), nas entrevistas e nas Portarias de convocação

Diante do Quadro 18 nota-se que ainda há muito a percorrer no que se refere a participação social em temas como o PLS, no próximo tópico abordou-se os desafios e condicionantes para a participação social. Entender isso, talvez ajude a mudar paradigmas dentro da instituição pública e, também, na sociedade, assim os serviços públicos podem ocorrer de forma mais participativa e colaborativa.

4.3.2 Condicionantes/desafios para participação social no PLS

Este tópico busca atender ao objetivo específico “4. *Identificar os condicionantes/desafios para participação social no processo de implantação do PLS*”.

A sociedade está em constante mudança e isso reflete no comportamento humano, seus costumes e propósitos de vida; na forma de interação com outros membros da sociedade (SOUZA, 2015). Porém o ser humano continua explorando de forma irracional os recursos naturais, assim como, continua gerando diversos tipos de poluição (ALVES, 2016).

O PLS é uma ferramenta de adoção de práticas sustentáveis nas instituições públicas, assim, incentivar a participação social em processos como esse, permite que as pessoas possam refletir sobre seus atos dentro e fora da Instituição, no que se refere a práticas sustentáveis.

Mello (2018) afirma que é importante que a sociedade mude padrões e crie hábitos sustentáveis, como também as organizações públicas adotem esse compromisso socioambiental.

Nesse viés, a participação social, por meio de organizações formais (públicas ou privadas), organizações não governamentais e comunidade, compartilha responsabilidades

com o Estado na coprodução do bem público (SALM, 2014). O autor ainda afirma que a relevância da participação social na construção da coprodução do bem público para o desenvolvimento sustentável é essencial, visto que sem participação não há coprodução.

Por meio das entrevistas, identificou-se nas falas alguns fatores determinantes para motivar a participação social em processos como o PLS, conforme falas a seguir:

Para a comunidade externa se interessar, a motivação, primeiramente, é o conhecimento. O que é o PLS, o que o plano visa; ter esse esclarecimento mínimo da importância do PLS. [...] Um outro complicador para a participação da comunidade externa é que primeiro: a definição de quem é que se chama para participar; chama qualquer um, chama por apadrinhamento, pede para uma entidade civil organizada que mande um representante? E se dá as condições para essa pessoa participar realmente, manda os estudos, uma base técnica para ela participar? Então, assim, daquilo que temos na Unipampa que é o CONSUNI eu acho que a participação é quase nula [...] se vai chamar a sociedade, a comunidade a participar, tem que dar os elementos mínimos necessários para que se efetive a participação, para que realmente venha a visão de fora para dentro, caso contrário, se for só para ter membro, eu acho que temos o CONSUNI que é um exemplo. (Entrevistado A).

Bom a questão motivacional assim é um tema hoje que a gente não pode fugir mais desse tipo de situação. A gente, tem que existir, cada vez mais os recursos são escassos, tanto financeiros, quanto os recursos da natureza e essa questão do PLS se trabalha também com a gestão do recurso financeiro. Com a questão do orçamento. Então teria maneiras de usar os recursos de forma sustentável. Onde poderia se gastar menos recurso, poderia se fazer a questão das cooperativas, de coleta seletiva, ter essas associações que teriam parcerias. Poderia ter parcerias com as prefeituras para recolher esse material, as cidades que não tem. As cooperativas que a lei permite que sejam feitas parcerias, enfim. Então tem vários pontos no PLS que poderiam ser trabalhados para melhorar a gestão da Universidade como um todo. É isso que é motivacional, o pessoal se engajar nessa situação, mas nem a separação do lixo que é uma coisa básica, isso é só um dos pontos, mas não é feita na Unipampa (Entrevistado C).

O objetivo do plano é algo que diz respeito a todos, independente do cargo, do que faz na Universidade, se é aluno, se é docente, se é técnico, porque todos nós precisamos dessa qualidade, cuidado, né? Então isso atinge a todos, a comunidade. Então eu acho que saber porque existe esse plano, para que ele existe, é que faz sentido na importância, para as pessoas valorizarem. Porque talvez as pessoas nem saibam que existe um plano, que existe uma necessidade de executar, que existe uma lei que exige isso. Então, quanto mais pessoas souberem disso, fica mais fácil exigir que façam bem feito (Entrevistado D).

Acredito que primeiro lugar teria que explicar para as pessoas o que significa, quais os conceitos que estão por trás, os objetivos que se pretende atingir. Fundamental, porque as pessoas estando conscientes dos objetivos finais, fica muito mais fácil trilhar esse caminho e todo mundo seguir pelo mesmo caminho. Pelo que vi, falando da parte de pessoas, geralmente, as pessoas vão pelo lado que é mais cômodo. E às vezes não é o lado mais sustentável. Então tem que ter um entendimento de todo mundo, para que realmente comprem a ideia e executem da maneira como deve ser feito. Eu acho que simplesmente vindo uma norma de cima para baixo, agora executem e ninguém sabe o porquê. fica bem mais complicado de ter adesão [...] Teve uma época que se limitou o número de impressões por servidor. Mas nunca se disse porque, se estava esse plano por trás, pelo menos para mim, até onde eu sei. Mas, eu entendo que era necessário por causa dos desperdícios, mas não sabia se essa metodologia que foi usada está dentro do plano ou não (Entrevistado H).

O entrevistado I destaca que apesar de ser difícil falar sobre quais os fatores determinantes para motivar as pessoas, contribui da seguinte forma:

[...] para motivar as pessoas, elas têm que entender o seu funcionamento, o que elas estão fazendo, para que serve isso e tem que chegar no final e visualizar o resultado do processo.

[...] Tem que mostrar para que serve a comissão, [...] porque ninguém mais quer perder tempo, participando de reunião, para marcar outra reunião. Eu sempre falo, muitas vezes eu vou em uma reunião e o que foi decidido, marcaram outra reunião. Então não se chega a solução nunca. Então, tem que ser mais objetivo (Entrevistado I).

Um outro tipo de motivação destacada pelo entrevistado J, seria um interesse pessoal para conseguir a progressão na carreira, ou no caso dos estudantes, a conclusão de atividades complementares, conforme segue:

Uma dificuldade que a gente tinha anteriormente e acabou meio caindo por terra, eram as portarias. Muitas vezes era preciso disso para a progressão na carreira. Se não me engano, até a instituição do SEI, um pouco antes, era um processo muito moroso. Então, por exemplo, se a gente convidasse qualquer colega para fazer parte de alguma comissão, a primeira pergunta que vinha era: vai ter portaria. É uma motivação, mas eu não vejo como sendo a única, mas assim mexe com o pessoal. Mexe também na questão da progressão; para os alunos vale também como atividades complementares. Então tem essa questão que eu vejo como interessante, que hoje já não é tão determinante. De toda a forma, eu acho que a constituição de uma forma de discussão, de um processo de discussão, a conscientização em relação à temática, ao que a Unipampa poderia ter ganho na implementação deste tipo de política, também poderia ser o fator motivador. Hoje a gente percebe assim, com o retorno presencial, a gurizada, os nossos alunos, etc, tão a fim. Alguns colegas nem tanto, mas de toda forma sim. Existem algumas formas de tentar motivar, acho que trazer o assunto para a pauta, mostrar o que isso tem de diferencial, o que esse tópico pode ter de diferencial. Além da questão da própria carga horária, das próprias atividades complementares, podem ser fatores ou poderiam ter sido fatores para contribuir nessa parte da participação (Entrevistado J).

Por fim, o entrevistado F, que se mostrou bem entusiasmado com o tema, expõe, ainda, que é importante a participação em eventos, para divulgar e motivar as pessoas, conforme trechos a seguir:

A participação na semana do meio ambiente, eu considero muito importante, porque abre as portas da universidade para conversar com a comunidade. Essas palestras em escolas são fundamentais. [...] Eu acho o evento um lugar especial por tá pegando a pessoa no momento alegre, descontraído, a pessoa está indo lá porque quer, ninguém está obrigando a pessoa a fazer nada. Ela vai, ela pergunta, ela vê que tu está mobilizado para aquilo (Entrevistado F).

Além disso, o Entrevistado F relata algumas questões sobre reciclagem e recicladores:

Outra coisa negativa que a gente detectou foi a questão dos trabalhadores, dos que

recebem, reciclam os materiais que eles não tem muito apoio, eles não tem, nem moralmente, nem financeiramente, é muito pouco, e o pessoal da prefeitura sempre reclamando que dá tudo para eles, não dá tudo pra eles. Recebem pouco para fazer o que eles fazem. [...] Então esse eu acho que a sociedade ainda não está preparada para valorizar esse pessoal que produz um excelente trabalho que ajuda a própria comunidade, que é reduzir os resíduos, reduzir os gastos da prefeitura com aterro sanitário. [...] E a nossa sociedade vai continuar consumindo as coisas, vai consumir, vai consumir, vai consumir, então eles estão ali para ajudar a coisa não ficar tão grave, para não usar tanto aterro sanitário, que custa muito dinheiro, é terreno, fazer as escavações e preparar. Preparar um espaço para receber esse material orgânico todo depois é caminhões, carregadeiras, levando aterros, e aterros, e aterros, pra ir levando aos poucos, até chegar e fechar aquela montanha e ficar monitorando depois a saída de chorume, os gases, e tal, essas coisas todas né. É caro! (Entrevistado F)

Alguns desafios são destacados nas entrevistas, conforme algumas falas:

Eu acho interessante, mas é o que eu sempre digo, as pessoas vão motivadas para uma ou duas reuniões, mas depois acabam não aparecendo. Então, eu acho muito importante, o problema é conseguir uma continuidade para esse pessoal participar. Ele tem que estar inserido e ele tem que entender a importância da inserção dele. [...] Fazer o pessoal ir até a universidade, é mais complicado, interessante é, mas não é fácil. Tudo que envolve membro externo, é meio complicado. Às vezes fica bonito no papel, mas na prática não funciona, esse é o grande desafio. As coisas ficam muito no papel hoje em dia. Tem uma comissão, a comissão é bonita. [...] O pessoal faz lá a comissão, só que muitas vezes fica só no papel e daí é uma reunião para marcar outra reunião e não se decide nada e não chega a lugar nenhum. [...] E se não tem o acompanhamento, eu acho que o principal é o acompanhamento para conseguir enxergar a evolução. Tu está fazendo reunião para marcar outra reunião não adianta, ficar discutindo, discutindo, tem que colocar em prática. [...] Às vezes a gente, até aquela parte ali, inseri o pessoal de fora, insere a comunidade discente também, é interessante, mas muitas vezes não faz a roda girar. Fica bonita a composição, bah que comissão legal, mas não funciona, ela tem que funcionar na prática (Entrevistado I)

Primeiro, a gente tem tido uma participação muito baixa em diversas comissões. A Unipampa tem muitas comissões e ela poderia ter direcionamento melhor para isso. O que acaba acontecendo, [...], é que são os mesmos servidores que têm interesse em participar de diferentes frentes (Entrevistado J).

O Entrevistado I trouxe o exemplo da participação dos membros externos no CONSUNI, que muitas vezes não acontece devido à dificuldade de ajustar os horários, conforme fala a seguir:

As reuniões de conselho normalmente são em horário comercial, vai pegar alguém, mas o pessoal trabalha durante o horário comercial, então fica muito complicado de participar. O ideal seria, tanto que os membros externos deram essa sugestão: por que não realizam à noite. O problema é que de noite também, às vezes, complica para os docentes ou para os técnicos. Então é difícil equacionar tanto os horários para o membro externo participar quanto às atividades que tem. É bem difícil (Entrevistado I)

E ainda, acredita que a comissão do jeito que está, fica muito burocrática, sugeriu transformá-la em um projeto, conforme segue:

[...] talvez a comissão da maneira que está, [...] talvez seria interessante tentar transformá-la em projeto, ao invés dessa parte burocrática. Em algum projeto que, olha nosso grande problema, hoje é água.[...] vamos dizer assim, teria que equacionar através de projetos, trazer umas áreas específicas justamente pensando na logística ou na própria sustentabilidade, através de projetos mais específicos e focar. Eu gosto muito dessa parte inicial do planejamento legal, que é a gente levantar demandas é legal, mas depois solucionar e acompanhar, [...] mas muitas vezes a gente não tem o acompanhamento final. [...] Então, acho que seria mais nesse sentido um projeto baseado em solução de problemas, não focado só na extensão, pesquisa ou ensino. Às vezes, tem coisas que são simples de resolver, a questão de sair da sala de aula e desligar a luz, desligar os equipamentos; são coisas simples, isso é educação. Tem certas coisas que não envolvem as vezes recursos, é só questão de melhor organizar e educar os usuários (Entrevistado I).

O Entrevistado I também relata que:

[...] a gente não pode ter uma comissão muito grande, porque também não funciona, a gente sabe muito bem que as coisas vão tomando proporção quando tem muita gente. As coisas têm que ser mais enxutas. Não sei se representatividade de todos os campi, mas tem que ter alguns dos campi ou professores ou técnicos que tenham conhecimento sobre o assunto, para justamente ajudar nesses possíveis projetos (Entrevistado I).

Para encerrar a análise, resgata-se um trecho da fala do Entrevistado J, na qual aponta uma sugestão de melhoria nas divulgações das mensagens recebidas por e-mail:

A gente tem recebido algumas mensagens, que acabam vindo com essa ideia da redução de gastos, da otimização dos transportes, e outras situações. de toda a forma, o que eu acho, que seria muito mais visual, o pessoal é muito visual, então se tivesse, por exemplo, uma campanha, com cartazes, com banner, essas coisas assim, que tivesse divulgado em todas as unidades, dentro dos campi, etc. Muito melhor que um e-mail, que muitas vezes o pessoal olha rapidamente, e diz: ah não é para mim. [...] Por isso, que eu acho que talvez o fator que fosse mais positivo, para potencializar isso, seria talvez uma campanha institucional. De repente ter alguma fala do reitor, de algum pró-reitor, que pudesse passar no canal da Unipampa. Que pudesse realmente reforçar isso, de pensar, inclusive de como está o nosso orçamento, que tem sofrido cortes e colocar, tanto o aluno, como o servidor, como protagonista nessa política, para mostrar que a gente ajudando a Unipampa, estamos nos colocando como protagonista deste tipo de ação (Entrevistado J).

Diante dos relatos, percebe-se ser, praticamente, consenso entre os(as) entrevistados(as), de que para ter participação é preciso começar demonstrando os resultados que se quer obter, assim como dar condições para que as pessoas possam participar e contribuir na produção de bens ou serviços públicos.

Segundo Salm e Menegasso (2010) a participação do cidadão na esfera pública, geralmente, está associada ao poder e ao controle, mas também, relacionada diretamente com os estudos sobre democracia, não sendo isso o foco principal deste trabalho. Para os autores, a participação é necessária, também, para proteger a liberdade, desenvolver a democracia e

permitir o equilíbrio psíquico do cidadão.

Para Souza (2015) a coprodução, quando aplicada na administração pública, pode trazer diversos benefícios tanto para a sociedade, cidadãos e para o estado. Esses benefícios estão relacionados com a materialização de valores que envolvem a democracia, a participação, a transparência e a responsividade, como também a eficácia e eficiência dos serviços públicos entregues à sociedade. Este autor relata que quando há a participação de diversos agentes em diferentes níveis e tipos de participação, a coprodução acaba se realizando por meio de uma rede que coproduz o bem público.

Assim, no Quadro 19 demonstrou-se o resumo dos principais condicionantes e desafios encontrados nos relatos das entrevistas.

Quadro 19 - Resumo dos principais condicionantes/desafios para participação social no PLS

Condicionantes e desafios, segundo os entrevistados
Campanhas institucionais de divulgação sobre o que é o PLS e esclarecimento mínimo de sua importância
Ações institucionais sobre orçamento e escassez de recursos financeiros e ambientais, coleta seletiva
Critérios para convidar a comunidade externa, interna
Formar parcerias com as prefeituras , cooperativas
Reuniões sem objetividade, em horários que dificulta a participação de membros externos
Comissões sem funcionalidade e/ou burocrática
Extensão Territorial entre campi

Fontes: Elaborado pela autora (2022), baseado nas entrevistas.

Por fim, os resultados desta dissertação mostraram que a constituição da comissão para formalização do PLS, não houve participação social. No entanto, a pesquisa deixou como sugestões os condicionantes e desafios expostos no Quadro 19.

Considerando a base teórica do trabalho - sustentabilidade e coprodução do bem público, bem como, os desafios e condicionantes encontrados nesta pesquisa, montou-se a proposta de intervenção para a UNIPAMPA, de forma bem sucinta para facilitar a execução neste primeiro momento.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Neste capítulo apresentam-se as propostas de ações e de melhora para a revisão da composição da Comissão Gestora do PLS da Unipampa, indo ao encontro da Teoria da Coprodução do Bem Público, na qual Salm (2014) salienta que a coprodução de bens e serviços requer a participação da sociedade, em maior ou menor grau, a fim de constituir uma comunidade com práticas e valores coerentes com a multidimensionalidade humana, como o interesse público sobre o interesse privado, focando na autorrealização e na sustentabilidade da biosfera.

Desta forma, as proposições foram fundamentadas nas pesquisas documentais e nas entrevistas realizadas com servidores e servidoras da Instituição.

Além disso, o capítulo visa atender à demanda do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas que estabelece a criação de um produto como forma de contribuir para a melhoria da gestão pública.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Unipampa (PDI) 2019 a 2023, a Missão e a Visão da Unipampa são as seguintes:

Missão: A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de **sujeitos comprometidos e capacitados** para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Visão: A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o **desenvolvimento sustentável**, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo. (Grifo meu)

Dentre os valores da Unipampa, destacam-se a Ética; Transparência e interesse público; Democracia; Liberdade de expressão e pluralismo de ideias; Respeito à diversidade; Exercício da cidadania; Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e Qualidade de vida humana. Esses valores vão ao encontro da Coprodução do Bem Público e do Plano de Logística Sustentável da Unipampa.

Além disso, os objetivos e suas iniciativas do Eixo Aperfeiçoamento Institucional - PDI (2019 a 2023) que se relacionam com este trabalho, destacam-se: OBJETIVO: Organizar e desenvolver a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas administrativas INICIATIVA 47: Estímulo ao uso de energias sustentáveis e o atendimento a política nacional de meio ambiente; OBJETIVO: Promover e desenvolver processos que visem a sustentabilidade do meio ambiente na Universidade. INICIATIVA 55: Implantação da política de Gestão Ambiental INICIATIVA 56: Promoção de ações que visem o uso racional

de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental (UNIPAMPA, 2019).

O PDI menciona, também, princípios que norteiam a política de gestão da Unipampa, na qual destacam-se alguns que corroboram com a teoria da coprodução e da sustentabilidade:

- Democracia institucional, entendida como o respeito às decisões colegiadas e à garantia de espaços de participação e influência da comunidade acadêmica nas grandes questões universitárias;
- Planejamento colaborativo, entendido como o processo em que a instituição, por meio de seus diversos atores articulados solidariamente, se vê, se reconhece e define o futuro desejado, organizando-se para alcançá-lo;
- Sustentabilidade institucional, considerando a Plataforma Agenda 2030, compromisso a ser efetivamente priorizado e observado no desenvolvimento de todas as ações e da infraestrutura da Universidade.

E, ainda, no PDI destaca-se a necessidade de constituir a Política de Gestão Ambiental, no qual se estabelecem algumas diretrizes, como por exemplo: compras, contratações sustentáveis e logística reversa; eficiência energética e programas de energias alternativas; ações de educação ambiental, entre outras. Estabelece, também, que a Universidade visa promover a abertura aos mais amplos setores da vida social por meio do diálogo com as diferenças de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária.

Ainda, o PLS da UNIPAMPA tem como objetivo “estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística da Universidade” (UNIPAMPA, Resolução 141, p. 13-14, 2016).

Já os objetivos específicos, segundo a Resolução 141 (UNIPAMPA, p. 13-14, 2016) são:

- Promover a boa gestão de recursos e eficiência do gasto público, considerando atributos de sustentabilidade, reduzindo custos e combatendo desperdícios;
- Aprimorar estruturas e sistemas de serviços das edificações construídas, reformadas e utilizadas pela UNIPAMPA;
- Estruturar o sistema de licitações para consecução da melhor contratação (aquisição de bens e contratação de serviços para o serviço público e para a sociedade, conforme o interesse pelo “desenvolvimento nacional sustentável”).

Para gerir o PLS formaram-se comissões, no entanto nenhuma apresentou representatividade na sua composição, pois a maioria foi formada por TAES, conforme se identificou por meio da análise documental.

O que preconiza a teoria da coprodução do bem público é que para ter coprodução é preciso ter a participação social. De acordo com Age e Schommer (2017, p. 426) “a coprodução é uma abordagem que, potencialmente, aumenta a qualidade, a eficiência e a legitimidade dos serviços públicos, podendo ser aplicada do planejamento à entrega do serviço.”

Diante disso, as propostas de ações para a revisão da composição da Comissão Gestora do PLS estão descritas, a seguir:

5.1 PROPOSTAS DE AÇÕES PARA REVISÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DO PLS

1º Ação – Realizar campanhas de divulgação PLS e da Comissão Gestora e de conscientização para a comunidade

O que? Realizar campanhas de divulgação do PLS e da Comissão Gestora e de conscientização para a comunidade

Quem? Comissão Gestora do PLS e unidades de apoio

Justificativa: Visando dar transparência às ações do PLS é preciso definir formas para que o PLS seja divulgado de uma forma efetiva e eficaz, podendo realizar uma divulgação junto à Assessoria de Comunicação Social (ACS) da Unipampa. Assim como, divulgar a Comissão Gestora para demonstrar os atores sociais envolvidos na questão ambiental da Unipampa. E assim, estimular a conscientização da comunidade, por meio da inserção de práticas sustentáveis na cultura institucional.

2º Ação – Consultar a comunidade interna e externa à Instituição

O que? Viabilizar estratégias de participação da comunidade interna e externa

Quem? Comissão Gestora do PLS

Justificativa: O PLS é uma ferramenta de planejamento que estabelece práticas sustentáveis para a Instituição. Dessa forma, deve abranger toda a comunidade universitária, como também a comunidade externa, visando a participação social, dando assim uma melhor transparência na execução dos serviços públicos. A representatividade permite que as pessoas se sintam parte do processo, podendo assim se sentirem contemplados e motivados a acolher as ações previstas no plano. Logo, uma consulta pública aberta à comunidade, por exemplo, permite que todos possam opinar e participar, possibilitando assim, trazer diferentes opiniões/visões para o processo.

3º Ação – Formar uma Comissão Gestora Multidisciplinar

O que? A instituição deverá realizar a revisão da portaria nº 1164, de 03 de agosto de 2021, a fim de observar a representatividade das categorias de técnicos, docentes, discentes e comunidade externa. Como, também, a representatividade dos campi e integração de gestores.

Quem? Gestores da Unipampa e Comissão Gestora do PLS

Justificativa: A representatividade facilita o diálogo entre os setores e categorias e viabiliza

um melhor dimensionamento das propostas de intervenção. Além disso, dá maior transparência quanto a coprodução do bem público. Além da representatividade, é importante ter a multidisciplinaridade, conforme destacado nas falas dos entrevistados, priorizando representantes de setores e unidades acadêmicas chaves, como setor de compras, de orçamento, cursos com conhecimentos voltados à gestão ambiental, servidores com afinidade com a temática, entre outros, a fim de auxiliarem nesse processo. Uma comissão multidisciplinar e representativa ampliará a visão e disseminação do tema entre as categorias. Nesta etapa de revisão, é importante um diálogo com a Reitoria para verificar a viabilidade da representatividade. Após, deve-se planejar a forma como convidar os membros internos e externos e definir quem serão esses membros.

5.2 CRONOGRAMA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A seguir, sugere-se o cronograma de execução das ações para revisão do PLS, Quadro 20.

Quadro 20 - Cronograma para ações de revisão do PLS

Ações	Prazo
Realizar campanhas de divulgação PLS e da Comissão Gestora e de conscientização para a comunidade	4 meses
Consultar a comunidade interna e externa à Instituição	1 mês
Formar uma Comissão Gestora Multidisciplinar	3 meses

Fontes: Elaborado pela autora

A proposta de intervenção para a Unipampa foi elaborada como forma de auxiliar a instituição a repensar as práticas da representatividade em processos como o PLS.

As ações propostas foram elaboradas considerando a análise documental e as entrevistas, na qual pode-se identificar algumas fragilidades e pontos de melhoria. Como destacado no Quadro 21 alguns condicionantes e desafios obtidos nas entrevistas:

Quadro 21 - Direcionamento das ações para o PLS da Unipampa

Condicionantes e desafios, segundo os entrevistados	Direcionamento das Ações
Divulgação do que é o PLS (A, D, H, I, J)	Definir estratégias de divulgação do PLS, sua importância e objetivos. Campanhas de conscientização nos <i>Campi</i> , recursos audiovisuais para que as pessoas conheçam o PLS.
Crterios para convidar a comunidade externa, interna (A)	Discutir a definição de critérios e inclusão da comunidade externa e interna. Realizar ações de promoção a participação social.
Formas de parcerias com as prefeituras (C)	Realizar levantamento de Cooperativas de Reciclagem e buscar

	parceria junto às prefeituras.
Comissões sem funcionalidade e/ou burocrática (I, J)	Identificar as fragilidades da comissão e propor estratégias para sua funcionalidade
Extensão Territorial entre campi (I)	Ações em nível de unidade, por meio de subcomissões e reunião de forma <i>on line</i>

Fontes: Elaborado pela autora (2022)

Por fim, os benefícios esperados com a representatividade e participação social são: Maior engajamento na execução do plano, minimização de possíveis dificuldades quanto ao entendimento do tema, maior facilidade de diálogo entre as categorias, melhor definição de metas e melhor planejamento das ações do PLS.

Esta proposta objetivou auxiliar a Instituição, permitindo um diálogo estreito entre a Instituição e a comunidade, visto que o PLS é uma ferramenta muito importante tanto para o meio ambiente, quanto para a sociedade.

CONCLUSÕES

O presente dissertação buscou responder a seguinte pergunta: quais os desafios no processo de elaboração do Plano de Logística Sustentável da UNIPAMPA? Com base nessa pergunta foi estabelecido o objetivo geral desta dissertação, que busca identificar quais os desafios no processo de elaboração do Plano de Logística Sustentável da UNIPAMPA. Quanto aos objetivos específicos, este estudo visa:

Para alcançar o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) investigar como surge e se institucionaliza o PLS na Unipampa; b) identificar as dimensões da sustentabilidade associadas ao processo de implantação; c) examinar como a institucionalização do PLS contribui para coprodução do bem público; d) identificar os condicionantes/desafios para participação social no processo de implantação do PLS.

A pergunta que gerou a pesquisa, bem como os objetivos que a direcionaram, foram atendidos com base na fundamentação teórica desenvolvida e na metodologia estabelecida. Em seguida, foi possível realizar a análise e discussão dos resultados do estudo.

A fundamentação teórica foi construída em cinco etapas. A primeira etapa foi demonstrar aspectos históricos e conceituais da sustentabilidade. A segunda etapa. Foi demonstrar o que é o PLS. A terceira etapa foi demonstrar aspectos históricos e conceituais da Coprodução do Bem Público. A quarta etapa foi evidenciar o estado da arte dos modelos teórico-conceituais. Por fim, a quinta etapa buscou apresentar a articulação da abordagem teórica da pesquisa.

Realizadas estas etapas, foi possível realizar o levantamento dos dados, assim como, analisar e discutir os resultados baseado na teoria e nos modelos de análise. A análise e discussão dos resultados, ocorreu em duas etapas: 1) categoria de análise – Sustentabilidade, na qual se relacionou com o primeiro objetivo; 2) categoria de análise – Coprodução, na qual se relacionou com o segundo, terceiro e quarto objetivo específico.

Diante disso, o primeiro objetivo foi investigar como surge e se institucionaliza o PLS na Unipampa, na qual foi verificado que se deu às pressas para cumprir a legislação, visto que já estava atrasada a criação do plano. Destacando já aqui uma das características da tipologia de participação Simbólica e Nominal, a responsividade restrita à legislação.

O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta de gestão que visa promover ações para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações públicas. O PLS na Unipampa foi criado em 2016 e tem objetivo de “estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística da Universidade.” (UNIPAMPA, Resolução 141, p. 13-14, 2016).

O PLS da Unipampa teve, até o momento de encerramento deste estudo, 4 portarias (2 de Comissão de elaboração do PLS e 2 de Comissão Gestora do PLS). No entanto, as portarias não têm representatividade dos Campi, discentes, docentes e comunidade externa. Cabe destacar que a coprodução do bem público requer a participação da sociedade, em maior ou menor grau, a fim de uma boa comunidade com práticas e valores coerentes com a multidimensionalidade humana, como o interesse público sobre o interesse privado, focando na autorrealização e na sustentabilidade da biosfera (SALM, 2014).

O segundo objetivo foi identificar as dimensões da sustentabilidade associadas ao processo de implantação. De acordo com Sachs (2009) as dimensões da sustentabilidade são divididas em oito dimensões (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional). Essas dimensões são interdependentes, precisando serem vistas de forma sistêmica, onde qualquer impacto em uma delas refletirá nas demais dimensões e vice-versa (ZUCATTO, 2009).

Ao analisar o PLS da UNIPAMPA, 7 dimensões se destacaram, porém não se identificou a dimensão – Política Internacional, mas pode-se dizer que de forma indireta ela aparece, visto que essa dimensão permeia o PLS, pois dialoga com a agenda sustentável da ONU que trata dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e suas 169 metas (MAPA, 2019). Esses objetivos são um apelo global a ser atingido até 2030, visando acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, c2022).

O terceiro objetivo foi examinar como a institucionalização do PLS contribui para coprodução do bem público. Para Salm (2014) a coprodução do bem público se caracteriza pela participação social no compartilhamento de responsabilidades e produção do serviço público e está classificada em 5 modelos: coprodução funcional, coprodução nominal, coprodução simbólica, coprodução representativa com sustentabilidade e coprodução para a mobilização comunitária. Porém esse objetivo ficou prejudicado, visto que não ocorreu a participação social. Além disso, não houve representatividade das categorias TAES, discentes e docentes, porém a participação e atuação dos TAES foi importância para dar o passo inicial da implementação do PLS.

Na constituição da comissão para elaboração do PLS, foram identificadas características que coadunam com algumas características das tipologias de coprodução, conforme Salm (2014), como: protagonismo e poder do Estado ao emitir um normativo para as Instituições aderirem; transparência de acordo com a Lei; concepção do interesse público definido e expresso pela lei. Porém, não foi possível evidenciar outras características como compartilhamento de responsabilidade, engajamento, envolvimento e responsividade, pois

não teve participação social.

Na constituição da comissão do PLS, a Instituição optou por não abrir a comissão nem para os campi, nem para a comunidade externa. Não teve representatividade das categorias discentes, docentes e comunidade. Esse fenômeno pode ser identificado como um neoinstitucionalismo, no qual a Instituição aplica métodos e técnicas, exclusivamente, com o propósito de atender o marco regulatório, numa perspectiva de Gestão Estratégica.

Por fim, o quarto objetivo buscou-se identificar os condicionantes/desafios para participação social no processo de implantação do PLS. Esses foram imprescindíveis para compor as sugestões de melhoria na revisão do PLS. Nessa análise, pode-se inferir que para haver participação social é preciso que a administração pública proporcione uma abertura de espaços para que grupos de interesse da sociedade civil tenha voz e demonstrem sua intenção na participação das ações da universidade, mas para isso, é preciso demonstrar para a sociedade o porquê da participação, qual importância, por exemplo do PLS, o que é e para que serve plano.

A limitação deste trabalho está relacionada com os meios de investigação, visto que se utilizou apenas investigações documentais e entrevistas via *google meet*. Outra limitação foi não conseguir obter entrevistas com todos os membros da comissão especial do PLS, com todos os diretores e representantes do CONSUNI (discente e comunidade externa). E, ainda, salienta-se que o ciclo da pandemia Covid 19 limitou a mobilização das pessoas nos fenômenos e nos processos sociais.

Para estudos futuros, sugere-se analisar a participação social na aprovação do PLS no Conselho Universitário da Unipampa em comparação com outras Instituições. Ou ainda, analisar a percepção dos estudantes da Unipampa sobre a participação social em temas como o PLS. O tema da coprodução é importante e dialoga com uma gestão mais social, assim para contribuir e dar continuidade a temática coprodução do bem público, a pesquisa pode ser replicada em outras instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

AGE, L. M., & SCHOMMER, P. C. Coprodução de Serviço de Vigilância Sanitária: Certificação e Classificação de Restaurantes. **Revista de Administração Contemporânea**, 21(3), 413–434. doi: 10.1590/1982-7849rac2017170026. 2017.

ALVES, Ricardo Ribeiro. **Administração verde: o caminho sem volta da sustentabilidade ambiental nas organizações**. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **JAIP**, Vol. 35, No. 4, julho de 1969, pp. 216-224. Disponível em < <https://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.html> >. Acesso em 13 de mar. De 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BDTD. Termos de busca: "(Resumo Português: “Coprodução” E Resumo Português: Sustentabilidade)" Disponível em <https://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year&join=AND&lookfor0%5B%5D=%22Coprodu%C3%A7%C3%A3o%22&type0%5B%5D=abstract_por&lookfor0%5B%5D=Sustentabilidade&type0%5B%5D=abstract_por&bool0%5B%5D=AND&illustration=-1&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=&publishDateto=>>. Atualizado. Acesso em 29 de maio de 2022.

BDTD. Termos de busca: "(Resumo Português: “Coprodução do bem público”)". Disponível em <https://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year&join=AND&lookfor0%5B%5D=%22coprodu%C3%A7%C3%A3o+do+bem+p%C3%BAblico%22&type0%5B%5D=abstract_por&bool0%5B%5D=AND&illustration=-1&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=&publishDateto=>>. Atualizado. Acesso em 29 de maio de 2022.

BDTD. Termos de busca: "(Resumo Português: Sustentabilidade E Resumo Português: "universidade pública)". Disponível em <https://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=year&join=AND&lookfor0%5B%5D=Sustentabilidade&type0%5B%5D=abstract_por&lookfor0%5B%5D=%22universidade+p%C3%BAblica%22&type0%5B%5D=abstract_por&bool0%5B%5D=AND&illustration=-1&daterange%5B%5D=publishDate&pub=>>. Atualizado. Acesso em 29 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Global. Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em : 25 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 25 jun. 2021a.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07 de out. 2021.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em <<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>>. Acesso em 07 de out. 2021.

BRASIL. Lei n. 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3849.htm>. Acesso em 04 de mar. 2021.

BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em 09 de out. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 09 de out. 2021.

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em 06 de mar. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.186 de 11 de novembro de 2015. Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113186.htm>. Acesso em 06 de mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A3P / Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. 2. ed., rev. e atual. ___. Brasília: MMA, 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana: Programa Nacional Lixão Zero [recurso eletrônico] / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental, Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, Coordenação-Geral de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos. – Brasília, DF: MMA, 2019 – Brasília, DF: MMA, 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana: Plano de Combate ao Lixo no Mar [recurso eletrônico] / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental, Departamento de Gestão Ambiental Territorial, Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro. – Brasília, DF: MMA, 2019

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Curso de capacitação - sustentabilidade na administração pública/ Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentável – Brasília, DF: MMA, 2017.

BEUREN, I. M. et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3.ed 2. Reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CANELAS, A. A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e suas interações com as políticas econômica, energética e ambiental. In: 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, Salvador, 02 a 05 de outubro de 2005.

CASTRO, R. B. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Salvador, BA, Brasil, 30, 2006.

CATALISA. Rede de Cooperação para a Sustentabilidade. 2003. Disponível em: <<http://www.catalisa.org.br>> Acesso em: 25 de jun. 2020.

CHAEBO, Gemael. Coprodução na implementação de políticas públicas: controle vetorial da dengue em Campo Grande – MS. 2015. 311 f., il. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CONCEIÇÃO, Diogo Amarildo. Plano De Logística Sustentável: Uma Análise Sob a Perspectiva Da Teoria Da Modernização Ecológica. 2020.

CONEP. Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012. Disponível em <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em 29 de mai. 2021.

CONEP. Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016. Disponível em <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em 29 de mai. 2021.

CONEXÃO, Planeta. Vídeo da Nada revela ilhas de lixo no planeta. Disponível em <<https://conexaoplaneta.com.br/blog/video-da-nasa-revela-as-ilhas-de-lixo-no-planeta/>>. Acesso em 21 de mar. 2021.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

CORONEL, Daniel Arruda; DA SILVA, José Maria Alves. Ética e Desenvolvimento Sustentável. REVISTA DE ECONOMIA E AGRONEGÓCIO, VOL.7, Nº 3 ESTADÃO. 2009. Mares e oceanos mais poluídos do planeta. Disponível em <<https://marsemfim.com.br/mares-e-oceanos-mais-poluidos/>>; Acesso em 01 de maio de 2020.

COSTA, Luana Folchini da et al. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável no contexto das Ciências Sociais**: do século XVIII ao século XXI. Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 6-19, maio/ago. 2019

DENHARDT, R. B. **Teoria geral de organizações públicas**. Tradução de Francisco G. Heidemann. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São. Paulo: Prentice-Hall, 2004.

DUROSE, C.; NEEDHAM, C.; MANGAN, C.; & REES, J. Generating ‘good enough’ evidence for coproduction. *Evidence and Policy*, 13(1), 135–151, 2017. doi: 10.1332/174426415X14440619792955.

DYLLICK, Thomas; HOCKERTS, Kai. Beyond the Business Case for Corporate Sustainability. *Business Strategy and the Environment*, 11(2), 130–141. 2002.

ELKINGTON, John. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, John. Enter the Triple Bottom Line. Chapter 1 - The triple bottom line: does it all add up? 2004. Disponível em: <<http://www.johnelkington.com/archive/TBL-elkington-chapter.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ESPÍNDOLA, A. R. C.; NETTO, L. M.; SOUZA, V. B. A GESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA GESTÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DA CRIAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO 3R ARQ-UFSC. *Environmental and Social Management Journal*, São Paulo (SP), v. 11, n. 1, p. 56–72, 2017. DOI: 10.24857/rgsa.v11i1.1189. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1189>. Acesso em: 31 aug. 2022.

FARIAS, Christiano Alves; NETO, João Zaleski; ZULIETTI, Luis Fernando; RUGGIERO, Sérgio. No limiar da quarta revolução industrial: Iniciativas para sustentabilidade por Empresas líderes do setor automotivo rumo à nova economia. *Revista de Administração FACES*, v. 2, n.º. 3, 2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado Da Arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, agosto/2002. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsychSBW4xJT48FrdCtqfp/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 02 Dez. 2021.

FLORES, Graziela Machado. **Proposta de Capacitação em Gestão Ambiental para Servidores de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2016. 109 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/4766>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

FROEHLICH, Cristiane. Sustentabilidade: Dimensões e métodos de mensuração de resultados. *DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle, Canoas*, v. 3, n. 2, p. 151-168, set. 2014.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREENPEACE. Tudo o que você precisa saber sobre a COP26, a cúpula climática da ONU. Disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-cop26-a-cupula-climatica-da-onu/?utm_term=&utm_campaign=&utm_source=google&utm_medium=cpc&hsa_acc=3659611372&hsa_cam=16555859233&hsa_grp=&hsa_ad=&hsa_src=x&hsa_tgt=&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gclid=CjwKCAjwpKyYBhB7EiwAU2Hn2QAtAH95txFla3aLucG3wEogyn8WfYQ0CJTdPwXyXrzDAd3AovdmD1xoCXyEQAvD_BwE> Acesso em 28 de ago. 2022.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 21ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Roberto Pereira (1997), “Desenvolvimento Sustentável: Da Retórica à Formulação de Políticas Públicas”. IN: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org). A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. pp. 13-44

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2003, n. 58 [Acessado 2 Agosto 2022], pp. 193-223. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>>. Epub 18 Fev 2004. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>

JACOBI, P. Cidade e Meio Ambiente. São Paulo: Annablume Editora, 1999.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n.118, p. 189-205, mar. 2003.

JOHNSTON, P.; EVERARD, M.; SANTILLO, D.; ROBÉRT, K-H. (2007). Reclaiming the Definitions of Sustainability. *Environmental Science and Pollution Research - International*, 14(1), 60-66.

KIEKOW, Andrea Simini et al. Sustentabilidade nos serviços: uma revisão sistemática da literatura. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 606-619, jul/set. 2019.

LÉLÉ, S. M. (1991). **Sustainable Development: A Critical Review.** *World Development*, v.19, nº (6), p. 607-621.

LIMA, M. M; MIRANDA, M. G.; DUSEK, P. M. AVELAR, K. E. S. A Quarta Revolução Industrial sob o Tripé da Sustentabilidade. SEMIOSES: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade | Rio de Janeiro | ISSN 1981-996X | v. 13. | n. 3. | jul./set. 2019.

LOZANO, Rodrigo. LOZANO, Francisco J.; MULDER, Karel; HUISINGH Donald; WAAS, Tom. Advancing higher education for sustainable development: international insights and critical reflections. *Jornal of Cleaner Production*, v. 48, 2013.

LUIZ, Liliam Campagnin; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabrícia Silva da. Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos Federais. Revista de Administração da UFSM., Santa Maria, v. 8, Ed. Especial XVI ENGEMA, p. 08-27, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/17696/pdf>>. Acesso em 25 jun. 2020.

LUIZ, L. C. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: Estudo aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 5, n. 2, p. 114-134. 2013.

MAPA. Plano de Logística Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. 2019. Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/publicacoes/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-mapa>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

MARTINS, G. de A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MELLO, Jãana Gadea de. **Agenda Ambiental na Administração Pública (a3p): uma Investigação Acerca das Práticas Socioambientais no Campus Palmeira das Missões da Universidade Federal de Santa Maria**. 2018. 171p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Ciências Sociais e Humanas – Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Instituições Parceiras. Disponível em < <http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>>. Acesso em 05 de mar. 2021.

MORAES, C. A.; DOS SANTOS, L. K.; MARQUES, J. da S. Práticas Sustentáveis: Pressupostos e Limitações. Revista Científica da AJES, Juína/MT, v. 7, n. 14, p. 28 – 37, Jan/Jun. 2018.

NETO, L. M.; SALM, V. M.; BURIGO, V. A Coprodução dos Serviços Públicos: modelos e modos de gestão. Revista de Ciências da Administração. V. 16, n. 39, p. 164-178, agosto, 2014.

ODA, Marcel; MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de; ITANI, Alice; LICCO, Eduardo; KULAY, Luis Alexandre. Logística Sustentável: contribuição a processos de gestão. In Interfacehs: **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 4, n. 1, 2009

ONU. Organização das Nações Unidas. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Copyright 2022 Nações Unidas no Brasil. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> >. Acesso em: 11 mar. 2021.

PEREIRA, João Victor Inacio. Sustentabilidade: diferentes perspectivas, um objetivo comum. Economia Global e Gestão, 14(1), 115-126. 2009.

PEREIRA, Raquel da Silva; BARBOSA, Gebel Eduardo Mendonça. Plano de Logística Sustentável – PLS: um estudo comparativo em Universidades Federais da Região Metropolitana de São Paulo. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, Vol. 14, n. 28, jul.-dez. 2018

PLATAFORMA AGENDA 2030. Objetivo 12. Consumo e Produção Responsáveis. Disponível < <http://www.agenda2030.org.br/sobre/> >. Acesso em 05 de mar. 2021.

POSNER, Stephen M.; STUART, Ralph. Understanding and advancing campus sustainability using systems framework. International Journal of Sustainability in Higher Education, v. 14, n. 3, 2013.

PRETTY, Jules N. Participatory learning for sustainable agriculture. **World development**, v. 23, n. 8, p. 1247-1263, 1995. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/222453619_Participatory_Learning_for_Sustainable_Agriculture >. Acesso em 13 de mar. 2021.

SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição Para o Século XXI. São Paulo: Studio Nobel: Fundap. 1993.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, J. A riqueza de todos: a construção de uma economia sustentável em um planeta superpovoado, poluído e pobre. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. *In*: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014, p. 42-44.

SALM, J. F.; SILVA, M. H. da. A INSERÇÃO SOCIAL DOS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E A COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO. *Revista de Ciências da Administração*. V.17 N.41, p. 143 – 155. Abril de 2015.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. *In*: ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 24, 2010, Rio de Janeiro, Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/apb633.pdf> >. Acesso em 13 mar. 2021.

SOUZA, Victor Burigo. **A Coprodução Do Bem Público Aplicada Aos Projetos De Administração Pública Premiados Pelas Nações Unidas**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SPANGENBERG, Joachim; BONNIOT, Odile. **Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability**. Wuppertal Institute, v. 81, 1998

TEOTÔNIO, Marcelo Henrique Ramos. Presença de microplásticos em água de torneira no Plano Piloto uma região administrativa de Brasília. 2020. 60 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

TOLFO, Silvana Dalmaso. **Plano de Logística Sustentável – a percepção dos servidores sobre o processo de implantação na Universidade Federal do Pampa**. 2017. 127p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Ciências Sociais e Humanas – Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS. 2017.

UNIPAMPA. Portaria nº 932, de 19 de maio de 2016. Disponível <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2017/02/portaria_932-2016_comissao_plano_gestao_de_logistica_sustentavel.pdf>. Acesso em 09 de out. 2021.

UNIPAMPA. Resolução nº 141, de 30 de junho de 2016. Disponível <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2017/02/141_2016-plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel.pdf>. Acesso em 09 de out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Bagé: UNIPAMPA, 2013. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2018/04/pdi-2018.pdf>>. Acesso em 13 Jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em:

<<https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>>. Acesso em 13 Jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). Polos. Disponível em <<https://sites.unipampa.edu.br/ead/polos/>>. Acesso em 23 de out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). Relatório de Gestão. Bagé: UNIPAMPA, 2022. Disponível em: < <https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2022/04/rgi-2021.pdf> >. Acesso em 21 Jun. de 2022.

WEENEN, Hans Van. Towards a Vision of Sustainable University. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, v. 1, n. 1, 2000.

WECD. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future 1987.

WHITE, Sarah C. Depoliticising development: the uses and abuses of participation. **Development in Practice**, Oxford, v. 6, n. 1, p. 6-15, 1996. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/240528117_Depoliticising_Development_The_Uses_and_Abuses_of_Participation >. Acesso em 13 de mar. 2021.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUCATTO, Luís Carlos. **Análise de uma cadeia de suprimentos orgânica orientada para o desenvolvimento sustentável: uma visão complexa**. 2009. 200p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós Graduação em Administração da Escola de Administração. RS. 2009.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Para membros da Comissão:

Breve relato do objetivo geral do trabalho. Apresentação da entrevistadora e solicitação para gravar e solicitação da assinatura do termo de consentimento.

- 1) Qual a função desempenhada atualmente e na época da constituição da Comissão para construção do Plano de Logística Sustentável em 2014, formação, cargo e tempo de Unipampa?
- 2) Quais motivações levaram a Unipampa a formalizar a Comissão para elaborar seu PLS?
- 3) Como foi o processo de construção até a publicação do PLS? Poderia relatar numa perspectiva de linha do tempo, como isso se deu?
- 4) Como está a execução do PLS hoje, teve outras comissões formalizadas?
- 5) Quem foram os participantes da Comissão e como se deu a participação - foi voluntária, via convite, convocação?
- 6) No seu entendimento, quais os ganhos que a Unipampa teve com a constituição da comissão para elaboração do PLS e com a implantação do PLS? Pontos + e - do processo de construção da Comissão para implantação do PLS, o que deu certo e o que não deu?
- 7) Como se deu a participação de membros da comunidade externa na comissão que elaboraria o PLS? Qual tua opinião da participação da comunidade externa e da comunidade interna na figura do estudante e campus?
- 8) Para a constituição da comissão do PLS, na Unipampa, quem desempenhou um papel mais efetivo (Instituição, comunidade interna, sociedade)?
- 9) Fatores determinantes para motivar a participação das pessoas, do grupo ou da coletividade em processos como o PLS?

Para docentes, discentes e membros externos:

Breve relato do objetivo geral do trabalho, do conceito da Coprodução do Bem Público e do PLS. Apresentação da entrevistadora e solicitação para gravar e solicitação da assinatura do termo de consentimento.

1a) Qual a função desempenhada atualmente e na época da construção do Plano de Logística Sustentável em 2014, formação, cargo e tempo de Unipampa?

2a) Teve conhecimento da existência da comissão para elaboração do plano de logística sustentável da Unipampa, sabe para que serve, o que se trata?

3a) Na tua opinião sobre ter a participação dos campi na construção do PLS desde o início?

4a) Na tua opinião sobre ter a participação de membros da comunidade externa, estudantes e de professores, desde o início?

5a) Fatores determinantes para motivar a participação das pessoas em processos como o PLS?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: O processo de coprodução do bem público: uma análise sob a perspectiva do plano de logística sustentável

Pesquisador responsável: Professor Dr. Luís Carlos Zucatto

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas - UFSM

Telefone e endereço postal completo: (55) 3742-8827 – Avenida Independência, 3751 – Sala 203 B – Bairro Vista Alegre – 98.300-000 Palmeira das Missões/RS

Local da coleta de dados: UNIPAMPA

Eu, Luis Carlos Zucatto, responsável pela pesquisa “O processo de coprodução do bem público: uma análise sob a perspectiva do plano de logística sustentável” e a mestrandia Aline Daiane Gonçalves Fagundes lhe convidamos a participar como voluntário(a) deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se analisar o processo de coprodução do bem público, em vista da sustentabilidade, na implantação do Plano de Logística Sustentável na UNIPAMPA. Acreditamos que ela seja importante pois possibilita dar visibilidade à coprodução do bem público, em vista da sustentabilidade e à participação social. Além disso, permite dialogar com o trabalho de Tolfo (2017), realizado para conclusão do mestrado em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Além disso, a UNIPAMPA faz parte da rede da A3P, porém ainda não formalizou o Termo de Adesão à Agenda Ambiental, sendo uma oportunidade a ser incentivada por esta pesquisa.

Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte:

- Análise de documentos como o Plano de Logística Sustentável da UNIPAMPA e de atas e outros documentos pertinentes à sua elaboração;
- Entrevistas mediadas por plataforma digital (preferencialmente Google Meet).

Sua participação constará da realização de entrevista, previamente agendada de acordo com sua disponibilidade de horário, realizada por meio de plataforma digital, a qual com sua anuência será gravada para a adequada transcrição e posterior análise. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos durante a realização das entrevistas: cansaço pela duração da entrevista por conta da videoconferência ou, ainda, constrangimento/desconforto pelo teor de alguma questão. De qualquer modo, no caso da ocorrência de algum desses riscos, você poderá, a qualquer tempo, desistir de participar da pesquisa sem que ocorra nenhum tipo de penalidade ou prejuízo podendo, ainda, optar por reagendar a entrevista para outro momento. Fica, também, assegurado o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Os benefícios que esperamos como estudo são os de contribuir com o Campo de Estudos da Administração Pública no que concerne às práticas socioambientais em IES públicas, especificamente àquelas que se relacionam à participação na coprodução do bem público.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores (Luis Carlos Zucatto – ■■■ ou Aline Daiane Gonçalves Fagundes – ■■■) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (55 3220-9362).

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas somente em eventos ou publicações científicas, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do(a) voluntário(a)

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local: _____ Data: _____ / _____ /2022